

**Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros**



REDE SOCIAL

**SISTEMA DE INFORMAÇÃO**

**2007/2008**

Macedo de Cavaleiros, 21 de Setembro de 2009

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros  
Jardim 1º de Maio  
5340-201 Macedo de Cavaleiros

Telefone: 278420420 Fax: 278426243  
[www.cm-macedodecavaleiros.pt](http://www.cm-macedodecavaleiros.pt)

Departamento Sócio-cultural de Desporto e Turismo  
Vereadora em Regime de Tempo Inteiro: **Silvia Ferreira Garcia**  
E-mail: [silvia.scferreira@gmail.com](mailto:silvia.scferreira@gmail.com)

**Núcleo Executivo/Equipa de Animação:**

E-Mail: [cmmc-redesocial@mail.telepac.pt](mailto:cmmc-redesocial@mail.telepac.pt)

<b>Instituição:</b>	<b>Representante:</b>	<b>Função</b>
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiro	Salomé Caterna	Animadora do CLASMC
Centro Distrital de Segurança Social de Bragança / Equipa de Acção Social de Macedo de Cavaleiros	Cláudia Pires	Técnica da Equipa Local de Acção Social
Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros	Adelaide Baptista	Coordenadora do Centro de Saúde
Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros	Alfredo Castanheira Pinto	Provedor
Centro Social e Paroquial de Talhas	Sandra Pereira	Técnica
	Cristiana do Nascimento	Directora Técnica

## **AGRADECIMENTOS**





A Equipa de Animação do CLASMC agradece, de modo geral, a todos os que cederam dados e ajudaram a interpretar a informação compilada e agradece, de forma particular, às pessoas/entidades que não sendo parceiras do CLASMC, também contribuíram para a operacionalização deste Sistema de Informação, cedendo dados.

Uma operação de recolha de informação desta natureza e dimensão, por melhor que seja a metodologia escolhida para a realizar, tem sempre e inevitavelmente erros associados, que importa avaliar e quantificar para aferir do rigor da informação produzida, neste sentido, o Núcleo Executivo agradece os comentários e sugestões que permitiram melhorar o conteúdo e a apresentação deste trabalho de actualização do diagnóstico concelhio a todos os parceiros do CLASMC.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O objectivo do **Sistema de Informação<sup>1</sup> (SI)** é colocar a **informação pertinente para a actualização do diagnóstico social do concelho, mais próxima das pessoas e das Entidades que constituem ou não o CLASMC, prestando-lhes assim, um serviço de qualidade.**




Neste ponto explicamos as **opções estratégicas para a construção do SI 2007/2008 do CLASMC** e apresentamos as diferentes partes que o compõem, sendo designadamente:

-  A primeira parte, uma introdução onde se faz o enquadramento histórico do SI e se refere a metodologia utilizada e o tipo de diagnóstico social realizado;
-  A segunda parte, onde se apresenta os dados relativos às medidas/políticas sociais implementadas no concelho, por áreas, dados estatísticos e os principais problemas sociais do concelho, de forma quantitativa e qualitativa;
-  A terceira parte, onde se apresenta um quadro síntese dos principais problemas e áreas a priorizar na intervenção 2009/2011;
-  E a quarta parte, onde se apresenta os anexos, nomeadamente, as medidas de política social e respostas sociais não implementadas no concelho, as medidas não incluídas no SI e a bibliografia.

Referimos ainda que o SI pretende colocar à disposição das pessoas um conjunto de indicadores que de forma acessível, permitam traçar um **retrato alargado da realidade concelhia** nas seguintes áreas:

1. **TERRITÓRIO** (Território/Ambiente);
2. **AS PESSOAS** (Demografia, Educação/Formação, Emprego/Desemprego, Acção Social, Saúde e Habitação);
3. **AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS** (Agricultura e Turismo Sustentável);
4. **AS INSTITUIÇÕES** (Associativismo, Cooperação Territorial, Parcerias Territoriais).

A disseminação do produto final será efectuada, em formato digital, ficando disponível nos sites da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e do ISS, I.P., na área da Rede Social, procurando-se tornar a divulgação do SI:

-  Mais acessível, rápida e fácil de consultar;
-  Menos dispendiosa;
-  E mais amiga do ambiente.

Teremos o cuidado de facultar alguns exemplares em papel, por forma a garantir a equidade no acesso à informação para parceiros com diferentes capacidades e recursos.

**A divulgação do SI 2007/2008 é um elemento fundamental, para motivar os parceiros/pessoas a colaborarem com o CLASMC na sua elaboração e para promover uma cada vez maior utilização do SI no planeamento das actividades das Instituições parceiras do CLASMC.**

Tal como em instrumentos de planeamento anteriores os utilizadores dispõem, no início do documento do índice geral, de tabelas, de quadros e de siglas.

---

<sup>1</sup> O Sistema de Informação pode ser entendido como um sistema tanto manual como automático, composto por pessoas, máquinas e/ou métodos organizados para recolher, processar, transmitir e disseminar informação útil e pertinente para programar a intervenção social, visando permitir o conhecimento sobre a situação social no Concelho, relativa a um determinado momento, servindo de base à actualização e aprofundamento do Diagnóstico Social do concelho. Fonte: <http://en.wikipedia.org>

## ÍNDICE

	pág.
<b>1ª PARTE</b>	9
1. Introdução	10
2. Metodologia	11
<b>2ª PARTE</b>	15
<b>1. Território/Ambiente</b>	17
1.1 Dados da Intervenção	18
1.2 Dados Estatísticos	27
1.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas	28
1.3.1 Dinâmicas Territoriais	28
1.3.2 Mobilidade, Acessibilidade e transportes	29
1.3.3 Sistemas Ambientais e Sustentabilidade do Território	29
<b>2. As Pessoas</b>	34
<b>2.1 Demografia</b>	34
2.1.1 Dados Estatísticos	35
2.1.2 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas	36
<b>2.2 Educação e Formação Profissional</b>	39
2.2.1 Dados da Intervenção	39
2.2.2 Dados Estatísticos	54
2.2.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas	55
2.2.4 Cultura	61
<b>2.3 Emprego</b>	65
2.3.1 Dados da Intervenção	65
2.3.2 Dados Estatísticos	70
2.3.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas	71
2.3.3.1 Situação Sócio-Económica dos Agregados Familiares	73
<b>2.4 Acção Social</b>	75
2.4.1 Dados da Intervenção	75
2.4.2 Dados Estatísticos	94
2.4.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas	94
<b>2.5 Saúde</b>	102
2.5.1 Dados da Intervenção	102
2.5.2 Dados Estatísticos	105
2.5.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas	105
<b>2.6 Habitação</b>	110
2.6.1 Dados da Intervenção	110
2.6.2 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas	112
<b>3. As Actividades Económicas</b>	115
3.1 Dados da Intervenção	116
3.2 Dados Estatísticos	118

3.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas	120
3.3.1 Sectores de Actividade	120
3.3.1.1 Agricultura	121
3.3.1.2 Turismo	122
3.3.1.3 Empresas	123
<b>4. As Instituições</b>	125
4.1 Dados da Intervenção	126
4.2 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas	127
4.2.1 Cooperação Territorial	127
4.2.2 Parcerias Territoriais	128
4.2.2.1 Associativismo	129
<b>3ª PARTE</b>	132
Áreas / Problemas Que Não Vamos Priorizar! E Porquê?	134
<b>4ª PARTE</b>	147
Anexo 1	148
Anexo 2	152
Bibliografia	156

## ÍNDICE DE TABELAS

		<b>pág.</b>
Tabela 1	População residente no concelho, em 2002 e 2007, segundo grandes grupos etários	36
Tabela 2	Percentagem da população dependente e/ou deficiente por CSIF no Concelho	37
Tabela 3	Escolas do 1º CEB a funcionar no ano lectivo 2006/2007	55
Tabela 4	Escolas do 1º CEB a funcionar no ano lectivo 2007/2008	56
Tabela 5	Taxa de analfabetismo por CSIF	60
Tabela 6	Desemprego no concelho segundo a faixa etária	71
Tabela 7	Desemprego no concelho segundo níveis de escolaridade	72
Tabela 8	Desemprego no concelho segundo género, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego	72
Tabela 9	Situação sócio-económica dos agregados familiares	73
Tabela 10	Equipamentos para crianças, jovens e pessoas adultas com deficiência no Distrito	96
Tabela 11	Percentagem de população deficiente por CSIF no concelho	97
Tabela 12	Rede de Cuidados Continuados e Paliativos no Distrito	103
Tabela 13	População residente activa por sector de actividade económica	121

## ÍNDICE DE QUADROS

		<b>pág.</b>
Quando 1	Principais elementos de caracterização do território da Região do Norte	17
Quando 2	Indicadores de caracterização da Região do Norte – “O Território”	27
Quando 3	Principais elementos de caracterização do território da Região do Norte	34
Quando 4	Indicadores de caracterização da Região do Norte – “As Pessoas”	35
Quando 5	Indicadores de caracterização da Região do Norte – “As Pessoas”	54
Quando 6	Indicadores de caracterização da Região do Norte – “As Pessoas”	70

Quando 7	Indicadores de caracterização da Região do Norte – “As Pessoas”	94
Quando 8	Indicadores de caracterização da Região do Norte – “As Pessoas”	105
Quando 9	Principais elementos da Economia da Região do Norte	115
Quando 10	Indicadores de caracterização da Actividade Agrícola, Turística e Florestal no concelho “As Actividades Económicas”	118
Quando 11	Principais elemento da rede institucional da Região Norte	125
Quando 12	Análise SWOT	136
Quando 13	Principais Problemas e Prioridades	141
Quando 14	Iniciativas do 2º PDS Continuidade ou Não	145

## LISTA DE SIGLAS

ISS,I.P.	Instituto De Segurança Social, Instituto Público
SI	Sistema de Informação
CLASMC	Conselho Local de Acção Social de Macedo de Cavaleiros
EU25	União Europeia a 25
PNAI	Plano Nacional de Acção Social
CEPI	Centro de Estudos, Planeamento e Investigação
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
JRA	Jovens Repórteres do Ambiente
ZB	Zona Balnear
ESB	Escola Superior de Biotecnologia
UCP	Universidade Católica Portuguesa
A21L	Agenda 21 Local
PDM	Plano Director Municipal
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
RIP	Reconhecimento de Interesse Público
PERSU	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
INE	Instituto Nacional de Estatística
RSB	Resíduos Sólidos Biodegradáveis
PPAA	Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo
GTF	Gabinete Técnico Florestal
CDSS	Centro Distrital de Segurança Social
AMP	Área Metropolitana do Porto
CSIF	Comissão Social Inter-Freguesia
CIF	Comissão Social de Freguesia
CEB	Ciclo do Ensino Básico
AEC	Actividades de Enriquecimento Curricular
PIEF	Programa Integrado de educação e Formação
EFA	Educação de Formação de Adultos
CEFA	Cursos de Educação e Formação de Adultos
CEFJ	Cursos de Educação e Formação de Jovens
NEE	Necessidades Educativas Especiais

**CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade
DREN	Direcção Regional de Educação do Norte
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
TIC	Tecnologias de Informação e Conhecimento
CET	Cursos de Especialização Tecnológica
GAC	Gabinete de Apoio ao Cidadão
ADIMC	Associação de Desenvolvimento Integrado de Macedo de Cavaleiros
CNO	Cento Novas Oportunidades
ACIMC	Associação Comercial e Industrial de Macedo Cavaleiros
AJAM	Associação de Jovens Artistas Macedenses
ANDC	Associação Nacional de Direito ao Crédito
PME	Pequenas e Médias Empresas
RSI	Rendimento Social de Inserção
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
LNES	Linha Nacional de Emergência Social
PCCAC	Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a carenciados
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
CPCJ	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CNPCJR	Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
CERCIMAC	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Macedo de Cavaleiros
POPH	Programa Operacional de Potencial Humano
CSI	Complemento Solidário Para Idosos
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
APADI	Associação de Pais e Amigos do Deficiente Mental
ASCUDT	Associação Sócio-Cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes
APPACDM	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
PRI	Programa de Respostas Integradas
RNCC	Rede Nacional de Cuidados Continuados
IPJ	Instituto Português da Juventude
PCHI	Programa Conforto Habitacional para Idosos
NLI	Núcleo Local de Inserção
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade do Poder de Compra
VAB	Valor Acrescentado Bruto
ONG	Organização Não Governamental
EI	Espaço Iniciativa
VIMONT	Associação Juvenil de Melhoramento de Vilar do Monte
PII	Plano de Intervenção Imediata
AAMMOR	Associação de Amigos e Melhoramentos de Morais
SWOT	Forças – Fraquezas – Oportunidades - Ameaças
DOM	Desafios, Oportunidades e Mudanças
DAAP	Departamento de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

# 1ª PARTE

## 1. INTRODUÇÃO

O primeiro SI do CLASMC foi apresentado em Dezembro de 2003, em formato de papel e digital, documento onde ficou “armazenada” informação de nove áreas temáticas - Demografia /População, Habitação, Habitação Social e Infra-estruturas de Saneamento Básico, Educação, Associativismo e Equipamentos Desportivos e Recreativos, Saúde, Acção Social, Segurança, Emprego/Formação Profissional e Actividades Económicas – e uma reflexão interpretativa conjunta sobre os problemas e as suas causas, assim como a identificação de recursos endógenos e exógenos ao território.

Este **Sistema** era composto por grelhas de recolha de informação que incluíam inúmeros indicadores, existindo uma grelha por cada entidade parceira, tendo sido estipulado um período de tempo, no qual cada entidade por sua iniciativa e responsabilidade deveria proceder à recolha da respectiva informação.

Este procedimento apresentou alguns **constrangimentos para a operacionalização do SI, sendo designadamente a morosidade da recolha e a responsabilização dos parceiros na iniciativa de recolher a informação**, os factores que mais pesaram na sua inoperância, nos anos que se seguiram (2004,2005,2006).

Apesar das dificuldades verificadas na operacionalização do SI, consideramos que era importante **retomá-lo, porque vivemos na época da informação, a qual é fundamental para a vida dos cidadãos e das Entidades que constituem ou não o CLASMC, sendo necessário para sustentar o processo de reflexão, planeamento e de decisão realizado pelo CLASMC.**

Em 2008, procedemos à reformulação do SI, com vista a torná-lo mais simples e operacional, procurando-se simultaneamente promover uma articulação entre os instrumentos de planeamento locais e nacionais, como por exemplo o PNAI e o Programa Operacional do Norte 2007-2013, com vista a permitir a recolha de indicadores de base local, de modo a alimentar uma base nacional, contribuindo-se para a aferição das metas do PNAI. Para além dos indicadores do PNAI, introduzimos outros indicadores, com o intuito de que **os instrumentos de planeamento do CLASMC não percam a originalidade, realismo e especificidade concelhia e permitam uma comparabilidade com a realidade internacional (EU 25) e nacional a vários níveis.**

O SI do CLASMC é composto por vários elementos<sup>2</sup>, **cingindo-nos neste documento apenas à sua vertente de actualização do diagnóstico social do concelho**, procurando-se dar um retrato das medidas/políticas sociais ao nível:

- ✚ Da protecção social nas áreas da **Acção Social, Habitação, Saúde, Educação/Formação, Emprego/Desemprego**;
- ✚ Do desenvolvimento sustentável na área do **Ambiente e Território** e de sectores estratégicos para o desenvolvimento local nas áreas das **Actividades Económicas** (Floresta, Agricultura e Turismo);
- ✚ Do desenvolvimento cultural na área do **Associativismo**.

## 2. METODOLOGIA

A recolha da informação foi efectuada entre Janeiro e Março de 2008 e de 2009, reportando-se aos anos de 2007 e 2008, o “momento da recolha”, o que significa que seja qual tenha sido o modo de recolha, **toda a informação recolhida refere-se a um determinado momento**. A referência a este momento é fundamental para **evitar duplicações ou omissões de contagem, provocadas pela mudança da realidade social**.

Contudo, para se manter relevante e actual a informação recolhida, enquanto “retrato” da realidade, foi necessário saber acompanhar as constantes mudanças a que essa realidade está sujeita, detectando novas necessidades, fazendo opções sobre o que, a cada momento importa medir e auscultando todos os pares, o que se, por um lado, contribui para a actualização/actualidade da informação e democracia/participação de todos, por outro, contribui também para a dilatação dos prazos de conclusão.

A reestruturação do SI foi elaborada tendo por um lado, **o objectivo de garantir a pertinência e a qualidade da informação recolhida em consonância com as transformações ocorridas no concelho desde 2003 e, por outro, dar resposta às novas exigências dos PNAI 2006/2008 – 2008/2010, alterando-se alguns procedimentos de recolha de informação**, sendo designadamente:

1. A construção de uma grelha de recolha de indicadores centrada nos PNAI e discutida com todos os pares;

---

<sup>2</sup> O sistema de informação do CLASMC possui vários elementos inter-relacionados que recolhem, manipulam, armazenam e disseminam os dados e informações, fornecendo um mecanismo de feedback., entre os parceiros, através da base de dados do CLAS (instrumento nacional), da recolha de dados, por áreas temáticas, efectuada pelo CLASMC, momentos/espacos criados em plenário para (parceiros) apresentarem boas práticas, planos de actividades, prestarem informações, do Boletim BREVES, das brochuras e/ou folhetos informativos, da colocação de documentos na Internet, da participação em feiras (Macedo Mostra), da elaboração e divulgação de guias de recursos e instrumentos similares, da realização de fóruns comunitário abertos à população ou a grupos específicos da população, dos estudos específicos realizados, quer por entidades concelhias (por exemplo, o trabalho que esta a ser realizado pelo EDAI do Projecto Trampolim), quer por entidades com um âmbito de actuação regional e/ou nacional, da divulgação das actas do núcleo executivo e plenário, da divulgação de instrumentos de planeamento (PDS, Planos de Acção), dos inquéritos e questionários aplicados à população, entre outros.

2. A recolha da informação/dados passou a ser responsabilidade do núcleo executivo, solicitando-se apenas às entidades parceiras colaboração/cedência e interpretação da informação recolhida;
3. O período de recolha informação decorre todos os anos, entre Janeiro e Março, reportando-se aos dados do ano anterior;
4. Como já foi referido, **os indicadores dos PNAI e do Programa Operacional do Norte 2007-2013, passarão a estruturar o SI 2007/2008 do CLASMC, permitindo uma comparabilidade a nível nacional.** Contudo, outros indicadores foram sugeridos pelos diferentes parceiros, durante o período de recolha, ficando a sua inclusão neste sistema dependente do grau de dificuldade, morosidade e/ou recursos necessários para a recolha da respectiva informação;
5. Os indicadores são de âmbito concelhio;
6. O conteúdo inserido no documento é o resultado do equilíbrio entre a informação que se desejaria e a que é efectivamente viável recolher: - cada indicador tem um custo em termos técnicos e operacionais, de sobrecarga dos respondentes e em termos de prazos de difusão.

A estrutura actualmente criada para sustentar o SI do CLASMC, decorre do processo de dinamização/consolidação da REDE SOCIAL no concelho e da complementaridade existente entre as parcerias e os projectos existentes, nomeadamente, o Projecto TRAMPOLIM<sup>3</sup> – Acção 1 – Centro de Estudos, Planeamento e Investigação (CEPI) que no que concerne à área de planeamento/investigação, um dos objectivos centrais do Projecto, reflecte a imperatividade de “**Consubstanciar o trabalho desenvolvido pelo CLAS de Macedo de Cavaleiros na área de investigação, designadamente os estudos de suporte já realizados ou em concretização/actualização (...)**”, reforçado pela realização de estudos relativos a temáticas/problemáticas específicas, considerando a pertinência e representatividade fenoménica no quadro social concelhio.

Neste quadro o SI irá ser complementado por outros estudos de diagnóstico/instrumentos de planeamento realizados no concelho, como é o caso do:

- ✚ **Estudo Sócio-Demográfico e Habitacional do Concelho de Macedo de Cavaleiros**, realizado pelo Projecto TRAMPOLIM/CEPI<sup>4</sup>, o qual se encontra em fase de conclusão e apresentará informação a nível demográfico, precariedade habitacional, caracterização sócio-económica dos efectivos populacionais, tipologia de dependência/deficiência e educação/formação;
- ✚ **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**, realizado no âmbito do Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- ✚ **Carta Educativa**, realizada no âmbito do Concelho Municipal de Educação;
- ✚ **Relatório ECO XXI**, realizado no âmbito do Pelouro do Turismo e Ambiente;
- ✚ **Estudo Sobre As Respostas / Equipamentos Sociais Para Idosos No Concelho.**

<sup>3</sup> O Projecto TRAMPOLIM enquadra-se num contexto de intervenção alargada, pelo que a sua elaboração se baseou nos instrumentos produzidos no âmbito da Rede Social / CLAS de Macedo de Cavaleiros, particularmente no PDS 2003/2005 (em vigor à data de candidatura).

<sup>4</sup> O Projecto TRAMPOLIM efectuou a recolha no período de 2006/2007 e analisou a informação no período de 2008.

O SI do CLASMC dará contributos para:

- ✚ Actualizar o Diagnóstico Social do Concelho;
- ✚ Facultar informação técnica útil para os processos de planeamento;
- ✚ Fomentar a circulação da informação;
- ✚ Contribuir para a consolidação do CLASMC;
- ✚ Monitorizar resultados e performances;
- ✚ Veicular informações úteis que permitam otimizar a execução dos PDS e Planos de Acção;
- ✚ E apontar áreas onde seja necessário aprofundar o conhecimento, dando origem a estudos de diagnóstico/aprofundamento do conhecimento em áreas específicas<sup>5</sup>.

Quanto às medidas/políticas sociais integradas neste documento, refira-se que procuramos incluir todas as medidas que fazem parte dos PNAI. Contudo, vimo-nos obrigados a excluir a recolha de informação relativamente a alguns indicadores, pelos seguintes motivos:

- ✚ **Dificuldades em obter informação** (medidas/políticas da responsabilidade dos Ministérios da Economia; Finanças, Justiça, Ambiente e Ordenamento do Território, Administração Interna, Obras Públicas, contidas nos PNAI);
- ✚ **Serem de âmbito nacional** e não haver registos desta medidas, nas instituições/serviços locais e/ou distritais (por ex: Retribuição Mensal Mínima Garantida, Linha Saúde 24, entre outras);
- ✚ **Não serem uma realidade concelhia** (por ex: pessoas sem abrigo).

Referimos ainda que há um conjunto de medidas/políticas sociais que apesar de terem sido integradas neste documento, **não foi possível recolher informação sobre as mesma, porque são medidas que surgiram no PNAI 2008/2010**, quando os instrumentos de recolha já estavam construídos e a dinâmica de recolha de informação já tinha sido lançada.

Contudo, consideramos importante inclui-las neste documento pela função informativa que terão, uma vez que este é um documento de grande divulgação ao nível dos agentes de desenvolvimento local (técnicos, dirigentes), mas também ao nível da população.

O “retrato” que apresentamos do concelho **é um diagnóstico sintético**, o qual foi elaborado através do cruzamento de um conjunto de instrumentos de planeamento estratégicos de carácter nacional e local (os

---

<sup>5</sup> O SI apontou a necessidade de aprofundar o conhecimento ao nível dos equipamentos/respostas sociais para idosos, dando origem à elaboração “**Estudo sobre Respostas/Equipamentos Sociais para Idosos no Concelho**”.

quais temos estado a citar ao longo do documento), utilizando-se uma bateria de indicadores que é o resultado do cruzamento de todos eles.

**A metodologia utilizada para a sua construção foi:** - Recolha e Análise Estatística; - Análise Documental; - Entrevistas directivas e semi-directivas; Grupos de Trabalho Temáticos e Grelha de Hierarquia de Prioridades de Intervenção e Análise SWOT.

Um dos documentos de referência utilizados para a elaboração deste diagnóstico foi o relatório do **Programa Operacional Norte 2007-2013**, no qual nos baseamos para construir a sua estrutura organizativa, distribuindo-se a informação apresentada pelas seguintes temáticas - **O TERRITÓRIO, AS PESSOAS, AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E AS INSTITUIÇÕES** – consideradas as mais relevantes para uma análise/reflexão sobre o Desenvolvimento Local do concelho.

Iniciamos a análise de cada uma das temáticas - **o território, as pessoas, as actividades económicas e as instituições** –, apresentando um quadro extraído do relatório **Programa Operacional Norte 2007-2013**, o qual sintetiza as principais conclusões relativas às temáticas / problemáticas da Região Norte, apresentando-se de seguida os dados da intervenção, relativamente às medidas de política social aplicadas no concelho, passando-se em seguida a um outro quadro estatístico extraído do Relatório acima citado, onde apresentamos **um quadro de indicadores**, o qual nos **permite realizar uma análise comparativa**, a nível comunitário, nacional, da região norte, de Trás-os-Montes e, sempre que possível, do concelho, afinando-se de seguida para uma análise dessa mesma temática no Concelho, procurando-se que nessa análise esteja patente a **reflexão e experiência prática dos agentes locais**.

# 2ª PARTE

# **TERRITÓRIO / AMBIENTE**

## 1. O TERRITÓRIO / AMBIENTE

O relatório do Programa Operacional do Norte 2007-2013, relativamente a esta temática, apresenta o seguinte quadro síntese dos principais elementos de caracterização do território da Região do Norte.

### QUADRO 1 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO DO NORTE

- “ 1. A Região possui uma área de 21.287 Km<sup>2</sup>, a 3<sup>a</sup> maior do país e que coloca no 1<sup>o</sup> quartil das maiores NUTS II da EU 25, e uma densidade populacional 175 habitantes/Km<sup>2</sup>.
2. A geografia da densidade populacional da Região demonstra uma forte concentração da população no litoral (que regista uma densidade de 365 habitantes/Km<sup>2</sup>) registando-se um reforço da desertificação no interior (actualmente com 36 habitantes/Km<sup>2</sup>).
3. A estrutura urbana da região caracteriza-se por uma clara oposição litoral-interior. No litoral, como centralidades de relevo, para além da área metropolitana, salientam-se Braga e Guimarães, enquanto no interior apenas merecem destaque Chaves, Bragança e Vila Real.
4. A Região Norte apresenta uma rede de itinerários Principais e Complementares equilibrada, embora estejam ainda por concluir 880Km de estrada face ao previsto no Plano Rodoviário Nacional 2000.
5. Mais de metade da população da região encontra-se servida pela rede ferroviária, tendo-se concluído nos últimos anos importantes remodelações de infra-estrutura.
6. A Região detém um dos maiores aeroportos da Península Ibérica, cujo conjunto de trabalhos de expansão já realizados e previstos, permitem garantir um crescimento potencial do tráfego de passageiros.
7. Apesar da evolução favorável, a região Norte ainda apresenta nove municípios em que apenas 50% ou menos da população residente é servida por sistemas de abastecimento de água. Esta situação é particularmente crítica dado que a maioria destes concelhos apresenta uma elevada densidade populacional.
8. Cerca de 40% do território da Região está coberto por um estatuto de conservação da natureza e dos seus recursos, sendo este aspecto determinante para a definição de qualquer estratégia regional de desenvolvimento.
9. O Norte rural apresenta-se como um espaço multinacional, onde três novas tendências se destacam: a complementaridade e substituíbilidade entre agricultura, floresta e turismo rural, a regressão global dos usos agro-florestais e a expansão de incultos.”

## 1.1 Dados da Intervenção

### EDUCAÇÃO AMBIENTAL

#### ► Promoção da Educação Ambiental/EDS por Iniciativa do Concelho

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
Existência de empenho dos municípios em relação à implementação da Agenda 21 local, nomeadamente no que diz respeito a <b>iniciativas de (in)formação e educação ambiental, traduzida na dinamização de estruturas de educação ambiental e na implementação de Projectos de iniciativa do Município.</b>	Dinamização de equipamentos e acções continuadas de educação ambiental/para o desenvolvimento sustentável em cada concelho	<p><b>O Concelho dispõe de:</b></p> <p><b>3 Equipamentos de Educação Ambiental</b>, nomeadamente, o Ecocentro de Macedo de Cavaleiros; a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (inclui Núcleo de Salselas e Percursos Pedestres); e o Ecoteca de Macedo de Cavaleiros.</p> <p><b>3 Projectos Continuados</b>, nomeadamente, Resíduos com Valor; Biodiversidades; e Alterações Climáticas.</p> <p><b>4 Actividades de Formação</b>, nomeadamente, o Curso de Digiscoping; de Aves Nocturnas da Terra Quente; de Aplicações Didácticas das Energias Renováveis; e o Curso de Identificação e Conservação de Cogumelos.</p> <p><b>10 Acções de Sensibilização</b>, nomeadamente, Exposição Eco-Códigos; Feira da Caça 2007; Visualização de Eco-Filmes; Oficinas de Reciclagem de papel; Quem conta um conto, conta um Ecolivro; A Ecoteca vai às Escolas; Dia da Ciência; Vaivém do Oceanário; Divulga Ambiente; Praia Fluvial, Praia Doce.</p>

#### ► Programa Eco-Escolas e Jovens Repórteres para o Ambiente

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
O galardão Eco-Escolas atesta a existência na escola de um <b>programa de educação ambiental coerente</b> , com o objectivo de <b>fomentar a educação, formação e consciencialização</b> , consistindo na realização de iniciativas promovidas por autoridades locais em apoio à Agenda 21.	Implementar o Programa Eco-Escolas em todas as escolas de ensino básico do concelho e o Projecto Jovens Repórteres para o Ambiente na maioria das escolas de ensino secundário e profissional do concelho.	<p>Estes dados podem revelar as dinâmicas das escolas na área da educação ambiental e também a adesão a projectos de carácter internacional:</p> <p><b>Em 2006/07 foram:</b></p> <p>2 Os projectos <b>Jovens Repórteres do Ambiente (JRA) inscritos.</b></p> <p><b>Em 2007:</b></p> <p><b>Concluí-se 1 projecto JRA.</b> <b>E publicou-se 10 artigos JRA.</b></p> <p><b>Em 2007/08 foram:</b></p> <p><b>7 As escolas inscritas</b> <sup>6</sup> no <b>Programa Eco-Escolas e 6 as escolas galardoadas</b> <sup>7</sup>.</p>

<sup>6</sup>As Escolas inscritas foram: Jardim-de-Infância de Vilarinho de Agrochão, JI Bagueixe, JI Talhas, JI Travanca, Jardim-de-Infância nº2, Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros, Escola Básica nº 1 de Macedo de Cavaleiros (Pólo 1 e 2), Escola Básica nº1.

<sup>7</sup>As Escolas galardoadas foram: E.B. 2,3/S de Macedo de Cavaleiros, E.B. 2,3 de Macedo de Cavaleiros (Pólo 1 e 2), Jardins nº2, Bagueixe, Travanca e Vale da Porca.

### ► Implementação da Campanha Bandeira Azul

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>A Campanha Bandeira Azul é uma Campanha da Fee, que <b>premia as zonas balneares</b>, portos e marinas que <b>cumprem os critérios relativos à Qualidade da Água Balnear; Informação e Educação Ambiental; Gestão Ambiental e Equipamentos</b>. O objectivo é a protecção dos oceanos, mares e zonas costeiras, <b>utilizando e desenvolvendo racionalmente os recursos vivos marinhos</b>.</p>	<p>Totalidade das zonas designadas como balneares, portos e marinas com Bandeira Azul.</p>	<p><b>Existe no concelho uma (1) Zona Balnear (ZB), a qual foi atribuída, pelo segundo ano consecutivo a Bandeira Azul.</b></p> <p><b>Nota</b> – A Praia Fluvial da Ribeira foi designada em Janeiro de 2009, não se podendo candidatar, no mesmo ano, à bandeira azul.</p>

## INSTITUIÇÕES

### ► Agenda 21 Local e Participação

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p><b>Este indicador permite avaliar o empenho dos municípios em relação à Agenda 21 Local.</b></p> <p>O objectivo é a promoção de iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21 Local.</p>	<p>Existência da Agenda 21 Local implementada em todos os municípios.</p>	<p><b>O projecto foi iniciado em Fevereiro de 2006</b> com o estabelecimento da <b>parceria entre a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste – EIM e Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa (ESB-UCP)</b>, tendo a duração de 18 meses. A coordenação ficou a cargo da Resíduos do Nordeste com a assessoria técnica do Grupo de Estudos Ambientais da ESB-UCP.</p> <p><b>Em cada um dos oito Município intervenientes foi constituído o Grupo Coordenador Local para acompanharem de forma sistemática a implementação da A21L.</b> Dos GC fizeram parte elementos em representação da Câmara Municipal e de Serviços Municipalizados e ainda outras entidades com representatividade local.</p> <p>A dinâmica criada com a Agenda 21 Local poderá ser aferida pelos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nº de actividades realizadas de promoção da participação pública, as quais resultaram em oito (8) fóruns participativos e oito (8) seminários temáticos.</li> <li>- Nº de documentos estratégicos que resultaram da Agenda 21 Local, nomeadamente, o Plano de Acção "Nordeste Transmontano no Caminho da Sustentabilidade" e a " Matriz Energética" do Nordeste Transmontano.</li> <li>- Nº de actividades/projectos decorrentes da implementação da Agenda 21 Local, do qual se destaca o Projecto Inovarural</li> </ul> <p><b>Em Dezembro 2007</b>, destaca-se a elaboração do</p>

		<p>Documento Estratégico para o Plano de Acção, denominado "Nordeste Transmontano no Caminho da Sustentabilidade", o qual sintetiza os resultados da participação cidadã, além das reflexões da equipa técnica e o diagnóstico sintético de sustentabilidade.</p> <p><b>Em Setembro 2007</b>, destaca-se a aprovação da candidatura "Matriz Energética" no Programa Ambiente da Fundação Calouste Gulbenkian.</p> <p>Refira-se ainda que decorrente da Agenda 21 e no âmbito das acções preparatórias do Programa Operacional Regional do Norte foi aprovada a candidatura "INOVARURAL" cuja implementação se iniciou em Outubro 2008.</p>
--	--	--

## ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AR, ÁGUA, RESÍDUOS

### ► Ordenamento do Território

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador pretende avaliar algumas das características da qualidade de vida das populações relacionadas com o ordenamento do território, bem como algumas medidas de intervenção do município nesta matéria.</p> <p><b>O objectivo é apoiar a implementação de uma dinâmica demográfica e sustentabilidade.</b></p>	<p>Não existem metas estabelecidas, sendo desejável a melhoria gradual da qualidade de vida das populações e o equilíbrio paisagístico.</p>	<p>Área de Espaço Verde Público (m<sup>2</sup>): <b>26 290</b>            Espaço Urbanizável Actual (ha): <b>210</b>            Espaço urbanizável no PDM (ha): <b>525</b>            Taxa de execução de espaço urbanizável: <b>40%</b>            Área de utilização agrícola da RAN (m<sup>2</sup>): <b>6810</b>            Área total da REN (ha): <b>14 601</b>            Área desafectada da RAN por efeito de PMOT = <b>0%</b>            Área excluída da REN por efeitos de PMOT+RIP=<b>0%</b></p> <p>PDM - Plano Director Municipal            RAN - Reserva Agrícola Nacional            REN - Reserva Ecológica Nacional            PMOT - Plano Municipal de Ordenamento do Território            RIP - Reconhecimento de Interesse Público</p>

### ► Qualidade do Ar e Informação ao Público

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador pretende avaliar o desempenho do município em termos de avaliação e gestão da qualidade do ar, nomeadamente no que se refere a iniciativas voluntárias para a caracterização deste descritor e sua melhoria, bem como as formas de sensibilização e divulgação de informação sobre esta matéria.</p> <p>O objectivo é a protecção da atmosfera e protecção e promoção da saúde humana.</p>	<p>Pretende-se estimular os municípios no sentido de se empenharem na implementação de medidas de âmbito local que possam contribuir para a preservação e melhoria da qualidade do ar e divulgação de informação sobre esta temática ao público.</p>	<p><b>Não possuímos focos de disseminação da poluição do ar relevantes nas proximidades.</b> Este parâmetro não faz, para já, parte desta recolha.</p>

### ► Qualidade do Água para o Consumo Humano

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>As normas estipuladas estão contempladas na legislação nacional e comunitária.</p> <p>A verificação de conformidade da qualidade da água para consumo humano define-se como a aplicação de um conjunto de regras que permitem avaliar se a qualidade da água, determina com base na frequência mínima de amostragem estipulada para cada grupo de parâmetros e definida no Anexo III do DL 243/01, cumpre a norma ou o padrão de qualidade referente ao uso para consumo humano, estabelecidos no Anexo I do mesmo DL.</p>	<p>As metas a atingir são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A ausência de violações aos valores paramétricos estabelecidos na lei.</li> <li>- A ausência de violações à frequência de medição estabelecida na lei.</li> </ul>	<p>Os indicadores considerados são a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Percentagem de análises em falta;</li> <li>- Percentagem de violações aos valores paramétricos.</li> </ul> <p>Valores consultáveis em: <a href="http://www.irar.pt">www.irar.pt</a></p>

### ► População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador procura avaliar a cobertura da rede de abastecimento de água para consumo humano. <b>O objectivo é a protecção da qualidade e do abastecimento de água doce;</b> aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gestão e utilização dos recursos aquáticos.</p>	<p>95% da população servida por sistemas de abastecimento de água.</p>	<p>Os indicadores considerados são a/as:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Percentagem de população abastecida por água pública, a qual é de <b>100%</b></li> <li>- Acções do Município que visam promover a adequação de gestão da rega em jardins e similares, <b>sendo a rega dos jardins públicos feita com água não tratada.</b></li> <li>- Acções do Município que visam sensibilizar a população para o uso eficiente da água, tendo o Município <b>investido na colocação de outdoors e cartazes.</b></li> </ul>

### ► População Servida por Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador procura <b>avaliar a cobertura dos sistemas de drenagem de água residuais em termos de população servida e da população efectivamente servida por tratamento de águas residuais.</b> O objectivo é a protecção da qualidade e do abastecimento de água doce: aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gestão e utilização dos recursos aquáticos.</p>	<p>90% ou mais de população servida com sistema de drenagem e tratamento de águas residuais.</p>	<p>Os indicadores considerados são a/as:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Percentagem da população residente servida por sistemas de drenagem de águas residuais: <b>93%</b></li> <li>- Percentagem da população servida por sistemas de tratamento de águas: <b>90%</b></li> <li>- Acções de informação e sensibilização ambiental para o uso eficiente da água, as quais têm consistido na <b>distribuição de folhetos acerca do destino correcto a dar aos óleos alimentares usados</b> (Resíduos do Nordeste) e realização de <b>acções de sensibilização para os empresários do ramo da hotelaria e restauração.</b></li> </ul>

### ► Produção e Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
Produção de resíduos sólidos urbanos. <b>O objectivo é a gestão ecologicamente racional dos sólidos e questões relacionadas com as águas residuais.</b>	Metas e estratégias definidas no âmbito dos planos sectoriais de resíduos PERSU (Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos).	Os indicadores considerados são: - A Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) Em 2006, <b>324 kg/hab/ano (0.887 Kg/dia)</b> Em 2007, <b>329 kg/hab/ano ou 0.901 Kg/dia</b>  - A Percentagem de RSU recolhidos selectivamente Em 2006, <b>4,96%</b> Em 2007, <b>6,47%</b>  <b>Nota</b> - Aumentaram as recolhas selectivas de todas as categorias (vidro, papel e embalagens), mas sobretudo as embalagens e o papel. <b>A taxa de recolha selectiva de RSU nacional foi de 4,9%</b> , em 2004 (Fonte: INE) e <b>a do Distrital</b> , em 2007 foi de <b>5.99%</b> .

### ► Valorização e Reutilização dos Resíduos Sólidos Urbanos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<b>Quantidade de resíduos que é valorizado através da reciclagem e/ou valorização energética, por tipo de resíduo produzido.</b> O objectivo é o mesmo do indicador anterior.	Metas e estratégias definidas no âmbito dos planos sectoriais de resíduos PERSU, para 2005, da legislação nacional e comunitária sobre embalagens e da legislação sobre aterros.	Os indicadores considerados são:  A existência de um sistema de valorização dos RSU, em 2007: - Não existia. - % de RSU desviada do aterro: 0% - % de RSB (Resíduos Sólidos Biodegradáveis): 0%  <b>Nota</b> - Já se pratica no Ensino Secundário e jardins a técnica da compostagem. Já se realizaram acções de sensibilização para a prática da compostagem quer para escolas, quer para agricultores. <b>Foi assinado em Fevereiro 2009, o contrato de construção da Unidade de Valorização Orgânica dos RSB por Digestão Orgânica no Nordeste Trasmontano</b> , que irá constituir um destino alternativo ao aterro. Estima-se que poderá desviar 10 000 ton/ano do aterro (18%).

## ENERGIA

### ► Valorização do Papel da Eficiência Energética

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<b>Este indicador pretende analisar as obrigações e competências dos municípios quer enquanto entidades consumidoras de energia e gestora dos seu próprio património, quer enquanto entidades reguladoras das actividades económicas e de construção e/ou exploração dos recursos endógenos do território sobre o qual possuem obrigações e responsabilidades.</b> O objectivo é	Valorização efectiva do papel da energia na gestão municipal.	Os indicadores considerados são:  - O <b>Controlo e desagregação por tipo de utilização final os seus consumos de energia:</b> Há desagregação de consumos por edifício.  - A <b>Implementação de programas de racionalização dos consumos nos edifícios, instalações ou frotas municipais:</b> Estabeleceu-se um objectivo colectivo da Autarquia para a redução de consumos globais pelo menos de 3%, entre os quais se incluiu o consumo energético dos edifícios. Este objectivo é também

<p>a modificação dos padrões de consumo; Promoção do desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos humanos; E protecção da atmosfera.</p>		<p>considerado na avaliação individual dos funcionários.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As <b>iniciativas/projectos/programas</b> ou <b>tem alguma política activa de promoção do aproveitamento dos recursos energéticos endógenos (ex. solar, biomassa, geotérmica, biogás, eólica, etc.):</b> Aproveitamento da Energia Eólica através de um gerador Eólico; da Energia Solar através dos painéis solares das Piscinas Municipais. Está em fase de projecto as duas mini-hídricas.</li> <li>- A <b>Participação em projectos de investimento de produção de electricidade a partir de fontes de energias renováveis:</b> Investimentos em projectos de um sistema solar térmico para aquecimento de águas nas piscinas municipais, e também em instalações de aquecimento central a biomassa nas escolas do ensino básico e jardins-de-infância.</li> </ul>
--	--	--

## CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

### ► Áreas Classificadas

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>Número e superfície ocupada de Áreas Classificadas (inclui Áreas Protegidas integradas na Rede Nacional Áreas Protegidas; áreas da Rede Natura 2000 – sítios da lista nacional de Sítios, Sítios de Interesse Comunitário e Zonas de Protecção Especial; Áreas Classificadas ao abrigo de acordos internacionais ou do Conselho da Europa. <b>O objectivo é a conservação da natureza e diversidade biológica.</b></p>	<p>A conservação da diversidade biológica estabelece a meta de designar um sistema de Redes Ecológicas de Áreas Protegidas à escala global até 2010.</p>	<p><b>A percentagem do concelho com estatuto de área protegida</b> pertencente às Áreas Classificadas <b>é de: 24,4% do concelho é Rede Natura</b>, nomeadamente os Sítios de Montesinho-Nogueira (PTCON0002), Rio Sabor e Maças (PTCON00021), Sítio de Morais (PTCON0023) e Romeu (PTCON0043).</p> <p><b>A Área Protegida do concelho</b> incluída na Rede Nacional de Áreas Protegidas <b>é de: 4 987 ha da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA).</b></p>

### ► Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador pretende aferir a intervenção do município no controlo ou erradicação das espécies não indígenas invasoras ou com risco ecológico conhecido. <b>O objectivo é a implementação da Declaração sobre a Biodiversidade Biológica</b>, através da realização de iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21.</p>	<p>Diminuir a utilização de espécies não autóctones e controlo e erradicação das espécies invasoras. Divulgação do DL 565/99 e sensibilização acerca dos efeitos nefastos das espécies não indígenas invasoras a nível ambiental, económica e sanitário.</p>	<p><b>Em 2007/08</b>, o nº de acções que visam a <b>Conservação da Natureza e da Biodiversidade, foram 8</b>, fazendo-se em seguida uma breve descrição:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.Despoluição de linhas de água e limpeza de galerias ripícolas (vegetação nas margens das linhas de água);</li> <li>2.Repovoamentos com espécies vegetais autóctones de zonas onde ocorreram obras públicas;</li> <li>3.Condicionamento do trânsito em zonas sensíveis de multiplicação de aves e peixes Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA);</li> <li>4.Proibição de campismo em todas as áreas sensíveis na PPAA;</li> <li>5.Tratamento das antigas minas de volfrâmio e estabeleceu-se um programa de monitorização na lagoa, para onde são</li> </ol>

conduzidos e armazenados os efluentes resultantes; **6.**Divulgação do programa Antídoto no âmbito da Feira da Caça 2007; **7.**Vigilância e acções de patrulhamento nas áreas mais sensíveis, sobretudo no Verão, na PPAA, Sítio de Morais e Serra de Bornes; **8.**Limpeza de caminhos nas aldeias envolventes à Serra de Bornes, nomeadamente Grijó, Vale Benfeito, Bornes e Vilar do Monte.

Foram ainda realizadas **5 acções que visaram a gestão em áreas da Rede Natura feitas pelo Município**, nomeadamente:

- 1.Limpeza de caminhos na Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA)/Sítio de Morais;
- 2.Patrulhamento e vigilância, com maior enfoque durante os meses mais quentes;
- 3.Colocação de Sinalética de orientação e interpretação nos trilhos;
- 4.Repovoamento nas áreas de lazer com floresta autóctone;
- 5.Implementação no Sítio de Morais, ao abrigo do projecto Agro, de um projecto de beneficiação de área florestal, de aproveitamento da regeneração natural e novas plantações.

**O nº de acções de divulgação, educação e formação no âmbito da conservação da natureza:**

- Destinadas aos funcionários da autarquia: **0**
- Destinadas ao público em geral: **7**

**Sendo:**

**(1)** Curso de Formação - **Conhecer as Aves da Terra Quente**; **(2)** Curso de **Identificação e Conservação de Cogumelos Silvestres**; **(3)** Curso de **Técnicas de Produção Cinegética**; **(4)** Acções de **Sensibilização e informação para a Prevenção da Doença da Tinta e do Cancro do Castanheiro**; **(5)** Seminário - **Dia do Agricultor**; **(6)** Seminário acerca da **Gestão Sustentável dos Recursos Cinegéticos** inseridos na Feira da Caça 2006 e 2007; **(7)** Distribuição de folhetos de sensibilização acerca dos **Cuidados a ter na Paisagem Protegida da Natureza da Natureza**, com vista à preservação do espaço e da biodiversidade.

► **Gestão e Conservação da Floresta**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p><b>Este indicador procura avaliar o desempenho dos municípios na gestão e defesa das florestas e dos espaços florestais.</b> O objectivo é a conservação da natureza e diversidade biológica.</p>	<p>Pretende-se incrementar a gestão técnica dos espaços florestais e reduzir as áreas ardidadas a níveis compatíveis com as condições mesológicas locais.</p>	<p>Regista-se a existência do <b>Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios</b>, aprovado, em 2007, com vigência até 2012, o qual vai ser revisto até ao final do ano de 2009. Em 2010 o Plano estará disponível para consulta no site do Município. <b>O Plano em vigor prevê a execução/realização, até 2012 de:</b></p> <p>- <b>2042,75 ha de faixas de gestão e combate ao fogo ao longo da rede viária florestal, da rede eléctrica, dos aglomerados populacionais e dos polímeros industriais</b>, o que corresponde a <b>2,92% dos espaços florestais do concelho. Durante os anos de 2007/08, já se realizaram 662,51 ha das faixas de gestão de combustível, o que corresponde a 32,43% do planeado.</b></p> <p><b>Em 2007/08 foram:</b></p> <p>- Fizeram-se <b>5 de percursos interpretativos na PPAA;</b></p> <p>- Realizadas <b>80 Acções de sensibilização/reuniões para a prevenção de incêndios; - Constituídas equipas de vigilância na prevenção dos incêndios florestais</b>, nas áreas da PPAA e Monte de Morais; - <b>Realizada uma Campanha de Sensibilização e Prevenção dos Incêndios Florestais</b> a nível municipal com a distribuição de 22000 panfletos/desdobráveis, 12000 t-shirts, 12000 porta-chaves, 10000 canetas e 5000 bonés.</p> <p>Foram ainda colocados 6 outdoors (8x3m) em locais estratégicos e outros 6 outdoors (1,3x1,3m) colocados na PPAA. <b>Foram ainda passados spot's em três rádios locais</b> durante o período mais crítico dos incêndios florestais.</p> <p><b>Em 2008 foi adquirida:</b></p> <p>- <b>Uma viatura todo o terreno equipada com um kit de primeira intervenção e material de sapor florestal. - E um sistema de gestão de frotas para emergência</b> com o objectivo de melhorar a gestão de meios principalmente durante os incêndios florestais.</p>

## TRANSPORTES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### ► Mobilidade Sustentável

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador pretende aferir a existência de estruturas disponíveis facilitadoras de uma mobilidade mais sustentável. O objectivo é a modificação dos padrões de consumo; protecção e promoção da saúde humana; E protecção da atmosfera.</p>	<p>Criação de estruturas e políticas conducentes a uma mobilidade cada vez mais sustentável.</p>	<p>Os indicadores considerados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O nº de ruas com acessibilidade para todos: 163 ruas (colocação de rampas e passadeiras rebaixadas).</li> <li>- Os Km's de ciclo vias: 16 km</li> <li>- A Existência de transportes públicos colectivos de iniciativa do município ou em parceria com o mesmo: Foi melhorado o transporte colectivo para o Centro Escolar, o que veio diminuir o número de automóveis a realizar os mesmos transportes. Para o mesmo fim contribuiu o autocarro para a praia fluvial da Albufeira do Azibo, durante a época balnear.</li> <li>- A realização de acções de sensibilização para a mobilidade sustentável: Promoção de passeios pedestres e saídas de campo.</li> <li>- A existência de veículos da autarquia com tecnologias alternativas: Não existem.</li> </ul>

## RUÍDO

### ► Qualidade do Ambiente Sonoro

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>Este indicador pretende aferir a adopção de medidas conducentes à melhoria da qualidade do ambiente sonoro. O objectivo é lançar dinâmicas demográficas e sustentabilidade; e Protecção e promoção da saúde humana.</p>	<p>O Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro determina que na execução da política de ordenamento do território e urbanismo deve ser assegurada a qualidade do ambiente sonoro, na habitação, trabalho e lazer.</p>	<p>Este indicador não é considerado relevante nesta aferição, face à dimensão da cidade e restantes aglomerados populacionais, bem como às actividades humanas realizadas.</p>

Nível de desagregação:

Ano de recolha:

Informação recolhida relativa aos anos de:

Fontes:

Concelho

Janeiro/Fevereiro 2009

2007/2008

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; ECOTECA de Macedo de Cavaleiros; Resíduos do Nordeste

**1.2 Dados Estatísticos**

<b>QUADRO N.º 2 – INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – “O TERRITÓRIO”</b>					
Indicador	EU25	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros
Fontes: EUROSTAT / INE / CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS					
<b>Sistema Territorial</b>					
Área, 2005 (Km <sup>2</sup> )		92.089,7	21.285,8	8.171,4	699,2 <sup>(2)</sup>
População predominantemente urbana/população total, 2001 (%)		68 <sup>(1)</sup>	65,8	26,7	34,9
População predominantemente rural/população total, 2001 (%)		16 <sup>(1)</sup>	10	61,3	65,1
<b>Redes e Sistemas de Transportes</b>					
Km de auto-estradas, 2004		2091	452	n.d.	0
Infra-estrutura ferroviária: extensão das linhas em utilização (Km), 2004 Total		2835,8	524	n.d.	0 <sup>(2)</sup>
Via dupla ou superior		607,3	116,4	n.d.	n.d.
Linha electrificadas		1075,9	117,9	n.d.	n.d.
Índice de gravidade dos acidentes, 2005		3 (1)	2,7	5,2	n.d.
<b>Equipamentos Desportivos</b>					
Instalações desportivas artificiais, 2003 (nº)		10163(1)	3272	311	1 <sup>(2)</sup>
Pavilhão (nº)					2
Piscina coberta (nº)					1
Piscina ao ar livre (nº)					1
<b>Ambiente e Recursos Naturais</b>					
Total da área florestal 2008 (ha)		n.d.	n.d.	n.d.	34 498
Total de área florestal ardida, 2004 (ha)		129796 <sup>(1)</sup>	46.643	15.865	151 <sup>(2)</sup>
Taxa de superfície florestal ardida (%)		n.d.	n.d.	n.d.	0,44 <sup>(2)</sup>
Corporações do bombeiros (nº)		n.d.	n.d.	n.d.	1
Bombeiros (nº)		n.d.	n.d.	n.d.	95 <sup>(3)</sup>
População servida por sistemas de abastecimento de água, 2004 (%)		92,4	83,1	97,6	100 <sup>(3)</sup>
População servida por sistemas de drenagem de água residuais, 2004 (%)		74,6	61,3	84,6	93 <sup>(3)</sup>
População servida por estação de tratamento água residuais, 2004 (%)		61,7	51,6	61,3	90 <sup>(3)</sup>
Taxa selectiva de resíduos sólidos urbanos, 2004 (%)		4,9	4,9	2,3	6,47 <sup>(3)</sup>
Distribuição da produção de resíduos sólidos urbanos, 2004 (t)		4.569.522	1.448.913	77.481	n.d.
<b>Energia</b>					

Consumo de energia eléctrica por consumidor, 2004 (milhares de KWh) Total		7,5	7,4	3,4	n.d.
Doméstico		2,4	2,8	1,7	n.d.
Agricultura		5,7	2,9	3,0	n.d.
Industria		118,4	90,0	22,7	n.d.
Consumo doméstico de energia por habitante, 2004 (milhares de KWh)		1,18	1,20	1,00	n.d.
Consumo de combustível automóvel por habitante, 2004 (tep/hab)		0,69	0,59	0,38	n.d.
<b>Indicadores de Conforto</b>					
Alojamento segundo a existência das seguintes condições, 2001(%): Água canalizada no interior		97,9	97,4	97,7	n.d.
Instalações fixas banho/duche		93,7	91,8	89,1	n.d.
Instalações com telefone 2000		75,5	72,3	n.d.	n.d.
Postos telefónicos residenciais por 100 Habitantes, 2005		22,9	19,7	27,4	n.d.
Postos telefónicos públicos por 100 Habitantes, 2005		4,3	3,7	5,7	n.d.

Notas: n.d. = Dado não disponível

<sup>(1)</sup> = Dado do Continente

<sup>(2)</sup> = Dado de 2008.

<sup>(3)</sup> = Dado de 2007

### 1.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas

#### 1.3.1 Dinâmicas Territoriais

**Macedo de Cavaleiros** é um dos 14 concelhos que integram a NUT III - Alto Trás-os-Montes e ao nível administrativo é um dos municípios do distrito de Bragança, apresentando uma **área territorial de 699,2 Km<sup>2</sup>** que se distribui pelas 38 freguesias do concelho, integrando uma vasta área territorial, à qual se referem como “áreas rurais”, as quais estão afastadas da pressão urbanística e marcadas pelo envelhecimento populacional e desertificação do território, vivendo ainda na dependência de uma agricultura em declínio, continuando suspensas de uma teia frágil de centros urbanos e de uma oferta deficiente de serviços.

Para a alteração desta situação não contribuem as políticas públicas, as quais faltam recursos no território para as operacionalizar, havendo também falta de articulação / desajustamentos das políticas públicas, especialmente das políticas sociais à realidade local.

### 1.3.2 Mobilidade, Acessibilidades e Transportes

A rede viária principal presente no concelho compreende: dois itinerários principais (IP4 e IP2), 3 estradas regionais (ER206, ER216 e ER315), 6 estradas nacionais (EN15, EN102, EN213, EN215, EN217, EN316, EN317), 23 Estradas Municipais e 23 Caminhos Municipais.

Os itinerários principais asseguram a ligação externa (entre concelhos e principais centros urbanos da região), não existindo a alternativa ferroviária e as restantes vias de acesso são estradas e caminhos que asseguram a circulação interna do concelho.

Macedo de Cavaleiros, tal como o interior Norte, necessita de vias de acesso externas que promovam a ligação e aproximação aos grandes centros urbanos do país.

Verifica-se ainda **uma deficiente/inadequada rede de transportes públicos/colectivos face às necessidades da população**, situação que causa constrangimentos e não favorece o desenvolvimento do concelho.

### 1.3.3 Sistemas Ambientais e Sustentabilidade do Território

Como se pode verificar pela análise dos dados da intervenção, o concelho apresenta elevados índices de qualidade de vida e de bem-estar para a população.

No que concerne ao quadro infraestrutural básico e respectivos níveis de cobertura assegura uma cobertura de 100%, apresentando igualmente elevadas taxas no que concerne à drenagem e tratamento de águas residuais.

Relativamente ao sector da Recolha Selectiva e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, importa referir que Macedo de Cavaleiros, apresenta uma **taxa de RSU de 6,47% a qual é superior à taxa nacional (4,9%)**, considerando que apesar disso que deverá continuar-se a realizar esforços para melhorar este valor, uma vez que **continua a ser um problema a fraca valorização das questões ambientais pelas gentes do território**.

O concelho possui um património natural, paisagista e ecológico de relevo, com destaque para 24,4% (um quinto do concelho) da área do concelho incluídas na Rede Natura 2000, nomeadamente o Sítio de

Morais, Romeu, Nogueira/Montesinho e Sabor/Maçãs e a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (PPAA). A PPAA possui duas zonas balneares fluviais, sendo uma delas, **a Praia Fluvial da Fraga da Pegada seis anos consecutivos, galardoada com a Bandeira Azul e pelos quatro anos distinguida com a Bandeira Acessível.** As praias estão também equipadas com infra-estruturas desportivas que reforçam ainda mais a atractividade da área. Face às características naturais do concelho, à gestão sustentável, às boas práticas, **o Município tem sido premiado pela terceira vez consecutiva com o Galardão Eco-XXI.**

A floresta é uma das grandes riquezas do concelho, a qual é preocupação do Município preservar o que tem vindo a fazer com todas as acção de educação e prevenção, realizadas pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF) em 2007/2008, as quais fizeram com que o concelho, **nestes dois últimos anos fosse o concelho do Distrito com menos área ardida, em proporção com a área de espaço florestal.**

O problema do concelho é a perda de capital humano e a degradação do capital social, problema que ganha cada vez mais pertinência e nos obriga a reflectir sobre estratégias que contrariem ou atenuem este problema. Assumindo uma especial importância o objectivo estratégico de reforçar a rede de organizações colectivas, como por exemplo o associativismo agrícola e florestal, mais ligado às actividades económicas, sendo também importante o reforço desta rede em outras áreas.

Colocam-se também problemas ao nível da gestão do território, nomeadamente no que concerne à Reserva Ecológica Nacional (REN) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN). A delimitação efectuada não tem uma avaliação real no terreno, sendo que muitas vezes existem áreas sem valor quer ecológico ou agrícola, incluídos nesses perímetros, passando-se também o inverso. Isto leva muitas vezes a que as pessoas que pretendem investir nesses terrenos (sem valor ecológico ou agrícola) com projecto de desenvolvimento local não possam concretiza-los devido às condicionantes impostas pela REN e/ou RAN.

Apesar destas contrariedades ao nível da classificação do território, sobretudo as áreas classificadas como Rede Natura 2000 e da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, revelam potencialidades para a prática do turismo de Natureza, turismo científico e lazer, capazes de estimular uma dinâmica junto da

comunidade local e de reforçar o desenvolvimento local. Reconhece-se a importância de ganhar a aposta de melhorar o conhecimento, e a interpretação da Rede Fundamental da Conservação da Natureza (REN, RAN, Rede Natura 2000), bem como a recepção e o apoio aos visitantes. A genuinidade do território e das gentes, per si, poderá constituir uma importante um eixo fundamental do desenvolvimento da região e do concelho.

# **AS PESSOAS**

# DEMOGRAFIA

## 2. AS PESSOAS

### 2.1 Demografia

O relatório do Programa Operacional do Norte 2007-2013, relativamente a esta temática, apresenta o seguinte quadro síntese dos principais elementos de caracterização social da Região do Norte.

#### QUADRO 3- PRINCIPAIS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DA REGIÃO DO NORTE

“1. **Trata-se da Região mais populosa do país.** Com cerca de três milhões e setecentos mil habitantes, o que representa **35,4% da população residente em Portugal;**

2. Mesmo à escala europeia, a Região do Norte apresenta uma dimensão demográfica significativa, situando-se na 28ª posição no conjunto da UE25;

3. **Estamos em presença da população mais jovem do Continente, concentrando 38% dos jovens do país:**

4. **Esta juventude, como traço dominante da pirâmide etária regional, não esconde, porém uma estrutura bimodal de distribuição territorial da população, com maior concentração dos jovens no litoral, enquanto no interior se registam elevados índices de envelhecimento;**

5. Este traço tende, cada vez mais, a esbater-se dado que a Região, como um todo, começa a reproduzir algumas das tendências pesadas de evolução da demografia a nível nacional (baixa natalidade, fecundidade, etc);

6. Estamos em presença de **uma população com, em média, baixos rendimentos**, concretamente, com os mais baixos rendimentos a nível nacional;

7. **Em termos globais, estamos em presença de uma população com baixos níveis de instrução formal**, mesmo no contexto nacional (situação que, ainda, mais grave se torna quando sabemos que Portugal, no seu conjunto, apresenta o pior desempenho a este nível na UE25);

8. Por último, **o aumento do desemprego em Portugal tem assumido na Região do Norte os seus contornos mais graves.** Neste momento, a Região do Norte apresenta a **2ª maior taxa de desemprego a nível nacional**, verificando-se ainda um desemprego muito significativo, sobretudo na Área Metropolitana do Porto (AMP), de jovens diplomados.”

**2.1.1 Dados Estatísticos**

<b>QUADRO N.º 4 – INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – “AS PESSOAS”</b>					
Fonte: EUROSTAT / INE					
Indicador	EU25	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros
<b>Demografia</b>					
População Residente, 2005 (milhares)	461.478,7	10.569,6	3.737,8	219,2	16.897 <sup>(1)</sup>
Densidade Populacional, 2005 (hab/Km <sup>2</sup> )	116	115	176	27	24,4 <sup>(1)</sup>
Taxa de Variação da População, 2001/2005 (%)	1,8	2,1	1,4	- 1,8	3,2 <sup>(2)</sup>
Distribuição da População por grupos Etários, 2005(%): 0-14	16,5 <sup>(3)</sup>	15,6	16,4	12,0	11,66 <sup>(1)</sup>
15-24	12,8 <sup>(3)</sup>	12,2	13,2	12,8	12,31 <sup>(1)</sup>
25-64	54,4 <sup>(3)</sup>	55,1	55,5	51,5	52,07 <sup>(1)</sup>
>=65	16,4 <sup>(3)</sup>	17,1	14,9	23,7	23,96 <sup>(1)</sup>
Taxa de Natalidade, 2005(%)	10,5	10,4	10,0	6,9	6,2 <sup>(1)</sup>
Taxa de Mortalidade, 2005(%)	9,6	10,2	8,7	13,5	12,0 <sup>(1)</sup>
Índice Sintético de Fecundidade, 2005 (nº)		1,4	1,3	1,1	n.d.
Índice de Envelhecimento, 2005		110,1	90,9	198,0	205,5 <sup>(1)</sup>
Saldo Migratório, 2004 (%)	4,0	4,5	2,2	3,2	n.d
Proporção da População Estrangeira na População Portuguesa, 2001(%)		2,3	0,9	1,0	n.d
Taxa de variação da população estrangeira, 1991/2001(%)		78,1	2,5	- 2,1	n.d
Projeções da População, 2010 (milhares)	464.053,6	10.626,1	3.759,4	212,6	n.d
Projeções da População, 2020 (milhares)	469.270,2	10.489,2	3.724,8	199,2	n.d

Notas: n.d. = Dado não disponível

<sup>(1)</sup> = Dados do Anuário Estatístico da Região Norte de 2007

<sup>(2)</sup> = INE – Censos 2001 / Anuário Estatístico da região Norte 2007

<sup>(3)</sup> = Dados de 2003

## 2.1.2 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas

O concelho de **Macedo de Cavaleiros** enquadra-se numa tipologia de **território envelhecido e desertificado**<sup>8</sup>. Confirmando-se a informação apresentada no quadro n.º 1 e 2, verificamos que o concelho perdeu população, entre 2001 e 2007, registando-se uma perda percentual de 3,2%. A tabela 1 apresenta a população residente, por grandes grupos etários, em Macedo de Cavaleiros, entre 2001 e 2007.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO, EM 2002 E 2007, SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS ETÁRIOS											
Fonte: INE/Censos 2001-Anuário Estatístico da Região Norte 2007											
SEXO	FAIXA ETÁRIA				TOTAL	FAIXA ETÁRIA					TOTAL
	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 e mais anos		0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 e mais anos	75 e mais anos <sup>9</sup>	
<b>HM</b>	2517	2462	8547	3923	<b>17449</b>	1970	2080	8799	4048	1959	<b>16897</b>
<b>H</b>	1261	1222	4227	1720	<b>8430</b>	1010	1008	4320	1671	758	<b>8009</b>
<b>M</b>	1256	1240	4320	2203	<b>9019</b>	960	1072	4479	2377	1201	<b>8888</b>

A análise destes dados, mostra uma população envelhecida, registando-se um **elevado índice de envelhecimento**, o qual em 2007 é de **205,5%** (205,5 idosos por cada 100 jovens) e um **índice de dependência de idosos de 37,2%**.

<sup>8</sup>De acordo com as tipologias de território apresentadas no site da REDE SOCIAL, em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt) a **tipologia de território envelhecido e desertificado**, descreve a realidade de uma grande extensão do território continental português. Dá conta das **dinâmicas de inclusão dos territórios mais arredados do processo de crescimento económico e de desenvolvimento social**. São territórios em que os únicos factores positivos dizem respeito aos baixos níveis de criminalidade, à irrelevância das situações de sobrelotação das habitações e às taxas favoráveis ao nível da prestação de serviços de acção social. Os traços de exclusão efectiva ou potencial ligam-se ao não tanto ao envelhecimento da população, mas sobretudo, aos elevados níveis de isolamento e institucionalização desta população; ao analfabetismo; à incidência de população com deficiência e ao grande desequilíbrio entre pensionistas e a população desempregada.

<sup>9</sup>Refira-se que em 2007 acrescentamos a coluna relativa à população com 75 e mais anos, a qual está contabilizada na coluna dos 65 e mais anos, contudo necessitamos de especificar este grupo etário, uma vez que esta informação é necessária para calcular a taxa de cobertura do concelho relativamente aos lares de idosos.

Também o **Estudo<sup>10</sup>** realizado pelo Projecto TRAMPOLIM mostra que **25% da população inquirida, apresenta situações de dependência e/ou deficiência**, como se pode visualizar na tabela 2, a qual reflecte o número de pessoas inquiridas por CSIF e a respectiva percentagem de população com deficiência.

**TABELA 2 – PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO DEPENDENTE E OU DEFICIENTE POR CSIF NO CONCELHO**

Fonte: Projecto TRAMPOLIM/CEPI 2006/2007

INDICADORES	ZONA NASCENTE <sup>11</sup>	EN 216 <sup>12</sup>	XXI MAIS <sup>13</sup>	AFRECIMAC + 3 <sup>14</sup>	CASTANHA 7 <sup>15</sup>	TOTAL
POPULAÇÃO TOTAL	1547	654	1054	1445	768	<b>5468</b>
POPULAÇÃO DEPENDENTE E /OU DEFICIENTE	25,7%	35,9%	21,3%	32,2%	10,0%	<b>25,0%</b>

Através da tabela 2 podemos constatar que num total de 5471 inquiridos, verifica-se que 1400 (25,6%) apresentam uma situação de deficiência / dependência.

Neste sentido, através da tabela acima referida, verifica-se que a CSIF EN216 (35,9%) seguida da AFRECIMAC +3 (32,2%) apresentam as taxas mais elevadas de deficiência / dependência.

<sup>10</sup>O Estudo Sócio-Demográfico e Habitacional do Concelho de Macedo de Cavaleiros, realizado pelo projecto TRAMPOLIM/CEPI efectuou a recolha no período de 2006/2007. Neste momento encontram-se tratados e publicados os dados relativos às 37 freguesias rurais do Concelho. No que diz respeito, aos dados sócio-demográficos e habitacionais da freguesia de Macedo e suas anexas (Travanca e Nogueirinha), estes encontram-se em fase de inserção e análise estatística.

<sup>11</sup> CSIF ZONA NASCENTE, a qual engloba as freguesias de Bagueixe, Lagoa, Morais, Salselas, Talhas, Talhinhas e Vinhas.

<sup>12</sup>CSIF EN 216, a qual engloba as freguesias de Chacim, Lombo, Olmos e Peredo.

<sup>13</sup> CSIF XXI MAIS, a qual engloba as freguesias de Arcas, Espadanedo, Ferreira, Lamalonga, Murçós, Soutelo Mourisco, Vilarinho de Agrochão e Vilar do Monte.

<sup>14</sup> CSIF AFRECIMAC + 3, a qual engloba as freguesias de Amendoeira, Bornes, Burga, Carrapatas, Castelãos, Cortiços, Grijó, Vale Benfeito, Vale Prados, Vale da Porca, Vilar do Monte.

<sup>15</sup> CSIF CASTANHA SETE, a qual engloba as freguesias de Ala, Corujas, Edroso, Lamas, Podence, santa Combinha e Sezulfé.

# **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

## 2.2 Educação e Formação Profissional

### 2.2.1 Dados da Intervenção

#### MEDIDAS PARA COMBATER AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO ACESSO À EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO

##### CRIANÇAS E JOVENS

##### ► Rede de Equipamentos do Pré-escolar (Novo programa para áreas metropolitanas)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>A Rede de Equipamentos do Pré-escolar visa aumentar o número de vagas do pré-escolar para as <b>crianças dos 3 aos 5 anos</b>, reforçando as condições de igualdade no desenvolvimento sócio-educativo das crianças e para a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional das famílias jovens.</p>	<p><b>2006/2008</b> Alargar e racionalizar a rede de equipamentos pré-escolar até 2008, aumentando as taxas de cobertura em: 95% - 5 anos; 85% - 4 anos; 85% – 3 anos.</p> <p><b>2008/2010</b> Atingir uma cobertura de pelo menos 77% em todo o território continental. Atingir 100% da cobertura para as crianças com 5 anos.</p>	<p><b>Em 2006/2007, a taxa de cobertura do Pré-escolar é de 100%</b>, sendo de referir que embora não existam equipamentos em todas as freguesias, a Autarquia disponibiliza o transporte para o equipamento mais próximo, funcionando nestes equipamentos, <b>a componente de apoio à família</b>, ao nível do fornecimento do almoço e fazendo o <b>prolongamento das actividades até às 17:30h</b>.</p> <p><b>Em 2007/2008</b>, a realidade do concelho manteve-se, <b>continuando a taxa de cobertura a ser de 100%</b>.</p> <p>Relativamente à cobertura para as crianças com 5 anos, referi-se que <b>os equipamentos têm capacidade de responder a 100% das solicitações</b>.</p>

##### ► Escola a Tempo Inteiro (Actividades de Enriquecimento Curricular – 1º CEB)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Garantir a <b>igualdade de oportunidades no acesso a actividades de enriquecimento curricular</b> e promover a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.</p>	<p><b>2006/2008</b> Alargar o horário escolar até às 17:30h em 100% das escolas do 1º CEB, com oferta de actividades de enriquecimento curricular, até 2008.</p> <p>Generalizar o inglês e o estudo apoiado no 3º e 4º anos de escolaridade a todas as crianças, até 2008.</p> <p><b>2008/2010</b> Responder a 100% das solicitações.</p>	<p><b>Em 2006/2007, o 1º CEB recebeu 581 alunos</b>, os quais estiveram integrados nas AEC, sendo a <b>taxa de cobertura de 100%</b> e a oferta de actividades a seguinte: - <b>Música, Actividade Física e Desportiva, Apoio ao Estudo</b> – 581 alunos do 1º, 2º, 3º e 4º anos de escolaridade; - <b>Artes Plásticas</b> – 262 alunos do 1º e 2º anos de escolaridade; - <b>Inglês</b> – 319 alunos do 3º e 4º anos de escolaridade.</p> <p><b>No horário duplo</b> os alunos da cidade tiveram aulas do plano curricular apenas num período do dia (ou manhã ou tarde), sendo que as AEC funcionaram num dos outros períodos, apenas dois dias por semana. <b>No horário normal</b> as crianças permanecem na escola todo o dia das 9:15h às 17h, estando as AEC integradas neste horário.</p> <p>No ano lectivo de <b>2007/2008 a situação manteve-se</b> e o concelho teve 8 escolas do 1º CEB em funcionamento, das quais funcionaram: - 4 com horário normal;</p>

**CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

		- 3 com horário duplo; - a escola EB 1 n.º 1 teve 7 turmas em horário normal e 4 turmas em horário duplo.
Nível de desagregação:	Concelho	
Ano de recolha:	Janeiro/Fevereiro de 2009	
Informação recolhida relativa aos anos de:	2006-2007/2007-2008	
Fontes:	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros	

**CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO**

► **Gabinete de Apoio ao Aluno**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<b>Apoiar alunos com vista à prevenção e sinalização de casos problemáticos.</b>	<b>2008/2010</b> Implementar um gabinete de apoio ao aluno em cada sede de agrupamento de escolas.	<b>Existe um Gabinete de Apoio ao Aluno</b> , onde a Equipa da Saúde Escolar faz o atendimento segundo calendarização que a mesma elabora, nomeadamente ao nível de: - <b>Enfermagem – Psicologia – Nutricionista.</b>

► **Percursos Curriculares Alternativos**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO												
<b>Flexibilizar dispositivos de gestão de recursos e currículo em escolas com elevadas taxas de insucesso.</b>	<p><b>2006/2008</b> Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória a alunos até aos 15 anos de idade (inclusive) com insucesso escolar, até 2008.</p> <p><b>2008/2010</b> Responder a 100% das solicitações;  Assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória a todos os alunos até aos 15 anos de idade inclusive, com insucesso escolar repetido.</p>	<p>No ano lectivo de <b>2006/2007</b> esta medida abrangeu <b>11 alunos</b>, desde o 1º CEB, até ao Ensino Secundário, tendo-se respondido a todas as solicitações existentes/apresentadas.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nº ALUNOS/SEXO</th> <th>F</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>11</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>Em 2007/08</b> houve uma turma a frequentar o Curso de Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) com equivalência ao 2º ciclo do EB.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nº ALUNOS/SEXO</th> <th>F</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>12</td> <td>7</td> <td>5</td> </tr> </tbody> </table>	Nº ALUNOS/SEXO	F	M	11	-	-	Nº ALUNOS/SEXO	F	M	12	7	5
Nº ALUNOS/SEXO	F	M												
11	-	-												
Nº ALUNOS/SEXO	F	M												
12	7	5												

► **Iniciativa Novas Oportunidades**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO						
<p>Com esta iniciativa pretende-se <b>acelerar a qualificação dos portugueses</b>, tendo o nível secundário de educação e formação como objectivo de referência para todos, <b>visando superar o profundo défice estrutural do país</b> neste domínio, apostando em dois eixos de intervenção:</p> <p><b>Combater o insucesso e o abandono escolar precoce</b> por parte dos jovens e que constitui um dos factores fundamentais de reprodução de situações de pobreza e exclusão social, através da diversificação das vias de educação e formação, pelo reforço das vagas de natureza profissionalizante e da exigência de maiores taxas de aproveitamento escolar;</p> <p><b>Promover a elevação dos níveis de qualificação de base da população adulta</b>, através da criação de um sistema efectivo de formação dessa população, que mobilize, adapte e reforce os instrumentos disponíveis, designadamente na perspectiva dos grupos desfavorecidos.</p>	<p><b>2006/2008</b> Desenvolver, até 2008, 30 contratos programa de carácter inovador que visem a melhoria da qualidade educativa e a promoção do sucesso escolar e do sucesso escolar e do desenvolvimento comunitário.</p>	<p>Os cursos promovidos no âmbito desta medida, têm aproximadamente a duração de dois anos, sendo a avaliação dos formandos efectuada apenas no final.</p> <p><b>No ano lectivo de 2006/2007</b> foram promovidos <b>3 cursos</b>, dos quais <b>um decorreu na Escola EB 2-3 de Macedo de Cavaleiros – Educação e Formação de Adultos (EFA)</b>, o qual confere apenas certificação escolar e destina-se a <b>pessoas com idade igual ou superior a 18 anos e/ou jovens com idade inferior a 18 anos</b>, os quais <b>têm obrigatoriamente que estar inseridos no mercado de trabalho e a fazer descontos</b>.</p> <p>Os outros dois cursos decorreram na Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros – Cursos de Educação Formação (CEF), para <b>jovens dos 15 aos 17 anos, com problemas de insucesso escolar (retenções) ou em risco de abandonar o sistema de ensino</b>.</p> <p><b>Estes cursos conferem uma dupla certificação</b>, ou seja, a <b>equivalência ao 9º ano e carteira profissional de nível II</b>, o qual confere conhecimentos/competências profissionais.</p> <p>No ano lectivo de 2007/2008 para além dos currículos normais foram promovidos cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA) num total de 40 alunos nas turmas. Estes cursos são uma oferta integrada de educação e formação para públicos adultos com idade igual ou superior a 18 anos, que possuam baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional.</p> <p>Os cursos EFA têm como principal objectivo a <b>elevação dos níveis de qualificação de base da população adulta</b>. Dirigem-se a pessoas com mais de 18 anos que não concluíram o 9º ano de escolaridade ou o ensino secundário, tendo em vista aumentar as suas qualificações de base.</p> <p><b>Em 2007-08 no Agrupamento:</b></p> <table border="1" data-bbox="831 1664 1358 1760"> <thead> <tr> <th>CURSOS / SEXO</th> <th>Nº ALUNOS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EFA – Turma A</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>EFA – Turma B</td> <td>20</td> </tr> </tbody> </table> <p>Houve ainda em <b>2007-08 uma turma EFA de Ensino Não Secundário</b> que concluiu o curso (equivalente ao 9º ano).</p>	CURSOS / SEXO	Nº ALUNOS	EFA – Turma A	20	EFA – Turma B	20
CURSOS / SEXO	Nº ALUNOS							
EFA – Turma A	20							
EFA – Turma B	20							

► **Dinamização da Oferta de Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEFJ)**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO																										
<p>Cursos dirigidos preferencialmente a <b>jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram antes da conclusão da escolaridade obrigatória ou do ensino secundário</b>. Esta modalidade contribui para promover a diversificação de vias de qualificação, sobretudo ao nível do ensino básico, permitindo, pela sua flexibilidade organizativa, que contempla vários patamares de entrada consoante o nível de escolaridade que o jovem já atingiu, dar resposta aos jovens que estão em risco de abandonar precocemente o sistema de ensino.</p>	<p><b>2008/2010</b> Considerando os dados de 2007 – cerca de 41 mil jovens abrangidos em CEF, no ensino básico e 5 mil no secundário – aponta-se para uma média anual de 45/50 mil jovens abrangidos anualmente por esta oferta até 2010, considerando escolas, centros de formação e operadores privados.</p>	<p><b>CURSOS NOVAS OPORTUNIDADES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS</b></p> <p>- Os <b>Cursos de Educação e Formação Jovens (CEFJ)</b> são uma oportunidade para frequência ou conclusão da escolaridade de 6, 9 ou 12 anos e, simultaneamente, para preparação da entrada no mercado de trabalho com qualificação escolar e profissional. Os CEF integram <b>4 componentes de formação: sociocultural; científica; tecnológica; prática.</b></p> <p><b>Em 2007-08:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>CURSOS / SEXO</th> <th>F</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Assistente Administrativo (1º Ano)</td> <td>18</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Operador de Informática (1º Ano)</td> <td>1</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>Serralharia Civil (1º Ano)</td> <td>0</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td>Electricista de Instalação (2º Ano)</td> <td>0</td> <td>11</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>CURSOS NOVAS OPORTUNIDADES – CENTRO DE EMPREGO</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ano</th> <th colspan="2">Sexo</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2007</td> <td>45</td> <td>40</td> </tr> <tr> <td>2008</td> <td>33</td> <td>22</td> </tr> </tbody> </table>	CURSOS / SEXO	F	M	Assistente Administrativo (1º Ano)	18	1	Operador de Informática (1º Ano)	1	13	Serralharia Civil (1º Ano)	0	12	Electricista de Instalação (2º Ano)	0	11	Ano	Sexo		H	M	2007	45	40	2008	33	22
CURSOS / SEXO	F	M																										
Assistente Administrativo (1º Ano)	18	1																										
Operador de Informática (1º Ano)	1	13																										
Serralharia Civil (1º Ano)	0	12																										
Electricista de Instalação (2º Ano)	0	11																										
Ano	Sexo																											
	H	M																										
2007	45	40																										
2008	33	22																										

► **Sistema de Aprendizagem**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO											
<p>Os Cursos de Aprendizagem são cursos de <b>formação profissional inicial, em alternância</b>, dirigidos a <b>jovens</b>, privilegiando a sua <b>inserção no mercado de trabalho</b> e permitindo o <b>prosseguimento de estudos</b>, os quais devem reunir, cumulativamente, a idade e habilitações escolares que a seguir se indicam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Idade inferior a 25 anos;</li> <li>- 3º CEB ou equivalente;</li> </ul> <p>ou</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Habilitação superior ao 3º CEB ou equivalente, sem conclusão do ensino secundário ou equivalente.</li> </ul>	<p><b>SECUNDÁRIO – CENTRO DE EMPREGO</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ano</th> <th colspan="2">Sexo</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2007</td> <td>39</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>2008</td> <td>39</td> <td>9</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Sexo		H	M	2007	39	20	2008	39	9
Ano	Sexo											
	H	M										
2007	39	20										
2008	39	9										

**JOVENS**

► **Sistema de Empréstimo e Alargamento do Âmbito de Atribuição de Bolsas de Estudo**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO

**CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

SOCIAL		
<p><b>Concessão de empréstimo a estudantes do Ensino Superior</b> e alargamento do âmbito da atribuição de bolsas de estudo a fundo perdido a estudantes inscritos em cursos de licenciatura e em mestrados.</p>	<p><b>2008/2010</b> Apoiar mais de 9000 estudantes do ensino superior, através do sistema de empréstimos com garantia mútua dada pelo Estado, até 2010.</p>	<p>O número de estudantes apoiados foi de:  Em 2006/2007 – <b>334 alunos</b>; Em 2007/2008 – <b>349 alunos</b>.</p>

► **Novo Regime de Acesso ao Ensino Superior a Maiores de 23 anos**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO																		
<p><b>Flexibilização do ingresso e acesso ao ensino superior a maiores de 23 anos</b>, alargando a base social dos estudantes deste grau de ensino. (Decreto-Lei 64/2006 de 21 de Março)</p>	<p><b>2008/2010</b> Ingresso de cerca de 20 000 alunos no ensino superior, até 2010.</p>	<p>O número de estudantes (maiores de 23) que acederam ao ensino superior, por sexo foi de:</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th colspan="2">2006/2007</th> <th>TOTAL</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>23</td> <td>27</td> <td><b>50</b></td> </tr> <tr> <th colspan="2">2007/2008</th> <th>TOTAL</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> <th></th> </tr> <tr> <td>3</td> <td>12</td> <td><b>15</b></td> </tr> </tbody> </table>	2006/2007		TOTAL	H	M		23	27	<b>50</b>	2007/2008		TOTAL	H	M		3	12	<b>15</b>
2006/2007		TOTAL																		
H	M																			
23	27	<b>50</b>																		
2007/2008		TOTAL																		
H	M																			
3	12	<b>15</b>																		

Nível de desagregação:

Ano de recolha:

Informação recolhida relativa aos anos de:

Fontes:

Concelho

Janeiro/Fevereiro de 2009

2006-2007/2007-2008

Agrupamento Vertical de Escolas de Macedo de Cavaleiros; Campus Académico de Macedo de Cavaleiros do Instituto Piaget; IEFP - Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros

## MEDIDAS DE APOIO A GRUPOS VULNERÁVEIS

### CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

#### ► Quadro de Docência de Educação Especial

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Esta medida visa <b>promover a igualdade de oportunidades e a inclusão sócio-educativa de crianças e jovens com necessidades educativas especiais</b> (NEE) de carácter prolongado, através da criação de um quadro de educação especial nas escolas públicas, com três grupos de docência.	<b>2006/2008</b> Fixar aos agrupamentos de escolas professores especializados em educação especial, abrangendo 4000 professores e 26 000 crianças e jovens, até 2008.	De acordo com esta medida, no ano lectivo 2006/2007, <b>estiveram colocados 6 professores e foram abrangidas 49 crianças.</b>  O Agrupamento de Escolas (Escola EB 2-3) teve 5 professores/educadores colocados no grupo da Educação Especial, do Ensino Pré-escolar ao 9º ano.  A Escola Secundária teve 1 professor colocado no grupo da educação especial, o qual trabalhou com 15 alunos do 7º ao 12º anos.  Existem ainda nas escolas professores colocados ao nível dos apoios educativos a tempo inteiro (2 do 1º ciclo, no ano lectivo 2006/2007) e outros docentes com tempos lectivos semanais destinados a apoiar alunos com dificuldades específicas de aprendizagem. Há ainda alunos que têm um professor tutor.

#### ► Revisão do Sistema de Educação Especial nas Escolas Públicas

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<b>Criação de unidades especializadas em multideficiência e autismo.</b>  <b>Alargamento do n.º de professores nas escolas públicas colocados no quadro de educação especial.</b>	<b>2008/2010</b> Criar 148 unidades especializadas em autismo e 234 unidades especializadas em multideficiência, até 2010.  Fixar 2000 novos professores no quadro de educação especial, até 2010.	<b>No ano lectivo 2007-08</b> o nº de docentes colocados na Educação Especial e nos Apoios Educativos manteve-se relativamente ao ano de 2006-07.  O concurso de docentes teve a duração de 3 anos (2006/07 a 2008/09).  Ao nível do Agrupamento, <b>em 2007-08</b> , desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário o <b>nº de alunos apoiados foi de 51.</b>  <b>O Agrupamento conta com uma Unidade de Intervenção Especializada (UIE)</b> frequentada por alunos com deficiência(s) profunda(s) e/ou multideficiências. Nela trabalham 2 professores especializados, colocados no grupo de docência 910, ou seja, <b>“Educação Especial 1 – Apoio a crianças e jovens com graves problemas cognitivos, com graves problemas motores, com graves perturbações da personalidade ou da conduta, com multideficiência e para o apoio em intervenção precoce na infância”.</b>

#### ► Programa de Português como 2ª Língua para Alunos Surdos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
---	------------------------------------	--------------------------

Implementação de um programa de português como língua não materna para alunos surdos.	<b>2008-2010</b> Abranger anualmente cerca de 9000 alunos surdos nos ensinos básicos e secundários, até 2009.	<b>NÃO APLICADO</b>
---	--	---------------------

► **Manuais Escolares Adaptados para Pessoas com Incapacidades/Deficiência Visual**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Produzir manuais escolares adaptados para alunos com limitações sensoriais e de visão.	<b>2006/2008</b> Produzir 11682 manuais/ano nos diversos formatos, até 2007.  <b>2008-2010</b> Responder a 100% das solicitações estimadas em cerca de 12 000.	No ano lectivo de 2006/2007 a Escola Secundária teve 1 manual adaptado para 1 aluno com deficiência visual.  <p style="text-align: center;"><b>NÃO APLICADO EM 2007-08.</b></p>

► **Produção do Livro de Braille e Sonoro**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Produzir livros de Braille e Áudio-livros de colecções bibliográficas nacionais, com vista à valorização educacional, profissional e cultural dos utilizadores deficientes visuais e invisuais.	<b>2006-2008</b> Disponibilizar anualmente títulos em Braille e áudio-livros de colecções bibliográficas nacionais, até 2008.  <b>2008-2010</b> Disponibilizar anualmente títulos em Braille e áudio-livros de colecções bibliográficas nacionais, até 2010.	Durante o ano lectivo de 2006/2007, na Escola Secundária foram adquiridos para três disciplinas, vários espécies/volumes em Braille e 1 Áudio-livros, para um aluno com deficiência visual.  <p style="text-align: center;"><b>NÃO APLICADO EM 2007-08.</b></p>

► **Formação em Educação Especial**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p><b>Docentes e outros técnicos</b> – Formação de docentes e outros técnicos, para aplicação da CIF e do novo enquadramento legal da educação especial e formação especializada em áreas de deficiência específicas.</p> <p><b>Auxiliares de acção educativa</b> – formação para auxiliares de acção educativa para unidades de apoio especializado.</p>	<p><b>2008-2010</b> Formar 3000 professores e outros técnicos (psicólogos e terapeutas), até 2010.</p> <p>Formar 700 auxiliares de acção educativa, até 2010.</p>	<p><b>Há vários professores/educadores com formação no ensino especial, 6 deles leccionam</b> nessa área específica apenas com crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE).</p> <p>1 Auxiliar de Acção Educativa recebeu formação ministrada pela DREN, no ano lectivo 2007-08.</p>

Nível de desagregação:

Concelho

Ano de recolha:

Janeiro/Fevereiro de 2009

Informação recolhida relativa aos anos de:

2006-2007/2007-2008

Fontes:

Agrupamento Vertical de Escolas de Macedo de Cavaleiros

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E INCAPACIDADES

### ► Centro de Reabilitação Profissional

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O Centro de Reabilitação Profissional é uma valência, promovida pelo Centro Nª Sª de Fátima que presta apoio, com vista à <b>qualificação e à inclusão social e profissional de pessoas com deficiência que tenham dificuldades de acesso ao mercado de trabalho</b>, posicionando-se como parceiro estratégico para as entidades empregadoras, famílias e organismos públicos e outros actores sociais.</p>	<p>O Centro de reabilitação acolhe <b>28</b> utentes, a partir dos 16 anos de idade.</p> <p>No ano de <b>2007</b> promoveu <b>4 cursos de formação profissional</b>, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Agricultura e jardinagem – <b>5</b> utentes;</li> <li>-Restauração e Limpeza – <b>9</b> utentes;</li> <li>-Lavandaria e Limpeza – <b>7</b> utentes;</li> <li>-Malhas, bordados e costura – <b>7</b> utentes.</li> </ul> <p>Dos <b>28 utentes</b>, <b>4</b> concluíram a formação e <b>2</b> foram integrados no mercado de trabalho.</p> <p>No ano de <b>2008</b> promoveu <b>4 cursos de formação profissional</b>, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Têxtil e vestuário – <b>7</b> utentes;</li> <li>-Agricultura e jardinagem – <b>6</b> utentes;</li> <li>-Restauração e Limpeza – <b>7</b> utentes;</li> <li>-Lavandaria e Limpeza – <b>7</b> utentes;</li> </ul> <p>Dos <b>27 utentes</b>, <b>9</b> concluíram a formação, os quais concluíram o curso em 31/12/2008, estando ainda em processo de integração.</p>

### ► Centro Novas Oportunidades Inclusivos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Abranger pessoas com deficiências e incapacidades no âmbito do processo RVCC.</p>	<p><b>2008-2010</b> Abranger 1000 pessoas com deficiências, até 2009 e 2000 em 2010.</p>	<p><b>NÃO APLICADO EM 2007-08.</b></p>

### ► Formação para Pessoas com Deficiência – Acções em Cooperação

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Proporcionar às pessoas com deficiência as competências necessárias à obtenção de uma <b>qualificação profissional</b> que lhes permita <b>obter e sustentar um emprego</b>, bem como progredir no mercado normal de trabalho.</p>	<p><b>2008-2010</b> Abranger 11 700 pessoas com deficiência.</p>	<p>Nesta medida foi abrangida <b>1 pessoa</b>.</p>

Nível de desagregação:

Concelho

Ano de recolha:

Janeiro/Fevereiro de 2009

Informação recolhida relativa aos anos de:

2006-2007/2007-2008

Fontes:

Centro Nª Sª de Fátima; Campus Académico de Macedo de Cavaleiros do Instituto Piaget

## PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DESVANTAGEM FACE AO MERCADO DE TRABALHO

### ► Iniciativa Novas Oportunidades (Continuação)

MEDIDA DE POLÍTICA	META DO PNAI
--------------------	--------------

SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO																																																									
<p>Com esta iniciativa pretende-se <b>acelerar a qualificação dos portugueses</b>, tendo o nível secundário de educação e formação como objectivo de referência para todos, <b>visando superar o profundo défice estrutural do país</b> neste domínio, apostando em dois eixos de intervenção:</p> <p><b>Promover a elevação dos níveis de qualificação de base da população adulta</b>, através da criação de um sistema efectivo de formação dessa população, que mobilize, adapte e reforce os instrumentos disponíveis, designadamente na perspectiva dos grupos desfavorecidos.</p>	<p><b>2008/2010</b></p> <p>Certificar 152 000 adultos, em 2008 e 650 000 até 2010.</p>	<p><b>CNO – CENTRO DE EMPREGO</b></p> <p><b>Cursos de Educação e Formação de Adultos (CEFA) - Ensino Básico</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ano</th> <th colspan="2">Sexo</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2007</td> <td>11</td> <td>26</td> </tr> <tr> <td>2008</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>Cursos Novas Oportunidades - Ensino Básico</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="4">Ano</th> </tr> <tr> <th colspan="2">2007</th> <th colspan="2">2008</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Certificados</b></td> <td>2</td> <td>9</td> <td>3</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td><b>Em Reconhecimento</b></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1</td> <td>5</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>Cursos Novas Oportunidades - Ensino Secundário</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="4">Ano</th> </tr> <tr> <th colspan="2">2007</th> <th colspan="2">2008</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Certificados</b></td> <td>-</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>17</td> </tr> <tr> <td><b>Em Reconhecimento</b></td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>4</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>CNO – INSTITUTO PIAGET</b></p> <p>Nesta medida, em 2006/2007 e 2007/2008, foram abrangidas cerca de <b>1260 pessoas</b>.</p>	Ano	Sexo		H	M	2007	11	26	2008	-	-		Ano				2007		2008		H	M	H	M	<b>Certificados</b>	2	9	3	8	<b>Em Reconhecimento</b>	-	-	1	5		Ano				2007		2008		H	M	H	M	<b>Certificados</b>	-	2	3	17	<b>Em Reconhecimento</b>	-	-	-	4
Ano	Sexo																																																										
	H	M																																																									
2007	11	26																																																									
2008	-	-																																																									
	Ano																																																										
	2007		2008																																																								
	H	M	H	M																																																							
<b>Certificados</b>	2	9	3	8																																																							
<b>Em Reconhecimento</b>	-	-	1	5																																																							
	Ano																																																										
	2007		2008																																																								
	H	M	H	M																																																							
<b>Certificados</b>	-	2	3	17																																																							
<b>Em Reconhecimento</b>	-	-	-	4																																																							

► **Formação para a Inclusão**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO								
Promover o desenvolvimento de competências profissionais, pessoais e sociais, junto dos grupos socialmente excluídos tendo em vista a aquisição de competências que lhes permitam integrar ou concluir acções de formação que confirmem certificação e/ou a reintegração no mercado de trabalho.	<b>2008-2010</b> Abranger 8800 pessoas	Formando do RSI: <table border="1" data-bbox="981 571 1157 667"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ano</th> <th colspan="2">Sexo</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2007</td> <td>5</td> <td>8</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Sexo		H	M	2007	5	8
Ano	Sexo									
	H	M								
2007	5	8								

**IMIGRANTES**

► **Curso de Língua Portuguesa para Estrangeiros**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Certificação de conhecimentos de língua portuguesa para adultos (a dois níveis: iniciação e português técnico).	<b>2008-2010</b> Elaborar referenciais; Abranger 10 000 formandos, até 2010.	<b>NÃO APLICADO EM 2007-08.</b>

Nível de desagregação:

Ano de recolha:

Informação recolhida relativa aos anos de:

Fontes:

Concelho

Janeiro/Fevereiro de 2009

2006-2007/2007-2008

Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros

## MEDIDAS PARA FAVORECER O ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

### ► Projectos de Infra-estruturação Tecnológica das Escolas

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Esta medida consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Aquisição de computadores, videoprojectores e quadros interactivos;</li> <li>2) Ligação à Internet de alta velocidade;</li> <li>3) Redes de Área Local.</li> </ol>	<p><b>2008/2010</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Atingir o rácio de 2 alunos por computador ligados à Internet de alta velocidade em 2010 (310 000 computadores);</li> <li>2) Garantir ligações das escolas à Internet a uma velocidade mínima de 48Mbps, até 2010;</li> <li>3) Garantir o acesso à Internet em todas as salas de aula.</li> </ol>	<p><b>A Escola no ano lectivo de 2007/08 dispõe de:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>4 salas de informática</b> cujos computadores estão ligados à Internet (velocidade 4MB);</li> <li>- <b>Todas as EB 1 têm computadores ligados à Internet</b>, embora se espere que esse nº aumente nos próximos anos;</li> <li>- <b>11 videoprojectores</b>, dos quais 6 são circulantes de acordo com a necessidade de cada sala de aula;</li> <li>- <b>6 quadros interactivos.</b></li> </ul> <p><b>Aguarda-se o reequipamento da escola no ano lectivo 2008/09</b>, no âmbito do Plano Tecnológico:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Um computador por cada 3 alunos</li> <li>- Internet de alta velocidade</li> <li>- Vídeo vigilância</li> <li>- Um quadro interactivo por cada 3 salas de aula</li> <li>- Um vídeo projector por sala</li> </ul>

### ► Projectos de Formação do Plano Tecnológico da Educação

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Esta medida consiste em:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Formação e certificação das competências em TIC, de pessoal docente e não docente;</li> <li>2) Formação em contexto real de trabalho em grandes empresas da economia do conhecimento, reforçando as qualificações e empregabilidade;</li> <li>3) Formação de indústria com vista à certificação reconhecida internacionalmente, reforçando qualificações e aumentando a empregabilidade.</li> </ol>	<p><b>2008/2010</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Abranger 90% de professores com competências em TIC certificados, até 2010;</li> <li>2) Promover 300 estágios em empresas por ano (em 2009 e 2010);</li> <li>3) Abranger 2500 formandos por ano em academias (em 2009 e 2010).</li> </ol>	<p><b>NÃO APLICADO EM 2007-08.</b></p>

► **Portal Escolas**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p><b>Universalização do acesso a recursos educativos digitais</b> numa plataforma colaborativa que permitirá, entre outras funcionalidades, o ensino a distância.</p>	<p><b>2008/2010</b> Atingir 100% de alunos registados no Portal da Escola, em 2008;</p> <p>Atingir 100% de alunos com portefólio digital disponível no Portal da Escola, em 2010.</p>	<p><b>NÃO APLICADO EM 2007-08.</b></p>

► **Programas de Generalização do Acesso a Computadores com Ligação à Internet e Banda Larga**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Acesso à aquisição de computadores com acesso à Internet de banda larga, a preços acessíveis:</p> <p><b>e-professor</b> <b>e-oportunidades</b> <b>e-escola</b></p> <p>Distribuição de um computador portátil (Magalhães) com acesso à Internet:</p> <p><b>e-escolinha</b></p>	<p><b>2008/2010</b> Abranger 150 000 professores, até 2010. Abranger 200 000 trabalhadores em formação, até 2010. Abranger 500 000 alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, até 2010.</p> <p>Garantir o acesso a 500 000 alunos do 1º ciclo do ensino básico.</p>	<p><b>e-professor:</b></p> <p><b>Acessível a todos</b> os docentes em exercício no agrupamento, desde que solicitassem a referida aquisição e mediante o pagamento inicial referente ao computador mais o pagamento mensal referente à banda larga.</p> <p><b>e-escola e e-oportunidades:</b></p> <p>O código foi disponibilizado a <b>todos os alunos do 2º, 3º ciclos e ensino secundário</b>, para cada um poder fazer a referida solicitação directamente pela Internet. Todos pagam a banda larga, entre valores de 5 ou 10€, dependendo do escalão do ASE em que cada um está inserido.</p> <p><b>e-escolinha:</b></p> <p><b>Todos os alunos do 1º ciclo foram abrangidos</b>, sendo que apenas os alunos do escalão A não pagam qualquer importância pelo computador. Os do escalão B pagam 20€; os que não têm escalão pagam 50€. A banda larga é suportada pela família dos alunos.</p> <p><b>Em todos os casos a opção de adquirir ou não o computador foi do respectivo Encarregado de Educação.</b></p>

► **Criação de Cursos de Especialização Tecnológica CET**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<b>Aumentar a oferta profissional de nível 4 e alargar o acesso a esta formação e às instituições de ensino superior a novos públicos.</b> (Decreto-Lei n.º 88/2006 de 23 de Maio)	<b>2008/2010</b> Aumentar em 20% as inscrições nos CET, até 2010.	<b>NÃO IMPLEMENTADO</b>

► **Loja Ponto j@**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
As <b>Lojas da Juventude</b> são espaços públicos destinados aos jovens que disponibilizam toda a informação de interesse para a juventude. Funcionando numa lógica multicanal assente na oferta de valências como o <b>Portal da Juventude e um Contact Center</b> .	Enquanto <b>Espaço Internet</b> , a loja registou de:  - Março a Dezembro de 2007, <b>5586 utilizadores</b> ;  - Em 2008, <b>5624 utilizadores</b> .

► **Clique Solidário / Espaço Internet**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Esta medida foi promovida pelo Instituto do Segurança Social, I.P., através do estabelecimento de um contrato programa com o Programa Operacional Sociedade da Informação com o objectivo de <b>criar Espaços Internet em instituições que actuam na área da solidariedade e desenvolvimento da sociedade de informação e o combate à info-exclusão</b> . Estes espaços constituem uma prioridade nacional na modernização de Portugal, para a qual se pretende contribuir fomentando a generalização do acesso aos modernos meios de informação e de transmissão do conhecimento e a massificação das novas tecnologias.	A <b>ADIMAC, durante o ano de 2007</b> , foi promotora de um Espaço Internet/Clique Solidário e registou uma frequência regular de <b>302 utentes mensalmente</b> , sendo 103 de sexo feminino e 199 do sexo masculino. O projecto teve a duração de um ano.

► **Espaço Internet / Centro Cultural**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Os Espaços Internet são espaços de acesso público e gratuitos, servidos por monitores, os quais ajudam a fazer uma socialização dos cidadãos às tecnologias de informação e à Internet, como medida prioritária para proporcionar acesso à Internet a toda a população, especialmente, aqueles que mais se sintam atraídos pela sua utilização como é o caso dos jovens.	Este espaço registou:  - Em 2007 – <b>17873 utilizadores</b> ;  - E em 2008 – <b>8467 utilizadores</b> .

► **Gabinete de Apoio ao Cidadão (GAC) de Morais**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
O GAC de Morais realiza vários serviços de apoio à população da freguesia, contudo, aqui importa referir que tem um <b>Espaço Internet que funciona desde 19 de Fevereiro de 2007.</b>	Este espaço atendeu/apoiou: - Em 2007 – <b>1896 pessoas;</b> - E em 2008 – <b>2096 pessoas.</b>

Nível de desagregação:

Concelho

Ano de recolha:

Janeiro/Fevereiro de 2009

Informação recolhida relativa aos anos de:

2006-2007/2007-2008

Fontes:

Agrupamento Vertical de Escolas de Macedo de Cavaleiros; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; ADIMAC

## 2.2.2 Dados Estatísticos

<b>QUADRO N.º 5 INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – “AS PESSOAS”</b>					
Fonte: EUROSTAT / INE / Agrupamento de Escola de Macedo de Cavaleiros / Instituto Piaget / Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros					
Indicador	EU25	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros
<b>Educação e Formação Profissional</b>					
Número de Alunos, 2004/2005 Pré-escolar		259.788	91.819	4.569	197 <sup>(1)</sup>
Básico		1.153.057	433.501	21.087	1325 <sup>(1)</sup>
Secundário		376.896	126.891	7.747	379 <sup>(1)</sup>
Ensino Profissional		38.943	12.337	747	0 <sup>(1)</sup>
Superior, 2005/2006		367.312	113.707	7.977	1029 <sup>(1)</sup>
Estabelecimentos de Ensino, 2004/2005 Pré-escolar		436 <sup>(2)</sup>	2.531	195	19 <sup>(1)</sup>
Básico		12132 <sup>(2)</sup>	5.033	973	7 <sup>(1)</sup>
Secundário		667 <sup>(2)</sup>	218	20	2 <sup>(1)</sup>
Ensino Profissional		213 <sup>(2)</sup>	85	6	0 <sup>(1)</sup>
Superior, 2005/2006		323	104	12	1 <sup>(1)</sup>
Taxa Específica de Escolarização* 2001 (%) (12-14 anos)		97,5 <sup>(2)</sup>	96,9	96,3	n.d.
Taxa Específica de Escolarização* 2001 (%) (15-17 anos)		81,0 <sup>(2)</sup>	74,4	83,0	n.d.
Taxa de retenção e desistência, segundo o ciclo de estudo (total), 2004/2005 (%) 1º Ciclo		5,5	4,6	5,8	n.d.
2º Ciclo		13,0	11,6	14,3	n.d.
3º Ciclo		19,7	19,5	22,9	n.d.
Cursos Gerais e Tecnológicos		32,1	30,0	35,7	n.d.
Cursos Gerais		28,7	26,5	33,9	n.d.
Cursos Tecnológicos		44,0	40,9	48,6	n.d.
<b>Cultura</b>					
Publicações Periódicas-Circulação total, 2004 (10 <sup>3</sup> )		652.806	105.305	1.937	n.d.
Museus, 2004		258	65	6	5
Bibliotecas, 2003		1.960	520	57	1
Sessões de Cinema, 2004		659.066	194.498	5.046	53

Notas: n.d. = Dado não disponível

<sup>(1)</sup> = Dados do Anuário Estatístico da Região Norte de 2007

<sup>(2)</sup> = INE – Censos 2001 / Anuário Estatístico da região Norte 2007

\* Taxa Específica de Escolarização = Relação entre o n.º de alunos do grupo etário X-Y, frequentando qualquer nível de ensino, e o total da população residente do mesmo grupo etário

## 2.2.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas

Apresentados os dados relativos às medidas e/ou políticas sociais relativas à área da educação/formação com impacto/aplicabilidade no concelho, procedemos em seguida a uma caracterização relativamente aos equipamentos escolares da rede pública e da rede privada, no ano lectivo de **2006/2007, sendo que o concelho ao nível da rede pública de equipamentos escolares, tinha ao nível do:**

- ✚ **Pré-Escolar, 17 estabelecimentos** que receberam **204 crianças**, entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico, estando estes distribuídos geograficamente da seguinte forma: Bagueixe, Bornes, Castelãos, Corujas, Grijó, Lamas, Lombo, Macedo nº 1, Macedo nº 2, Morais, Peredo, Podence, Talhas, Travanca, Vale da Porca, Vale de Prados, Vilarinho de Agrochão;
- ✚ **1º Ciclo do Ensino Básico, 8 escolas** que receberam **581 alunos** do 1º ao 4º ano de escolaridade, estando estes estabelecimentos distribuídos geograficamente da seguinte forma:

<b>TABELA 3 – ESCOLAS DO 1º CEB A FUNCIONAR NO ANO LECTIVO 2006/2007</b>	
Fonte: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros	
<b>NA SEDE DO CONCELHO:</b>	<b>NAS FREGUESIAS:</b>
EB 1 nº 1	EB 1 de Chacim
EB 1 nº 2	EB 1 de Podence
EB 1 nº 3	EB 1 de Morais
EB 1 nº 4	EB 1 de Vilarinho de Agrochão

- ✚ **2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, 1 escola** – Escola EB 2-3 que se localiza na sede do concelho, a qual acolheu **356 alunos** do 5º ao 9º ano de escolaridade;
- ✚ **Ensino Secundário, 1 escola** – Escola Secundária que se localiza na sede do concelho, a qual acolheu **350 alunos** do 7º ao 9º ano de escolaridade e **435 alunos** do 10º ao 12º ano de escolaridade. As turmas do 7º ano do 3º CEB passaram a frequentar a Escola Secundária de modo a que na Escola EB 2,3 pudesse receber algumas turmas do 1ºCEB. Refira-se ainda que **no final do ano lectivo 2006/2007 houve uma fusão das escolas**, ficando o **Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, encarregado de fazer a gestão de todo o ensino público**, desde o ensino Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, segundo a política educativa de Ministério da Educação.

Na **rede privada de estabelecimentos de ensino**, o concelho tinha ainda ao nível do:

- ✚ **2º e 3º Ciclo do Ensino Básico, 1 escola** – o **Colégio Ultramarina Nª Sª da Paz** – que se localiza na freguesia de Chacim e recebeu **114 alunos**<sup>16</sup>, do 5º ao 9º ano de escolaridade.

<sup>16</sup> Refira-se que este número de alunos não se refere apenas a alunos do concelho, mas também a alunos provenientes de outros concelhos do Distrito.

- ✚ **Ensino Superior, 2 escolas – Campus Académico de Macedo de Cavaleiros do Instituto Piaget** que se localiza na sede do concelho e recebeu:

- ⇒ **117 alunos** na Escola Superior de Educação;
- ⇒ **1060 alunos** na Escola Superior de Saúde.

#### PÓS-GRADUAÇÕES:

- ⇒ **12 alunos** no curso **Tecnologia da Informação e Comunicação**;
- ⇒ **10 alunos** no curso de **Educação Especial**.

No **ano lectivo de 2007/2008**, a realidade não se alterou substancialmente, continuando o concelho a dispor ao nível do:

- ✚ **Pré-Escolar**, dos mesmos **17 estabelecimentos** que receberam **197 crianças**, entre os 3 anos e a idade de ingresso no Ensino Básico.
- ✚ **1º Ciclo do Ensino Básico, 6 escolas** que receberam **575 alunos**, do 1º ao 4º ano de escolaridade, estando estes estabelecimentos distribuídos geograficamente da seguinte forma:

<b>TABELA 4 – ESCOLAS DO 1º CEB A FUNCIONAR NO ANO LECTIVO 2007/2008</b>	
Fonte: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros	
<b>NA SEDE DO CONCELHO:</b>	<b>NAS FREGUESIAS:</b>
EB 1 nº 1	EB 1 de Chacim  EB 1 de Morais
EB 1 nº 2	
EB 1 nº 3	
EB 1 nº 4	

- ✚ **2º e 3º ciclos do Ensino Básico e ainda Ensino Secundário, 1 escola: Escola EB 2,3/S de Macedo de Cavaleiros com 1072 alunos.** De referir que, para além do ensino regular, há neste Agrupamento cursos de Educação e Formação (CEF), em várias áreas; Cursos de Educação e Formação de Adultos de Adultos (EFA) e uma turma de Curso de Programa Integrado de Educação e Formação.
- ✚ **Acresce referir que se encontra em fase de construção o Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros, estando previsto o seu funcionamento para o ano lectivo de 2009/2010.**
- ✚ **O Colégio Ultramarina Nª Sª da Paz** recebeu **140 alunos**, do 5º ao 9º ano de escolaridade.
- ✚ **Ensino Superior**, recebeu:

- ⇒ **89 alunos** na Escola Superior de Educação;

⇒ **940 alunos** na Escola Superior de Saúde.

### **PÓS-GRADUAÇÕES:**

⇒ **12 alunos** no curso **Tecnologia da Informação e Comunicação;**

⇒ **14 alunos** no curso de **Saúde Gerontológica e Gestão.**

Através dos dados apresentados **podemos verificar uma ligeira redução do número de crianças/alunos em todos os níveis de ensino**, o qual se acentua ao nível do **Ensino Superior**.

**Ao nível da pré-escolarização<sup>17</sup>** podemos referir que a **taxa de cobertura do pré-escolar é de 100%**, acrescentando à resposta pública os equipamentos semi-privados e privados e as amas da Segurança Social, podendo-se referir que nesta área o apoio às famílias está assegurado.

A resposta social **Amas** foi apontada como uma necessidade/prioridade do PDS 2006-2008 e a sua implementação **permitiu combater alguns problemas**, nomeadamente: - **apoiar as mães trabalhadoras ou em vias de serem integradas em formação e/ou emprego;** - **criar postos de trabalho;** - e **combater as amas ilegais.**

Antes de mais é importante referir **os bons resultados que os alunos dos vários ciclos de ensino do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros têm conseguido a nível nacional**, nomeadamente em alguns exames e nas provas de aferição, nomeadamente os bons resultados a Matemática; em algumas competições ligadas ao Desporto Escolar e os prémios nacionais ganhos, dos quais se destaca o 1º lugar Brigada Verde, Eco-Escolas, Plano Nacional da Leitura (LER+), Prémio Júlio Resende, Prémio Ilídio Pinho, Prémio Fapas, entre outros.

**No ano lectivo 2006/2007, o concelho implementou pela primeira vez as actividades de enriquecimento curricular (ACE), no 1º CEB**, verificando-se que a totalidade dos alunos as frequentaram, mantendo-se a situação no ano lectivo de 2007/2008. **Esta medida está a ser implementada com sucesso**, uma vez que todas as escolas do ensino básico estão a funcionar a tempo inteiro e, embora as AEC não sejam de carácter obrigatório, no concelho podemos dizer que a **taxa de frequência é de 100%**, respondendo-se a 100% das solicitações.

---

<sup>17</sup>O Pré-Escolar é uma resposta desenvolvida em equipamento escolar, vocacionada para o desenvolvimento da criança entre os 3 meses e a idade de ingresso na escola, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família, a qual pode ser desenvolvida pelo sector público ou privado, motivo pelo qual os estabelecimento do pré-escolar públicos se encontram na área da educação e as creches semi-privadas e privadas na área da acção social.

Refira-se ainda que ao nível do **1º e 2º CEB** (1º ao 6º anos de escolaridade) **o nível de sucesso é bastante elevado e situando-se** aproximadamente nos **95%**.




Segundo um estudo realizado ao nível do Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, **considerando os anos escolares de 2005/06 e 2006/07, o maior insucesso situava-se no 3º ciclo** (7º, 8º e 9º anos), **sendo o sucesso de 78% e o insucesso de 22%**.

**Face ao relativo insucesso verificado ao nível do 3º ciclo, o Agrupamento aumentou em 2007/08 a oferta educativa, nomeadamente ao nível dos cursos CEF** (Cursos de Educação e Formação) **com equivalência ao 9º ano**. Estes cursos acolhem sobretudo alunos em risco de retenções repetidas e/ou em vias de abandonar o sistema de ensino; por outro lado dão alguma preparação aos alunos para a entrada no mercado de trabalho com qualificação escolar e profissional. **No ano lectivo 2008/09 houve o aumento destes tipos de cursos.**

**Quanto ao abandono escolar, ao nível da escolaridade obrigatória, regista-se valores muito baixos**, sendo no ano lectivo de 2007/08 de apenas 1 aluno, o qual abandonou o sistema de ensino. Situações que estão quase sempre ligadas ao acompanhamento dos pais para trabalhos sazonais, quase sempre para o estrangeiro, e sobretudo de crianças/alunos de etnia cigana.

**As saídas antecipadas ou saídas precoces do sistema educativo, verificam-se mais ao nível do ensino secundário** (ensino não obrigatório, por enquanto), através dos alunos que anulam a matrícula e alunos excluídos pelo número de faltas, no qual no ano lectivo 2007/08 o Agrupamento de Escola teve em funcionamento os **Cursos Técnicos do Secundário**, nomeadamente o curso de técnico de gestão, tendo sido implementados novos cursos no ano lectivo 2008/09, nomeadamente informática e gestão, turismo e ambiente rural.

Apesar dos bons resultados apresentados pelo Agrupamento de Escolas, continuam a existir os seguintes problemas:

-  Desadequação do sistema de educativo para lidar com alunos com problemas comportamentais / disciplinares / emocionais;
-  Desvalorização da escola por parte da família;
-  Inexistência de orientação vocacional;

- ✚ Insuficientes recursos para acompanhar os alunos com necessidades especiais;
- ✚ Inexistentes recursos humanos para funcionamento adequando do estabelecimento de ensino (psicólogo, assistente social...).

Relativamente à população adulta e, recorrendo novamente ao **Estudo** realizado pelo Projecto TRAMPOLIM, podemos verificar que esta apresenta **um índice escolar relativamente baixo**, ou seja, sem habilitações ou com o 1º CEB.

**Da população inquirida 53% tem o 1º Ciclo** - sendo que 2,5% estava a frequentar o 1º CEB; 14,8% tem o 1º CEB incompleto e 35,8% tem o 1º CEB completo – correspondendo assim **19,1% à taxa de analfabetismo**, ou seja, valor expressivo de indivíduos com mais de 10 anos de idade, sem qualquer tipo de habilitações. A tabela 5 reflecte o número de pessoas inquiridas por CSIF, bem como a expressiva taxa de analfabetismo de cada uma delas.

**TABELA 5 – TAXA DE ANALFABETISMO POR CSIF**

Fonte: Projecto TRAMPOLIM/CEPI 2006/2007

INDICADORES	ZONA NASCENTE <sup>18</sup>	EN 216 <sup>19</sup>	XXI MAIS <sup>20</sup>	AFRECIMAC + 3 <sup>21</sup>	CASTANHA 7 <sup>22</sup>	TOTAL
POPULAÇÃO TOTAL	1547	654	1054	1445	768	<b>5468</b>
TAXA DE ANALFABETISMO	20,2%	19,5%	27,7%	14%	18,5%	<b>19,1%</b>

<sup>18</sup> CSIF ZONA NASCENTE, a qual engloba as freguesias de Bagueixe, Lagoa, Morais, Salselas, Talhas, Talhinhas e Vinhas.

<sup>19</sup>CSIF EN 216, a qual engloba as freguesias de Chacim, Lombo, Olmos e Peredo.

<sup>20</sup> CSIF XXI MAIS, a qual engloba as freguesias de Arcas, Espadanedo, Ferreira, Lamalonga, Murçós, Soutelo Mourisco, Vilarinho de Agrochão e Vilar do Monte.

<sup>21</sup> CSIF AFRECIMAC + 3, a qual engloba as freguesias de Amendoeira, Bornes, Burga, Carrapatas, Castelãos, Cortiços, Grijó, Vale Benfeito, Vale Prados, Vale da Porca, Vilar do Monte.

<sup>22</sup> CSIF CASTANHA SETE, a qual engloba as freguesias de Ala, Corujas, Edroso, Lamas, Podence, santa Combinha e Sezulfé.

Este cenário – **baixos níveis de escolarização** – é um dos factores que não favorece o empreendedorismo, sendo este cada vez mais apresentado como uma das vias para combater a falta de oportunidades ao nível do mercado de trabalho.

Ao nível da formação profissional existem no concelho 9 entidades<sup>23</sup> que promovem cursos de qualificação e de profissionalização e 2 Centro Novas Oportunidades<sup>24</sup> (CNO).

Neste sentido, embora exista uma relativa diversidade de oferta formativa, o problema a nível da formação de adultos incide significativamente na **baixa valorização da formação por parte dos formandos**, procurando estes na formação, uma fonte de obter rendimentos e não um meio de obter qualificações/competências profissionais, para uma integração no mercado de trabalho, não contribuindo para a alteração deste cenário a falta de oportunidades profissionais que caracteriza esta região do país.

---

<sup>23</sup> Refira-se que desta 9 entidades nem todas estão certificadas para a formação, sendo apenas promotoras de iniciativas de formação, como é o caso da ACIMC, AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DO CONCELHO, IEFP, CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE TALHAS, CAMPUS ACADÉMICOS DE MACEDO DE CAVALEIROS DO INSTITUTO PIAGET, LT FORMA, CENTRO N. SRA. DE FÁTIMA – CENTRO D. ABÍLIO, CERCIMAC e ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS DE MACEDO DE CAVALEIROS.

<sup>24</sup> Os CNO são da responsabilidade do IEFP – CENTRO DE EMPREGO DE MACEDO DE CAVALEIROS E DO CAMPUS ACADÉMICO DE MACEDO DE CAVALEIROS DO INSTITUTO PIAGET.

## 2.2.4 Cultura

Resta acrescentar uma nota final sobre a **cultura**, quadro estatístico que suscitou algumas dúvidas relativamente ao local onde deveria ser colocado, uma vez que tanto se poderia enquadrar no ponto 1. O Território, no ponto 4. As Instituições ou no ponto 2. A Pessoas onde por fim o decidimos colocar, procurando-se respeitar a estrutura do documento de referência – O Programa Operacional Norte 2007-2013.

O concelho de Macedo de Cavaleiros é rico do ponto de vista cultural, como se pode ver no ponto 1. Território, onde listamos uma série de feira, eventos e certames realizados ao longo do ano, ou no ponto 4. A Instituições, onde se pode verificar o número de associações de âmbito cultural.

**O Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros**, inaugurado em Dezembro de 2005, localiza-se no principal eixo onde se movimenta a maioria da comunidade juvenil do Município, situando-se junto ao Instituto Superior Jean Piaget/Nordeste, ao Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, oferecendo um Espaço Internet, uma Loja Ponto J@, exposições que decorrem com uma periodicidade bimensais e uma grande diversidade de actividades artísticas, tais como espectáculos de música, dança, teatro que ocorrem com uma periodicidade quinzenal num auditório para 302 pessoas e uma variedade de eventos culturais que valorizam as preferências dos macedenses, mas que trazem também inovações. Tem ainda um auditório para conferências com capacidade para 60 pessoas.

**A Biblioteca Municipal de Macedo de Cavaleiros** dispõe de um fundo documental diversificado e actualizado, que abrange todas as áreas do conhecimento, organizado de forma sistemática por assuntos. Os utilizadores podem aceder livremente às estantes e escolher os documentos do seu interesse, para consulta nas salas de leitura ou para empréstimo domiciliário. A Biblioteca Municipal é um organismo vivo onde se desenvolvem várias actividades como:









- ✚ Exposições;
- ✚ Cursos e ateliers;
- ✚ Encontros com escritores;
- ✚ Conferências e workshops;
- ✚ Hora do conto;
- ✚ Teatros e recitais de poesia.

**O Concelho oferece ainda através dos seus Museus a oportunidade de descobrir uma nova e destacável perspectiva da cultura transmontana.**

O **Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros** está instalado na Casa Falcão, um solar do século XVIII, e o seu espólio resulta do trabalho de inventariação e recuperação do património, desenvolvido desde 2004 em parceria entre a Câmara Municipal e a Associação Terras Quentes, a Diocese de Bragança-Miranda, a Escola de Artes da Universidade Católica – Núcleo do Porto, o Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Instituto Superior de Ciências Criminais da Polícia Judiciária, bem como da boa vontade das paróquias e outros proprietários de peças de arte religiosa. Apresenta as peças de um forma rotativa e integrada: as que se encontram expostas irão sendo paulatinamente substituídas por outras, seleccionadas das colecções das paróquias do concelho e conservadas e restauradas na Oficina de Conservação e Restauro de Macedo de Cavaleiros.

O **Museu Rural de Salselas** é etnográfico na sua essência. O seu espólio representa a Antropologia Cultural da Comunidade Salselense e de toda a área do Nordeste de Portugal. A exposição permanente é marcada por uma considerável colecção de objectos, testemunhos da forte relação entre o homem e a terra, estando distribuída por secções temáticas, agrupadas em dois universos: o Universo do Homem e o Universo da Sociedade Rural. O museu disponibiliza, para além da exposição permanente, visitas guiadas, venda de artesanato, exposições temporárias e outras actividades recreativas e culturais.

Sobranceiro à Albufeira do Azibo e com acessos através de Salselas e Vale da Porca, encontra-se o **Núcleo Central da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo**. Este complexo alberga a Sala-Museu de Arqueologia e um auditório com 50 lugares. Na Sala-Museu de Arqueologia estão expostos artefactos resultantes das escavações efectuadas no concelho, podendo ser observado algum espólio das seguintes colecções:

-  Mamoia de Santo Ambrósio
-  Fraga dos Corvos
-  Povoado Romanizado do Cramanchão
-  Povoado Mineiro do Bovinho
-  Forno romano de Barreiros
-  Castro Romanizado da Terronha de Pinhovel
-  Necrópole do Sobreirinho
-  Fraga da Pegada

A **Casa do Careto** é um espaço polivalente onde se encontra o registo da tradição carnavalesca de Podence, bem como a mística associada aos Caretos, representada nas telas das pintoras Graça Morais e Balbina Mendes e nas fotografias de António Pinto e Francisco Salgueiro. Encontramos ainda os fatos, os chocalhos, as máscaras e toda a indumentária destas figuras sedutoras e enigmáticas, bem como os

únicos seres que os Caretos respeitam nas suas tropelias, gritarias e chocalhadas no Domingo e Terça-feira de Carnaval: as marafonas. Na Casa do Careto funciona igualmente um pequeno auditório e uma tasquinha regional onde podem ser saboreados os “produtos da terra de Podence”.

Para mais informações sobre: - Património Religioso; - Pelourinhos; - Arquitectura Civil e Património Arqueológico, consulte o site da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, em: [www.cm-macedodecavaleiros.pt](http://www.cm-macedodecavaleiros.pt).

**Os grupos culturais do concelho de Macedo de Cavaleiros** são exímios nas arruadas musicais e em palco, deixando bem patente **a riqueza cultural do concelho** de Macedo de Cavaleiros **na música, na dança, no teatro e na etnografia**, tendo como representantes os grupos culturais concelhios que detêm um papel importante na sua divulgação, sendo designadamente:

- ✚ Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Ala;
- ✚ AJAM – Associação Juvenil dos Artistas Macedenses;
- ✚ Associação Filarmónica, Recreativa e Cultural do Brinço;
- ✚ Banda 25 de Março;
- ✚ Banda de Latos de Bagueixe;
- ✚ Caretos de Podence;
- ✚ Grupo de Bombos de Ala;
- ✚ Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros;
- ✚ Grupo Toca a Bombar;
- ✚ Grupo de Teatro de Morais;
- ✚ Pauliteiros de Salselas.

# **EMPREGO/DESEMPREGO**

## 2.3 Emprego

### 2.3.1 Dados da Intervenção

#### MERCADO DE TRABALHO INCLUSIVO

##### ► MICROCRÉDITO

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Apoio técnico e financeiro para a criação do auto-emprego, junto de pessoas com dificuldades de inserção no mercado trabalho.</p> <p><b>A Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) é uma associação privada sem fins lucrativos, fundada em 1998</b> por um conjunto de pessoas que depois de aprofundada reflexão concluíram que, também, em Portugal se justificava e era desejável que se viesse a promover o desenvolvimento da experiência do Grameen Bank, criado por Muhamad Yunus no Bangladesh (1976).</p> <p>Após vários anos de trabalho a ANDC obteve o reconhecimento de que esse trabalho era considerado como sendo de "utilidade pública". A Associação passou, a partir de então, a dispor do Estatuto de Utilidade Pública (DR, II Série, n.º 272, de 19/11/04)</p> <p>A ANDC apoia quem não tem acesso ao crédito bancário, nas condições normais de mercado, e precisa de um empréstimo para criar o seu próprio negócio.</p>	<p><b>2006/2008</b> Alargar as medidas de microcrédito ao território nacional, até 2007;</p> <p>Abranger 5000 pessoas em iniciativas de microcrédito, até 2008.</p> <p><b>2008/2010</b> Abranger 5000 projectos.</p>	<p><b>No ano de 2007, em Trás-os-Montes apenas 5 pessoas beneficiaram do microcrédito, não havendo qualquer situação em Macedo de Cavaleiros.</b></p> <p><b>No ano de 2008, em Trás-os-Montes apenas 6 pessoas beneficiaram do microcrédito, não havendo qualquer situação em Macedo de Cavaleiros.</b></p> <p>Para mais informações consulte: <a href="http://www.microcredito.com.pt">http://www.microcredito.com.pt</a></p>

**▶ Programas Ocupacionais**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO											
<p>Visam a ocupação socialmente útil de pessoas desempregadas enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou formação profissional, garantindo um rendimento de subsistência e proporcionando o contacto com outros trabalhadores e outras actividades, prevenindo o seu isolamento e a tendência para a desmotivação e marginalização.</p> <p><b>POC Subsidiados</b>, é uma modalidade deste programa que se destina a desempregados beneficiários das prestações de desemprego;</p> <p><b>POC Carenciados</b>, é uma modalidade deste programa que se destina a beneficiários do RSI.</p>	<p><b>2008/2010</b> Abranger 97 000 indivíduos</p>	<p>Os dados relativos a 2007, não estavam disponíveis para recolha.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td rowspan="2">Este programa abrangeu:</td> <td colspan="2">2008</td> </tr> <tr> <td>H</td> <td>M</td> </tr> <tr> <td><b>POC/Subsidiados</b></td> <td>69</td> <td>154</td> </tr> <tr> <td><b>POC/Carenciados</b></td> <td>8</td> <td>18</td> </tr> </table>	Este programa abrangeu:	2008		H	M	<b>POC/Subsidiados</b>	69	154	<b>POC/Carenciados</b>	8	18
Este programa abrangeu:	2008												
	H	M											
<b>POC/Subsidiados</b>	69	154											
<b>POC/Carenciados</b>	8	18											

**▶ Empresas de Inserção**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006-2008 2008-2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>As “empresas de inserção” promovidas por pessoas colectivas sem fins lucrativos têm por objectivo a (re)inserção socioprofissional de desempregados de longa duração ou em situação de particular desfavorecimento face ao mercado de trabalho. Neste contexto, visam combater a pobreza e a exclusão social, promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade, favorecer a criação de postos de trabalho e satisfazer necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado.</p>	<p><b>2008-2010</b> Abranger 12 984 indivíduos.</p>	<p>Programa não solicitado ao Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros.</p>

**▶ Programa Vida-Emprego**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006-2008 2008-2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Especialmente vocacionado para o processo de inserção e reinserção de toxicod dependentes em processo de recuperação.</p> <p>Integra um conjunto de medidas específicas criadas pelo Diploma RCM n.º 136/98 de 04/12.</p>	<p><b>2008-2010</b> Abranger 3 636 indivíduos.</p>	<p>Este programa abrangeu:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Em 2007, 8 pessoas do sexo masculino</b>, 2 em estágio e 4 em apoios ao emprego;</li> <li>- <b>Em 2008, 5 pessoas do sexo masculino</b>, 1 em estágio que transitou do ano anterior e 4 em apoios ao emprego, dos quais 3 transitaram do ano anterior e 1 foi uma nova situação.</li> </ul>

## MEDIDAS PARA FACILITAR A TRANSIÇÃO DE JOVENS PARA A VIDA ACTIVA

### JOVENS

#### ► Programa Estágios Profissionais

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO																
<p>Este Programa visa <b>facilitar a transição entre o sistema de qualificação e o mercado de trabalho</b>, bem como apoiar a melhoria das qualificações de desempregados até aos 35 anos inclusive, complementando as qualificações pré-existentes com uma formação prática em contexto laboral, com a duração de 12 meses.</p> <p>Destina-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Desempregados, à procura do 1.º ou novo emprego, com idade até aos 35 anos, inclusive, com o ensino secundário completo ou nível de 3 de qualificação ou superior;</b></li> <li>- Quando os destinatários forem pessoas com deficiência e incapacidade não existe limite de máximo de idade.</li> </ul>	<p>Este programa abrangeu:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2007</th> <th rowspan="2">TOTAL</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>12</td> <td>24</td> <td>36</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2008</th> <th rowspan="2">TOTAL</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>9</td> <td>26</td> <td>35</td> </tr> </tbody> </table>	2007		TOTAL	H	M	12	24	36	2008		TOTAL	H	M	9	26	35
2007		TOTAL															
H	M																
12	24	36															
2008		TOTAL															
H	M																
9	26	35															

#### ► INOV-JOVEN

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO								
<p>Este programa visa apoiar a realização de estágios profissionais em PME, visando a inserção, nas empresas, de jovens com qualificação de nível superior, complementando a sua qualificação através de uma formação prática em contexto de trabalho.</p> <p>Destina-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Jovens desempregados com idade até 35 anos, inclusive, habilitados com qualificação de nível superior em áreas de formação específicas e que reúnam as seguintes condições:</li> <li>- Jovens à procura do primeiro emprego;</li> <li>- Jovens à procura de novo emprego.</li> </ul> <p>Às pessoas com deficiência, não se aplica o limite de idade.</p>	<p>Este programa abrangeu:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2008</th> <th rowspan="2">TOTAL</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4</td> <td>6</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>	2008		TOTAL	H	M	4	6	10
2008		TOTAL							
H	M								
4	6	10							

#### ► Apoios à Criação de Emprego

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO																
<p>As <b>Iniciativas Locais de Emprego</b> visam incentivar e apoiar projectos que dêem lugar à criação de novas entidades, independentemente da respectiva forma jurídica, e que originem a criação líquida de postos de trabalho, contribuindo para a dinamização das economias locais, mediante a realização de investimentos de pequena dimensão. São promotores, individualmente ou associados os:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desempregados;</li> <li>- Jovens à procura de 1º emprego;</li> <li>- Trabalhadores empregados, mas em risco de desemprego.</li> </ul> <p>O <b>Apoio à Criação do Próprio Emprego</b>, visa <b>apoiar projectos de emprego promovidos por beneficiários das prestações de desemprego</b>, desde que os mesmos assegurem o emprego a tempo inteiro dos promotores. Destina-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Beneficiários das prestações de desemprego que, individualmente ou de forma associativa, apresentem projectos de emprego a tempo inteiro, com viabilidade económica e financeira.</li> </ul>	<p>Estas medidas abrangeram:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2007</th> <th rowspan="2">TOTAL</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>24</td> <td>15</td> <td>39</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2008</th> <th rowspan="2">TOTAL</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>13</td> <td>15</td> <td>28</td> </tr> </tbody> </table>	2007		TOTAL	H	M	24	15	39	2008		TOTAL	H	M	13	15	28
2007		TOTAL															
H	M																
24	15	39															
2008		TOTAL															
H	M																
13	15	28															

## MEDIDAS PARA APOIAR A CRIAÇÃO DE EMPREGO

### EMPRESAS

► **Apoios à Criação de Emprego**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p><b>Apoio à Contratação</b> é uma medida que visa <b>estimular a criação líquida de postos de trabalho, apoiando as entidades que celebrem contratos de trabalho sem termo, a tempo inteiro</b> de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desempregados de longa duração;</li> <li>- Jovens à procura do 1º emprego;</li> <li>- Desempregados com idade igual ou superior a 45 anos;</li> <li>- Trabalhadores em risco de desemprego;</li> <li>- Pessoas com deficiência;</li> <li>- Beneficiários do Rendimento Social de Inserção.</li> </ul>	<p>Apoio não solicitado ao Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros.</p>

**MEDIDAS PARA REFORÇAR A INTEGRAÇÃO DE GRUPOS ESPECÍFICOS**

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

► **Redefinição do Programa Informação, Avaliação e Orientação Profissional**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO													
<p>A redefinição do programa passa por definir um prazo limite para este tipo de processo. Obriga também à existência de um <b>Plano Pessoal de Emprego</b>. Estas acções são realizadas através de Centros de Recursos criados para esse efeito e existe um valor monetário de referência por cada candidato.</p>	<p><b>2008-2010</b> Abranger 8 000 pessoas, até 2010.</p>	<p>O Centro de Reabilitação Profissional, do Centro Nossa Sra. de Fátima ao abrigo desta medida, abrangeu:</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th colspan="2">2007</th> <th rowspan="2">TOTAL</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>9</td> <td>21</td> <td><b>30</b></td> </tr> <tr> <th colspan="2">2008</th> <th rowspan="2">TOTAL</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </tbody> </table>	2007		TOTAL	H	M	9	21	<b>30</b>	2008		TOTAL	H	M
2007		TOTAL													
H	M														
9	21	<b>30</b>													
2008		TOTAL													
H	M														

► **Emprego Protegido**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Alargar os programas ocupacionais às pessoas com deficiências; implementar a rotatividade dos trabalhadores em regime de emprego protegido e criar o modelo de emprego apoiado nas empresas.</p>	<p><b>2008-2010</b> Abranger 2 000 pessoas, até 2010.</p>	<p>Programa não solicitado ao Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros.</p>

► **Apoios à Instalação por Conta Própria**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Esta medida visa <b>apoiar a criação do próprio emprego por pessoas deficientes</b>, através do exercício de uma actividade por conta própria.</p> <p>Destina-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pessoas com deficiência com idade legal para o trabalho que pretendam criar o seu próprio emprego.</li> </ul>	<p>Apoio não solicitado ao Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros.</p>

► **Ajudas Técnicas**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO								
<p>Esta medida possibilita às pessoas com deficiência o acesso a meios (dispositivos, produtos, equipamentos ou sistemas) que compensem as desvantagens inerentes às suas deficiências, proporcionando-lhes maiores níveis de autonomia pessoal no acesso às oportunidades de formação e emprego. Permite ainda a eliminação de barreiras arquitectónicas no posto de trabalho.</p>	<p>Esta medida abrangeu:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2008</th> <th rowspan="2">TOTAL</th> </tr> <tr> <th>H</th> <th>M</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0</td> <td>2</td> <td>2</td> </tr> </tbody> </table>	2008		TOTAL	H	M	0	2	2
2008		TOTAL							
H	M								
0	2	2							

**IMIGRANTES**

► **Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Ações integradas de formação, tutoria, consultoria, assistência técnica e/ou suporte à criação de redes inter-empresas.</p>	<p><b>2008-2010</b></p> <p>Abranger 787 mulheres em ações de consultoria para a criação e desenvolvimento de micro-empresas geridas por mulheres, até 2010.</p>	<p>Apoio não solicitado ao Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros.</p>

Nível de desagregação:

Ano de recolha:

Informação recolhida relativa aos anos de:

Fontes:

Concelho

Janeiro/Fevereiro 2009

2007/2008

Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros; Associação Nacional de Direito ao Crédito; Centro Nossa Sra. de Fátima

## 2.3.2 Dados Estatísticos

QUADRO N.º 6 INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – “AS PESSOAS”					
Fonte: EUROSTAT / INE / Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros					
Indicador	EU25	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros
<b>Emprego / Desemprego</b>					
População Empregada, 2005 (milhares)	201.943,0	5.122,60	1.797,90	n.d.	5764 <sup>(1)</sup>
Taxa de Actividade, 2005 (%): Total		52,5	52,7	n.d.	34,11 <sup>(2)</sup>
Masculina		57,9	58,0	n.d.	n.d.
Feminina		47,4	47,7	n.d.	n.d.
Taxa de Desemprego, 2005 (%) Total	8,8	7,6	8,8	n.d.	
Masculina	7,9	6,7	7,5	n.d.	
Feminina	9,9	8,7	10,4	n.d.	
Taxa de Desemprego, por grupo etário 2005 (%): 15-24	18,7	16,1	15,8	n.d.	
>=25	7,8	6,7	7,8	n.d.	
Proporção do desemprego de longa duração, 2005 (%)	45,3	49,9	54,1	n.d.	
Distribuição do Emprego por Sector de Actividade, 2005 (%) Primário	4,8	11,8	12,8	n.d.	
Secundário	24,7	30,6	39,6	n.d.	
Terciário	70,5	57,6	45,5	n.d.	
Taxa da Actividade por NUTSII	n.d.	53,2			
Masculina					
Feminina					
População activa por Nível de Instrução, 2005 (%):		5,7	6,2	n.d.	n.d.
Sem Instrução					
Básico 1º Ciclo		29,2	32,3	n.d.	n.d.
Básico 2º Ciclo		19,5	23,5	n.d.	n.d.
Básico 3º Ciclo		17,8	15,7	n.d.	n.d.
Secundário		14,5	11,8	n.d.	n.d.
Superior		13,2	10,5	n.d.	n.d.

Notas: n.d. = Dado não disponível

(1) População residente civil empregada

(2) Os indicadores utilizados foi a população residente (16897) e a população residente civil empregada (5764)

## 2.3.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas

Apresentados os dados relativos às medidas e/ou políticas sociais relativas à área do emprego com impacto/aplicabilidade no concelho, apresentamos em seguida uma **análise sobre o emprego ou melhor dizendo sobre o desemprego, o qual está relacionado com as características do tecido social** (envelhecimento e baixos níveis de escolarização e de competências profissionais) **e empresarial** que tal como referimos no PDS 2006-2008 não se alterou, continuado a verificar-se que o concelho,

“(..) apresenta um sector das actividades económicas que se centra na pequena exploração agrícola familiar e num tecido empresarial débil, constituído por pequenas empresas familiares, que se caracterizam, como já se referiu, por falta de dinamismo, de empreendedorismo e de inovação, resultando na criação de um limitado número de oportunidades de emprego que, quando surgem, muitas das vezes ficam sem resposta localmente, porque as pessoas inscritas para emprego não correspondem ao perfil desejado.” (11, 2006)

A população em idade activa (15 aos 64 anos de idade) no concelho, em 2007, é de 10 879<sup>25</sup>, dos quais se encontravam inscritos como desempregados em 2007 - 697 e em 2008 - 678<sup>26</sup>, mostrando-se nas tabelas a seguir, os desempregados registados no Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros por grupo etário, nível de escolaridade, género, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego.

TABELA 6 - DESEMPREGO NO CONCELHO SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA						
CONCELHO		GRUPO ETÁRIO				
Macedo de Cavaleiros	Ano	< 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 e + anos	TOTAL
	2007	99	168	311	119	697
	2008	89	150	305	134	678

<sup>25</sup> Dado retirado do Anuário Estatístico da Região Norte de 2007, indicador “População residente, por grandes grupos etários, por município”.

<sup>26</sup> Dados de Dezembro de 2007 e de Dezembro de 2008, relativamente ao número de pessoas do concelho, inscritas como desempregadas no Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros.

**TABELA 7 - DESEMPREGO NO CONCELHO SEGUNDO NÍVEIS DE ESCOLARIDADE**

CONCELHO		NÍVEL DE ESCOLARIDADE						
Macedo de Cavaleiros	Ano	< 1º CEB	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	Superior	TOTAL
	2007	76	187	150	111	88	85	697
	2008	77	204	147	114	66	70	678

**TABELA 8 - DESEMPREGO NO CONCELHO SEGUNDO GÉNERO, TEMPO DE INSCRIÇÃO E SITUAÇÃO FACE À PROCURA DE EMPREGO**

CONCELHO		GÉNERO		TEMPO DE INSCRIÇÃO		SITUAÇÃO FACE À PROCURA DE EMPREGO		TOTAL
Macedo de Cavaleiros	Ano	H	F	< 1 ano	1 ano e +	1º Emprego	Novo Emprego	
	2007	232	465	502	195	105	592	697
	2008	282	396	483	195	98	580	678

O tecido empresarial não tem mostrado capacidade para criar novos empregos, nem os sectores tradicionais para absorver ou exigir mão-de-obra qualificada, não contribuindo para alterar a postura das pessoas face à aquisição de qualificações/competências profissionais, tornando-se esta questão – desemprego/tecido empresarial - um ciclo vicioso que não é fácil alterar.

Os dados da intervenção relativos ao apoio à criação de emprego atestam ainda, tal como já tínhamos referido na área da educação/formação, os baixos níveis de empreendedorismo da população residente no concelho.

### 2.3.3.1 Situação Sócio-Económica dos Agregados Familiares

Relativamente à situação sócio-económica dos Agregados Familiares das 37<sup>27</sup> freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros, é de salientar que dos dados recolhidos referentes aos 5471 indivíduos, destacam-se os pensionistas (41,3%), seguidos dos empregados por conta de outrem (15,8%) e da população estudiantil com 11,9%.

Há ainda a realçar o volume relativo da população sem actividade económica – doméstica (11,9%), seguido dos empregados por conta própria com 9,9%.

<b>TABELA 9 - SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DOS AGREGADOS FAMILIARES</b>				
	<b>FREQUENCY</b>	<b>PERCENT</b>	<b>VALID PERCENT</b>	<b>CUMULATIVE PERCENT</b>
Empregado por conta própria	544	9,9	9,9	9,9
Empregado por conta de outrem	867	15,8	15,8	25,8
Trabalhador sazonal	72	1,3	1,3	27,1
Pensionista	2258	41,3	41,3	68,4
Desempregado com subsídio de desemprego	46	,8	,8	69,2
Desempregado sem subsídio de desemprego	150	2,7	2,7	72,0
Beneficiário do RSI	1	,0	,0	72,0
Bolsa de formação	16	,3	,3	72,3
Estudante	667	12,2	12,2	84,5
Doméstica	653	11,9	11,9	96,4
Outra	197	3,6	3,6	100,0
<b>Total</b>	<b>5471</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

<sup>27</sup> O Estudo Sócio-Demográfico e Habitacional do Concelho de Macedo de Cavaleiros, realizado pelo projecto TRAMPOLIM/CEPI efectuou a recolha no período de 2006/2007. Neste momento encontram-se tratados e publicados os dados relativos às 37 freguesias rurais do Concelho. No que diz respeito, aos dados sócio-demográficos e habitacionais da freguesia de Macedo e suas anexas (Travanca e Nogueirinha), estes encontram-se em fase de inserção e análise estatística.

# ACÇÃO SOCIAL

## 2.4 Acção Social

### 2.4.1 Dados da Intervenção

#### MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS E COMUNIDADE

##### ► Rendimento Social de Inserção (RSI)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O Rendimento Social de Inserção (RSI), rege-se pela Lei 13/2003, de 21 de Maio e consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade no âmbito do sistema público de Segurança Social, e num Programa de Inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.</p>	<p><b>2006/2008</b> Garantir que 90% dos beneficiários do RSI estabeleçam acordos de inserção, até 2008.</p> <p><b>2008/2010</b> Abranger 80.000 beneficiários do RSI em acções de formação/qualificação e/ou em mercado de trabalho, até 2010.</p>	<p>Em 2007, <b>79 agregados familiares</b> beneficiaram do Rendimento Social de Inserção (RSI), dos quais <b>79 assinaram acordos de cooperação</b> e destes <b>17 pessoas foram encaminhadas para formação, qualificação e apoio técnico.</b></p> <p>Em 2008, <b>90 agregados familiares</b> beneficiaram do RSI, dos quais <b>71 assinaram acordos de cooperação.</b> Dos 90 beneficiários, <b>16 pessoas foram encaminhadas para formação, qualificação e apoio técnico.</b></p> <p>Refira-se ainda que a equipa técnica do RSI encontra-se a prestar acompanhamento a <b>17 famílias de etnia cigana</b>, com a seguinte distribuição pelo Concelho: 1 família em Latães; 4 famílias em Macedo; 2 famílias em Ferreira; 5 famílias em Podence; 2 famílias em Espadanedo; 2 famílias em Valongo; 1 família em Fornos de Ledra.</p> <p>Relativamente ao <b>número de indivíduos, verifica-se um total de 74, distribuídos por 39 pessoas do sexo masculino e 35 do sexo feminino.</b></p> <p>No que respeita à extensão do agregado, predomina a <b>constituição familiar entre os 5 a 7 elementos</b>, sendo a tipologia maioritariamente <b>nuclear com filhos a cargo.</b></p> <p>Ao nível da criação do <b>auto-emprego</b> não há qualquer caso a registar, nem em 2007, nem em 2008.</p>

► **Atendimento e Acompanhamento Social**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>Atendimento e Acompanhamento Social</b> é uma resposta social que se dirige a pessoas e famílias residentes no concelho, desenvolvendo-se através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, actuar em situações de emergência e também pessoas que se encontrem em dificuldades pontuais.</p>	<p>O serviço de Acção Social local encaminhou, em 2007, <b>7 pessoas para formação, qualificação e apoio técnico.</b></p> <p><b>Em 2008</b>, este serviço encaminhou <b>10 pessoas para formação, qualificação e apoio técnico.</b></p> <p>Ao nível da criação do <b>auto-emprego</b> não há qualquer caso a registar.</p>

► **Reforço da Rede de Emergência Social**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Responder às situações de marcada emergência através de dispositivos adequados à natureza dos problemas e através de diversas agências de intervenção local e nacional:</p> <p>1) Protocolo com a CVP Linha Nacional de Emergência Social (LNES)</p> <p>2) Melhoria da distribuição territorial no apoio alimentar através do <b>PCAAC</b><sup>28</sup></p>	<p>1) LNES - Mais de 50% técnicos afectos à LNES e mais 25% de pólos de intervenção através dos núcleos da CVP;</p> <p>2) PCAAC - Aumento de 30 % da rede de instituições.</p>	<p><b>LNES – INFORMAÇÃO NÃO RECOLHIDA</b></p> <p><b>O PCAAC:</b></p> <p>- Em 2007, beneficiou <b>732 indivíduos/famílias</b>;</p> <p>- Em 2008, beneficiou <b>734 pessoas</b>, das quais <b>376 utentes de IPSS</b> e <b>358 indivíduos/famílias</b>.</p>

► **Abono Familiar (Pré-Natal)<sup>(1)</sup>**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p><b>O Abono de Família Pré-natal e Majoração do Abono de Família para Crianças e Jovens</b> – Decreto-Lei n.º 308-A/2007, de 5 de Setembro – é uma prestação atribuída, à mulher grávida, a partir do mês seguinte àquele em que se atinge a 13.<sup>a</sup> semana de gestação, sendo concedido mensalmente, até ao mês do nascimento, inclusive. Se o período de gravidez for inferior a 40 semanas, no caso de nascimento prematuro, o abono de família pré-natal é garantido pelo período correspondente a 6 meses, podendo ser acumulado com o abono de família para crianças e jovens devido após o nascimento.</p>	<p><b>2008/2010</b></p> <p>Apoiar pecuniariamente 310.00 mulheres grávidas que atinjam a 13.<sup>a</sup> semana da gestação, até 2010.</p>	<p>Em <b>2007</b> esta medida teve <b>16 beneficiários</b> e em <b>2008</b> tivemos <b>121 beneficiários</b>, registando-se um <b>aumento significativo</b>, nesta medida de política social, uma vez que o diploma legal só saiu a 5 de Setembro do 2007, havendo apenas três meses para a implementação da política nesse ano.</p>

<sup>28</sup> O PCAAC é uma acção anualmente promovida pela Comissão e executada pelos Estados-membros, através do ISS, I.P. que utilizando as existências de intervenção de vários produtos agrícolas, visa distribuir produtos alimentares às pessoas mais necessitadas na Comunidade Europeia. A origem desta acção encontra-se nas medidas tomadas pela Comunidade Europeia, durante o Inverno excepcionalmente frio de 1986/87, que permitiram a distribuição de vários géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas na Comunidade.

<sup>(1)</sup> Importa referir que todos os dados relativos aos diferentes tipos de Abono Familiar só estão compilados os dados da Segurança Social, faltando os dados de todas as outras instituições públicas do Concelho.

► **Abono Familiar – Bonificação do abono de família concedido aos titulares inseridos em agregados familiares monoparentais<sup>(1)</sup>**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<b>A Bonificação do Abono Familiar</b> visa melhorar o rendimento familiar de agregados monoparentais de particular vulnerabilidade onde se inserem crianças, através da bonificação de abono de família.	<b>2006/2008 – 2008/2010</b> Majorar cerca de 20 000 titulares de prestações familiares. Abranger cerca de 12% dos actuais titulares.	Em <b>2007 não se registou qualquer situação</b> nesta medida, uma vez que a lei só foi publicada em Maio/2008. Em <b>2008 tivemos 119 titulares</b> beneficiários desta medida de política social.

► **Abono Familiar – Majoração do abono de família após o nascimento ou integração de uma 2ª criança e seguintes<sup>(1)</sup>**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
No âmbito do subsistema de protecção familiar, regulamenta a bonificação do abono de família, numa óptica de diferenciação positiva sendo o valor da prestação objecto de majoração percentual.	<b>2008/2010</b> Majorar cerca de 200.000 titulares de prestações familiares.	<b>INFORMAÇÃO NÃO RECOLHIDA</b>

► **Abono Familiar – Actualização extraordinária dos montantes do abono de família para crianças e jovens em agregados familiares de menores recursos<sup>(1)</sup>**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Aumento intercalar extraordinário de 25% do abono de família para crianças enquadradas em agregados familiares do 1º e 2º escalões de atribuição dos abonos de família. (Portaria 425/2008 de 16 de Junho)	<b>2008/2010</b> Abranger 1000.000 de crianças.	<b>INFORMAÇÃO NÃO RECOLHIDA</b>

► **Subsídio Social na Maternidade, Paternidade e Adopção**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Prestação pecuniária no âmbito do subsistema de solidariedade, destinada a garantir rendimentos substitutivos da ausência ou perda de remuneração de trabalho, em situação de carência económica. (Decreto-Lei n.º 1057/2008 de 25 de Junho)	<b>2008/2010</b> Abranger 30.500 beneficiários, até 2010.	<b>INFORMAÇÃO NÃO RECOLHIDA</b>

► **Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<b>O Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico</b> , visa disponibilizar refeições equilibradas às crianças para corrigir desigualdades.	<b>2006/2008 – 2008/2010</b> Garantir que 100% das Escolas do 1º Ciclo ofereçam a todas as crianças uma refeição escolar equilibrada, até 2010.	No ano lectivo de 2006/2007, o concelho teve 8 escolas do 1º CEB a funcionar (EB n.º 1, n.º2, n.º3, n.º4, Chacim, Podence, Morais e Vilarinho de Agrochão, das quais apenas a EB n.º 2 e a n.º 3, não tiveram a implementação do programa de refeições, por falta de condições destes equipamentos. No ano lectivo 2007/2008 a situação ao nível do fornecimento de refeições manteve-se, prevendo-se corrigir esta situação, atingindo-se

**CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

uma taxa de 100% no fornecimento de refeições, com a entrada em funcionamento do Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros.

► **Acção Social Escolar**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Cria condições de promoção da igualdade no acesso à educação apoiando com acção social escolar os alunos de todos os níveis de ensino provenientes de famílias com condições socioeconómicas desfavoráveis.</p> <p>Introdução de novos critérios de atribuição da acção social escolar em função do escalão em que se encontram para efeitos de abono de famílias, designadamente apoio financeiro na aquisição de manuais escolares (100% para o 1º escalão do abono de família, 50% para o 2º escalão do abono de família).</p>	<p><b>2008/2010</b> Atingir cerca de 711000 estudantes do ensino básico e secundário, até 2010:</p> <p>- 100% para o 1º escalão do abono de família, 50% para o 2º escalão do abono de família.</p>	<p>No <b>ano lectivo de 2006/2007</b>, a acção social escolar abrangeu <b>225 alunos</b> (no escalão A e B) ao nível do <b>fornecimento de livros</b> e <b>148 alunos</b> ao nível do <b>fornecimento de refeições</b>.</p> <p>No <b>ano lectivo de 2007/2008</b>, a acção social escolar abrangeu <b>235 alunos</b> (no escalão A e B) ao nível do <b>fornecimento de livros</b> e <b>312 alunos</b> ao nível do <b>fornecimento de refeições</b>.</p>

► **Passo Escolar**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Assegurar as deslocações casa-escola-casa, de transportes públicos, com 50% de desconto.</p> <p>Destina-se a estudantes dos 4 aos 18 anos (inclusive), que não frequentam o ensino superior e não beneficiam de transporte escolar.</p>	<p><b>2008/2010</b> Reduzir para metade (50%) o preço do passe escolar dos transportes públicos, para estudantes dos 4 aos 18 anos, em 2008.</p>	<p><b>Esta medida não se aplica à realidade do concelho</b>, uma vez que não existe uma rede de transportes públicos.</p> <p>Contudo, a <b>Autarquia disponibiliza transporte escolar gratuito a todos os alunos que residem fora da sede do concelho</b>.</p>

► **Voluntariado**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Visa a ocupação socialmente útil de pessoas desocupadas proporcionando o contacto com outras pessoas e outras actividades, prevenindo o seu isolamento e a tendência para a desmotivação e marginalização, através de um regime de voluntariado.</p>	<p><b>2008/2010</b> Abranger 25000 pessoas.</p>	<p><b>INFORMAÇÃO NÃO RECOLHIDA</b></p>

Nível de desagregação:

Ano de recolha:

Informação recolhida relativa aos anos de:

Fontes:

Concelho

Janeiro/Fevereiro 2009

2007/2008

CDSS de Bragança e Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

**PROJECTOS E PROGRAMAS DE ENFOQUE TERRITORIAL DIRIGIDOS A GRUPOS E TERRITÓRIOS EM RISCO E/OU SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO**

► **Projecto Trampolim**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	N.º DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO			
<p><b>Programa para a Inclusão e para o Desenvolvimento – PROGRIDE</b>, criado pela <b>Portaria 730/2004</b>, visa, nomeadamente através da <b>Medida 1</b>, agir sobre a pobreza e exclusão social de pessoas e do território, assente numa metodologia que privilegia a participação dos actores locais e a congregação das várias sinergias locais.</p>	<p>2006/2008</p> <p>Desenvolver 73 projectos até 2008.</p>	<p>O Projecto Trampolim resultou de uma <b>candidatura conjunta da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros (entidade promotora) e da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros (entidade executora)</b>. Foi implementado a 1 de Setembro de 2005, com a duração prevista de 48 meses. Desenvolve actividades enquadradas nas 4 áreas de intervenção previstas nos n.º 6 e 7 do art.º 4, do Despacho n.º 25/2005, de 3 de Janeiro, das quais resultaram <b>9 acções centrais</b>, desenvolvendo diversas actividades complementares.</p>			
		ÁREA DE INTERVENÇÃO	ACÇÕES	ÁREA DE ACTIVIDADE PRINCIPAL	N.º DE PESSOAS ABRANGIDAS
		1	Implementação de Iniciativas Passo a Passo	Promoção do voluntariado e cidadania	62
			Espaço Dinâmico de Atendimento e Intervenção - EDAI	Apoio/Acompanhamento a famílias	284
			Criação de Oficinas de Saberes	Promoção da identidade e das dinâmicas sociais e culturais locais	1471
		2	Centro de Estudos, Planeamento e Investigação	Observatório social/investigação sistemática	3941
			Criação de Pólos de Apoio Comunitário	Criação de serviços de proximidade; promoção de dinâmicas nos equipamentos sociais locais	672
		3	Realização de Iniciativas de âmbito formativo e informativo para líderes locais	(In)formação para líderes locais;	183
			Realização de Acções de Educação/Formação	Apoio à divulgação/realização de actividades de carácter (in)formativo para diversos públicos da comunidade concelhia	3206
		4	Criação do Espaço Iniciativa	Apoio às associações e iniciativas locais de carácter colectivo	983
Realização de Mostras de	Divulgação de boas práticas		17000		

► Rede Social

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO														
<p>A <b>Rede Social</b> é um fórum de articulação e congregação de esforços baseado na adesão livre por parte das autarquias e de entidades públicas ou privadas <b>com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social</b>. Pretende-se fomentar a formação de uma consciência colectiva dos problemas sociais e contribuir para a activação dos meios e agentes de resposta e para a optimização possível dos meios de acção nos locais.</p> <p>O que se propõe é que em cada comunidade se criem <b>novas formas de conjugação de esforços</b>, se avance na <b>definição de prioridades e que em suma se planeie de forma integrada e integradora</b> o esforço colectivo através da constituição de um novo tipo de parceria entre entidades públicas e privadas com intervenção nos mesmos territórios. <b>Esta parceria baseia-se na igualdade entre os parceiros, na consensualização dos objectivos e na concertação das acções desenvolvidas pelos diferentes agentes locais.</b></p>	<p>A data formal de constituição do Conselho Local de Acção Social (CLAS) foi em, <b>14 de Abril de 2000</b>, tendo sido Macedo de Cavaleiros, concelho-piloto num conjunto de 41 concelhos do país. O programa Rede Social/CLASMC teve em Macedo de Cavaleiros, devido a contingências sócio-políticas, duas fases de implementação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ <b>A 1ª fase que decorreu de 2000 a 2002;</b></li> <li>⇒ <b>A 2ª fase correspondeu ao período de 2002 a 2004.</b></li> </ul> <p>O Concelho Local de Acção Social (CLAS), actualmente, designado por <b>Concelho Local de Acção Social de Macedo de Cavaleiros (CLASMC)</b>, encontra-se numa fase de consolidação da parceria, estando a preparar-se para, em Março de 2009, apresentar o <b>3º Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do CLASMC</b>.</p> <p>No decorrer do <b>2º PDS do CLASMC (2006/2008)</b>, desenvolvemos <b>6 acções</b>, das quais:</p> <table border="1" data-bbox="887 1028 1422 1330"> <thead> <tr> <th>ACÇÕES</th> <th>N.º DE PESSOAS ABRANGIDAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AnimaREDE</td> <td>36</td> </tr> <tr> <td>Ficar, Empreender e Construir</td> <td>60</td> </tr> <tr> <td>Mudar as Práticas</td> <td>33</td> </tr> <tr> <td>Amas</td> <td>20</td> </tr> <tr> <td>Comprometa-se! Por Macedo</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>(In)Dependências</td> <td>146</td> </tr> </tbody> </table>	ACÇÕES	N.º DE PESSOAS ABRANGIDAS	AnimaREDE	36	Ficar, Empreender e Construir	60	Mudar as Práticas	33	Amas	20	Comprometa-se! Por Macedo	100	(In)Dependências	146
ACÇÕES	N.º DE PESSOAS ABRANGIDAS														
AnimaREDE	36														
Ficar, Empreender e Construir	60														
Mudar as Práticas	33														
Amas	20														
Comprometa-se! Por Macedo	100														
(In)Dependências	146														

Nível de desagregação:

Concelho

Ano de recolha:

Janeiro/Fevereiro de 2009

Informação recolhida relativa aos anos de:

2007/2008

Fontes:

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros

## CRIANÇAS E JOVENS

### ► Creche

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>A <b>Creche</b> é um espaço destinado ao cuidado e acompanhamento pedagógico de crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos, tendo a Segurança Social como entidade reguladora e fiscalizadora.</p> <p>A Segurança Social através do PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) visa apoiar o alargamento, desenvolvimento e a consolidação da rede de equipamentos sociais, nomeadamente, na criação de novos lugares em respostas sociais nas áreas da infância e juventude.</p>	<p><b>2006/2008</b> Aumentar em 50 % a capacidade instalada em creches (atingir o compromisso de Barcelona:33%), criando 37 000 novas vagas, até 2009 e 6 000 novas vagas em 2008.</p> <p><b>2008/2010</b> Duplicar o número de creches a funcionar com horário superior a 11 horas diárias.</p> <p>Concluir as vagas contratualizadas atingindo a taxa de cobertura de 33%, até 2010.</p>	<p>O concelho tem <b>duas creches</b> pertencentes a duas IPSS – uma o Nuclisol e outra o Centro Social Nª Sª de Fátima.</p> <p><b>O Nuclisol em 2007 tinha capacidade para 50 crianças, acordos de cooperação para 50 utentes e acolheu 50 crianças, tendo 3 crianças em lista de espera.</b> No ano de 2007 não beneficiaram de alargamento dos acordos de cooperação.</p> <p>Em 2008 a situação manteve-se, relativamente a todos os dados, tendo apenas deixado de ter lista de espera.</p> <p><b>O Centro Social Nª Sª de Fátima, em 2007 tinha capacidade para 50 crianças, acordos de cooperação para 47 utentes e acolheu 50 crianças, tendo uma lista de espera de 10 crianças .</b> No ano de <b>2007</b> beneficiaram do alargamento do acordo de cooperação, o qual continua a não cobrir a capacidade da valência.</p> <p>Em 2008 a situação manteve-se, relativamente a todos os dados.</p> <p>Estes equipamentos têm uma <b>cobertura concelhia</b> e um <b>horário de funcionamento</b> que vai das 07.45h às 19h, de segunda a sexta-feira.</p> <p>Ao nível do CLASMC <b>não se registou qualquer pedido de emissão de parecer</b> para este tipo de equipamentos e não houve candidaturas a qualquer medida.</p>

### ► Apoio ao Alargamento do Horário das Creches

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Aumento do número de creches a funcionar num horário superior a 11 horas diárias quando exista necessidades expressas de 30% dos pais das crianças.</p>	<p><b>2006/2008</b> Duplicar o número de creches que beneficiam deste apoio complementar. Mais 360 creches até 2010.</p>	<p><b>INFORMAÇÃO NÃO RECOLHIDA</b></p>

► **Amas da Segurança Social**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>As <b>AMAS da Segurança Social</b> são uma resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, <b>cuida de crianças, até aos 3 anos</b> que não sejam suas parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais, tendo a Segurança Social como entidade reguladora e fiscalizadora.</p>	<p>Esta resposta foi implementada no concelho, em <b>2007</b>, dispondose no momento de <b>3 amas, as quais acolhem 10 crianças</b> de 10 famílias e registando-se <b>07 novas inscrições de mulheres para serem amas</b>, não havendo crianças em lista de espera.</p> <p>No ano de <b>2008</b>, passamos a ter <b>4 amas, as quais acolhem 16 crianças</b> de 16 famílias e registando-se <b>05 novas inscrições de mulheres para serem amas</b>, não havendo crianças em lista de espera.</p>

► **Escolinha Mágica**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>A Escolinha Mágica é um estabelecimento privado que se localiza na sede do concelho e acolhe crianças dos 04 meses aos 12 anos de idade.</p>	<p>No ano de 2007, recebeu <b>32 crianças</b>, disponibilizando os seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>→ <b>Berçário</b> que acolheu <b>7 crianças</b> dos 4 meses a 1 ano de idade;</li> <li>→ <b>Creche</b> que acolheu <b>13 crianças</b> de 1 ano aos 3 anos de idade;</li> <li>→ <b>Pré-Escolar</b> que acolheu <b>9 crianças</b> dos 3 aos 6 anos de idade;</li> <li>→ <b>ATL</b> que acolheu <b>3 crianças</b> dos 06 aos 10 anos de idade.</li> </ul>

► **Centro de Actividades de Tempos Livres (CATL)**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>CATL</b> é uma resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona actividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de actividades específicas e multi-actividades, tendo a Segurança social como entidade reguladora e fiscalizadora.</p>	<p>O concelho tem <b>um equipamento</b> pertencente a uma IPSS – o <b>Nuclisol</b> – o qual teve:</p> <p><b>Em 2007 capacidade para 40 crianças, acordos de cooperação para 40 utentes e acolheu 40 crianças</b>, não tendo <b>registado lista de espera</b>. Neste ano não beneficiaram de alargamento do acordo de cooperação.</p> <p><b>Em 2008</b> a situação manteve-se, relativamente a todos os dados, apenas se diferenciou quanto à lista de espera, a qual passou a ser de <b>6 crianças</b>.</p> <p>A <b>Autarquia</b> disponibiliza uma <b>Ludoteca</b> - Salta-Pocinhas - , a qual funciona sem acordo de cooperação e acolhe crianças dos 3 aos 6 anos de idade, dos três estabelecimentos de ensino, pré-escolar da cidade, durante o ano lectivo e como prolongamento de horário, para o pré-escolar no período de 7 de Julho a 14 de Setembro. No período de férias escolares acolhe crianças entre 3 e 12 anos de idade, funcionando das 08:45h às 12:30h e das 14h às 19h e no período lectivo funciona das 14h às 19h.</p> <p>Em <b>2007</b>, tinha capacidade e acolheu <b>50 crianças</b> e em <b>2008</b>, aumentou a sua capacidade e passou a acolher <b>60 crianças</b>.</p> <p>A Associação de Pais e Encarregados de Educação de Macedo de Cavaleiros – <b>APEMAC</b> – têm 31 associados, aos quais dão apoio à realização do trabalhos para casa (TPC) e realizam várias</p>

actividades de tempos livres, distribuindo-se as crianças/jovens pelas actividades da seguinte forma:

ACTIVIDADES	FAIXA ETÁRIA				TOTAL
	6 – 12 anos		14 – 17 anos		
	F	M	F	M	
Inglês			3	4	7
Dança	6	5		4	15
Música (Viola)	3	4			7
ATL	2				2
<b>TOTAL</b>					<b>31</b>

► **Centros de Estudo**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>Cantinho do Saber</b> é uma instituição privada que se localiza em Macedo de Cavaleiros e destina-se a acolher crianças que frequentam o 1º e o 2º Ciclo do Ensino Básico.</p> <p>O <b>ABCD</b> é uma instituição privada que se localiza em Macedo de Cavaleiros, funcionando como Ludoteca e como Centro de Estudo, destinando-se a crianças em idade de pré-escolar até ao 3º CEB.</p>	<p>Esta instituição funciona como <b>sala de estudo e ocupação de tempos livres</b>, tendo acolhido <b>33 crianças</b> entre os 6 e os 12 anos de idade, designadamente no: 1º e 2º CEB.</p> <p style="text-align: center;"><b>INFORMAÇÃO NÃO CEDIDA</b></p>

Nível de desagregação:

Ano de recolha:

Informação recolhida relativa aos anos de:

Fontes:

Concelho

Janeiro/Fevereiro 2009

2007/2008

Nuclisol; Centro Social Nª Sª de Fátima; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; CDSS de Bragança; Escolinha Mágica; Cantinho do Saber

## REDE DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS A GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

### CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

#### ► Plano de Intervenção Imediata(PII)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>Plano de Intervenção Imediata</b> é uma medida de política social que se dirige a crianças e jovens acolhidas em instituições e em famílias de acolhimento, às quais se aplica um instrumento de diagnóstico que permite caracterizar e analisar a evolução dos projectos de vida.</p>	<p><b>2006/2008</b> Aplicar, até 2008, o Plano às crianças com perfil apropriado;</p> <p>Abranger, até 2008, 25% das crianças institucionalizadas com projectos de vida definidos e concretizados.</p>	<p>Os dados são relativos às crianças e jovens institucionalizadas no <b>Centro Social Nossa Sra. de Fátima</b>, o qual acolheu <b>75 crianças e jovens, em 2007</b>, às quais se aplicou o PII, o que significa que <b>98,6% das crianças e jovens foram alvo de uma caracterização e destas 12 foram desinstitucionalizadas.</b></p> <p><b>Em 2008</b>, acolheu <b>69 crianças e jovens</b>, às quais aplicou o PII, o que significa que <b>94,5% das crianças e jovens foram alvo de uma caracterização e destas 14 foram desinstitucionalizadas.</b></p> <p><b>Neste sentido, fazemos um balanço positivo desta medida</b>, uma vez que desde que foi implementada no concelho em Setembro de 2005 e <b>já foram desinstitucionalizadas 44 crianças, ou seja, regressaram à família natural.</b></p>

#### ► Lar de Infância e Juventude

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>Lar de Infância e Juventude</b> é uma resposta social, desenvolvida em equipamento social, <b>destinada ao acolhimento de crianças e jovens, em situação de perigo, de ambos os sexos, até aos 18 anos, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.</b></p>	<p>O Centro Social N.ª S.ª de Fátima é promotor do <b>Lar de Infância e Juventude</b>, o qual:</p> <p><b>Em 2007</b>, tinha <b>capacidade para 72 crianças e jovens, com acordos de cooperação para 62 utentes e 62 crianças e jovens institucionalizadas</b>, das quais <b>acolheu 14 ao longo do ano</b>. Não havendo lista de espera a registar.</p> <p><b>Em 2008</b>, tinha <b>capacidade para 72 crianças e jovens, com acordos de cooperação para 62 utentes e 64 crianças e jovens institucionalizadas</b>, das quais <b>acolheu 11 ao longo do ano</b>. Não havendo lista de espera a registar.</p> <p>Refira-se ainda que a sua área de influência geográfica é o Distrito, mas pontualmente também recebe crianças de outros distritos do país.</p>

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

► **Comissão de Protecção a Crianças e Jovens (CPCJ)**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
As CPCJ são instituições oficiais não judiciais, com autonomia funcional, que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.	<p><b>2008/2010</b></p> <p>Reforçar, até 2006, as equipas: 128 técnicos a tempo inteiro; 340 professores a tempo parcial.</p> <p>Constituir mais 40 CPCJ, até 2008.</p>	<p>A CPCJ, em Macedo de Cavaleiros está instalada desde 1995, como CPM e reorganizada em 30/12/2000, pela Portaria nº 1226, como CPCJ.</p> <p><b>Tem desde 2003 uma técnica contratada a tempo inteiro, a qual acompanhou, em 2007, 61 crianças e jovens / 78 processos.</b></p> <p>Foi realizada <b>1 acção de formação</b>, em parceria com a CNPCJR e o CDSS de Bragança, <b>dirigida a técnicos e parceiros.</b></p> <p><b>Em 2008, registou:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 52 sinalizações/processos instaurados;</li> <li>- 39 processos transitaram;</li> <li>- 6 processos foram reabertos;</li> <li>- 17 processos foram arquivados liminarmente;</li> <li>- 33 processos foram arquivados.</li> </ul> <p>Ou seja, em <b>2008, celebraram 69 acordos de promoção e protecção.</b></p>

► **Programa de Intervenção com Famílias de Crianças e Jovens Abrangidos por Medidas de Promoção (Lei nº 147/99, de 01 de Setembro – Protecção de Crianças e Jovens em Risco)**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
O Programa de intervenção com Famílias de Crianças e Jovens Abrangidas por Medidas de Protecção, visa formar e qualificar famílias com crianças e jovens abrangidas por medidas de promoção e protecção em meio natural de vida.	<p><b>2006/2008</b></p> <p>Abranger 3000 famílias, até 2008.</p>	<p>Em <b>2008</b> foram abrangidas <b>73 famílias por medidas de promoção e protecção</b>, das quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>44</b> pela medida, <b>meio natural de vida</b>, sendo que <b>36</b> pela medida de <b>apoio junto dos progenitores</b> e <b>8</b> pela medida <b>apoio junto de outros familiares</b>;</li> <li>- <b>26</b> pela medida, <b>acolhimento institucional</b>;</li> <li>- <b>2</b> pela medida, <b>confiança a pessoa idónea</b>;</li> <li>- <b>1</b> pela medida, <b>apoio para autonomia de vida.</b></li> </ul> <p>Na medida <b>acolhimento familiar</b> não se registam situações, porque <b>não existem Famílias de Acolhimento para Menores no concelho</b>, situação que entendemos ser necessário corrigir.</p>

► **Parentalidade Positiva (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro)**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Formar e qualificar famílias com crianças e jovens abrangidos por medidas de promoção e protecção.	<p><b>2008/2010</b></p> <p>Formar e qualificar 500 família, até 2010.</p>	<b>INFORMAÇÃO NÃO RECOLHIDA.</b>

**CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

► **Apradinhamento Civil**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Consiste na integração de uma criança ou jovem num ambiente familiar, confiando-os a uma pessoa singular ou uma família que exerçam os poderes e deveres próprios dos pais e com eles estabeleçam vínculos afectivos que permitam o seu bem-estar e o seu desenvolvimento.	<b>2006/2008</b> Aprovar a lei que estabelece o regime jurídico da Apadrinhamento Civil, no primeiro semestre de 2009.	<b>INFORMAÇÃO NÃO RECOLHIDA.</b>

► **Listas Nacionais de Adopção**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
A <b>Adopção</b> é o vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas. Este vínculo constitui-se por sentença judicial proferida em processo que decorre no Tribunal de Família e Menores. Existem dois tipos de adopção plena e restrita.	<b>2006/2008</b> Garantir informação permanentemente actualizada sobre o n.º de crianças em situação de adoptabilidade e o n.º de candidatos seleccionados, com vista a reduzir o período de tempo que decorre entre a definição da situação de adoptabilidade e a adopção decretada.	<b>Em 2007</b> , o n.º de adopções concretizadas foi de <b>9</b> ; <b>Em 2008</b> , o n.º de adopções concretizadas foi de <b>7</b> .  O tempo de espera das famílias: - na selecção de candidatos o tempo máximo de espera é até 6 meses; - o tempo de espera dos candidatos seleccionados, até ser enquadrada criança para a adopção, é variável, dependendo, sobretudo, de 2 factores: ✓ o n.º de crianças juridicamente adoptáveis, no ano. A idade preferencial, apresentada pelos candidatos, relativamente à criança a adoptar. Candidatos que preferencialmente só aceitem crianças muito pequenas podem ter um tempo de espera de 3, 4 ou mais anos; ✓ Candidatos cuja exigência da idade da criança seja mais flexível, crianças de 6, 7 anos, têm um tempo de espera mais curto, normalmente não ultrapassa um a dois anos, de tempo de espera. Quanto maior for a idade da criança, que os candidatos, porventura, aceitem para adopção, maior vai sendo o tempo de espera;  O tempo de espera de crianças em Instituição: Criança com medida judicial decretada para a adopção: 1 mês, é o limite máximo de espera, na instituição, até ser integrada numa família adoptiva. Excepção a esta regra, são as crianças mais velhas, quando a nível Distrital ou Nacional os serviços de adopção não têm candidatos seleccionados, que aceitem essas crianças para adopção. Nestes casos, à semelhança do que referimos para as famílias, quanto maior for a idade da criança, maior é também o tempo de espera na Instituição.

**Nível de desagregação:**

**Ano de recolha:**

**Informação recolhida relativa aos anos de:**

**Fontes:**

Concelho

Janeiro/Fevereiro 2009

2007/2008

Centro Social N.ª S.ª de Fátima; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e CDSS de Bragança

## CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

### ► Intervenção Precoce

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social. Resposta de intervenção integrada - Segurança Social / Educação / Saúde.</p> <p>Envolve crianças até aos 6 anos de idade, especialmente dos 0 aos 3 anos, com deficiência ou em risco de atraso grave de desenvolvimento.</p>	<p>A equipa de intervenção precoce do concelho iniciou a sua actividade em Março de 2006, tendo começado a trabalhar de forma articulada com a CERCIMAC, em <b>Dezembro de 2007</b>.</p> <p>A CERCIMAC assumiu, <b>em 2007</b>, um protocolo com o Centro Distrital de Segurança Social de Bragança através do qual acompanhará <b>25 famílias com crianças deficientes ou em risco de atraso grave no desenvolvimento</b>, as quais se encontram distribuídas por <b>5 Concelhos</b>, sendo: - Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Bragança e Carrazeda de Ansiães.</p> <p>Em <b>2008</b> acompanharam <b>25 crianças</b>, dos <b>0 aos 6 anos de idade</b>, 10 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, sendo que o concelho que registou mais casos foi Bragança (9 crianças) seguindo-se Macedo e Mirandela (5 crianças), Mogadouro (4 crianças) e Carrazeda de Ansiães (2 crianças).</p> <p>Esta resposta social está integrada no sector da Acção Social, mas poderia estar no sector da Saúde ou da Educação. Contudo, uma vez que envolve crianças em idade pré-escolar considerou-se que seria mais adequado encontrar-se nesta secção.</p>

Nível de desagregação: Concelho  
Ano de recolha: Janeiro/Fevereiro 2009  
Informação recolhida relativa aos anos de: 2007/2008  
Fontes: CERCIMAC

## PESSOAS IDOSAS

META DO PNAI

2006/2008 – 2008/2010

2008/2010

### REFORÇO DOS EQUIPAMENTOS PARA IDOSOS

Criar através do Programa de Equipamentos Sociais (POPH) 1378 vagas em equipamentos para pessoas idosas, até 2010.

Concluir através do PARES 18060 vagas em Lares para idosos, SAD e Centros de Dia, até 2009.

Requalificar 300 equipamentos, até 2010.

#### ► Lar de Idosos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>LAR DE IDOSOS</b> é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.</p>	<p>O concelho dispõe de <b>2 lares de idosos</b> pertencem a duas IPSS's.</p> <p>A <b>Santa Casa da Misericórdia</b>, localiza-se em Macedo de Cavaleiros, tem <b>capacidade e acordo de cooperação para 83 utentes</b>, respondendo a <b>83 utentes, com uma lista de espera de 245 pessoas</b>.</p> <p>O <b>CSP de Grijó</b>, localiza-se em Grijó, tem <b>capacidade para 11 utentes</b>, tem <b>acordo de cooperação para 8 utentes e responde 13 utentes, com uma lista de espera de 6 pessoas</b>.</p>

#### ► Centro de Dia

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>CENTRO DE DIA</b> é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.</p>	<p>O concelho dispõe de <b>6 centros de dia</b>, promovidos por seis IPSS's, as quais têm:</p> <p>A Santa Casa da Misericórdia – <b>capacidade para 30 utentes, acordo de cooperação para 10 utentes e responde a 10 utentes, com uma lista de espera de 10 pessoas</b>.</p> <p>O CSP de Carrapatos – <b>capacidade para 30 utentes, acordo de cooperação para 2 e responde a 2 utentes, com uma lista de espera de 6 pessoas</b>.</p> <p>O CSP de Grijó – <b>capacidade para 25 utentes, acordo de cooperação para 8 e responde a 8 utentes</b>.</p> <p>O CSP de Talhas – <b>capacidade para 25 utentes, acordo de cooperação para 20 utentes e responde a 20 utentes</b>.</p> <p>O CSN. Sra. de Fátima – Centro de Dia de Lagoa – <b>capacidade para 30 utentes, acordo de cooperação para 20 utentes e responde a 26 utentes</b>.</p> <p>O CSP de Morais – <b>capacidade para 25 utentes, acordo para 8 e responde a 8 utentes</b>.</p>

#### ► Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO</b> é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das</p>	<p>O concelho dispõe de <b>6 SAD</b>, promovidos por IPSS's, as quais têm:</p> <p>A Santa Casa da Misericórdia – <b>capacidade e acordo de cooperação para 69 utentes e respondem a 79 utentes*</b>.</p> <p>O CSP de Carrapatos – <b>capacidade para 45, acordo de cooperação para 35 e responde a 44 utentes</b>.</p> <p>O CSP de Grijó – <b>capacidade e acordo de cooperação para 10 utentes e responde a 18 utentes</b>.</p> <p>O CSP de Talhas – <b>capacidade para 30, acordo de cooperação para 26 utentes e responde a 38 utentes</b>.</p>

necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.  
\* Acolhe mais 10 utentes, através de um acordo atípico / o Projecto Trampolim assume estes acordos, até 31/08/2009.

O CSN. Sra. de Fátima – CD de Lagoa – **capacidade para 15 utentes, acordo para 4 utentes e responde a 12 utentes.**

O CSP de Morais – **capacidade para 20 utentes, acordo para 12 utentes e responde a 12 utentes.**

► **Estabelecimentos Privados<sup>29</sup>**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>Lar de Santa Marinha</b> é privado, localiza-se em Arrifana - Macedo de Cavaleiros e esta vocacionado para acolher pessoas idosas.</p> <p>O <b>Vale O Bem Viver – Casa de repouso</b> é privado, localiza-se em Vale Pradinhos - Macedo de Cavaleiros e esta vocacionado para acolher pessoas idosas.</p>	<p>O concelho dispõe de <b>2 lares de idosos privados.</b> Em Lar de Idosos tem <b>capacidade para 26 idosos e responde a 24 idosos;</b> Em Centro de Dia tem <b>capacidade para 6 idosos e responde a 1 idoso.</b></p> <p>Em Lar de Idosos tem <b>capacidade para 30 idosos e responde a 5 idosos.</b></p>

► **O Acolhimento Familiar para Idosos e Pessoas com Deficiência**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Dependência e/ou Deficiência</b> é uma resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com dependência e/ou deficiência, a partir da idade adulta.</p>	<p><b>Em 2007, tivemos 14 Famílias de Acolhimento, distribuídas da seguinte forma pelas freguesias, do concelho:</b> - 2 em Olmos; - 1 em Castelãos; - 4 em Morais; - 1 em Talhas; - 1 em Arcas; - 2 em Macedo; - 1 em Bornes; - 1 em Lamalonga; - 1 em Vale Benfeito. As quais, acolheram <b>20 Idosos e pessoas adultas com deficiência.</b></p> <p><b>Em 2008, tivemos 14 Famílias de Acolhimento</b> que acolheram <b>56 Idosos e pessoas adultas com deficiência</b>, registando-se uma <b>lista de espera de 7 pessoas.</b> Registou-se <b>3 novas inscrições para Famílias de Acolhimento.</b></p>

► **Complemento Solidário para Idosos (CSI)**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>CSI</b> é uma prestação do subsistema de solidariedade do sistema público da Segurança Social para pensionistas com idade igual ou superior a 70 anos. É uma prestação diferencial, ou seja, é um apoio adicional aos recursos que os destinatários já possuem.</p>	<p><b>2006/2008</b> Garantir a todos os idosos com 65 e mais anos e com baixos recursos, uma prestação monetária extraordinária com vista a aumentar os seus rendimentos globais para um patamar mínimo de 4200€/ano (a preços de 2006).</p> <p><b>2008/2010</b> Abranger todas as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e com rendimentos</p>	<p>O CSI é uma medida que tem “esbarrado” com algumas resistências por parte dos idosos, contudo foi alvo de algumas alterações, em Janeiro de 2008, através da Portaria n.º 209/2008, a qual introduziu uma actualização no valor de referência do CSI para 4800€ e também passou a possibilitar a candidatura de idosos com idade igual ou superior a 65 anos.</p> <p>Assim, no ano de <b>2007</b> tivemos <b>120 pessoas idosas</b>, no concelho a beneficiar desta medida, <b>tendo aumentado em 2008, para 497 pessoas idosas.</b></p>

<sup>29</sup> Refira-se que em 2009, entraram em funcionamento mais dois lares privados que se localizam na sede do concelho e uma empresa especializada na prestação de cuidados ao domicílio.

**CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

	inferiores a 4800euros/ano com: i)complemento de rendimentos, ii)apoio para compra de medicamentos, iii) apoio à aquisição de próteses dentárias e, iv) apoio na aquisição de óculos e lentes.	O montante médio do CSI foi de: - 5419,42€, em 2007; - 18212,75€, em 2008.
Nível de desagregação:	Concelho	
Ano de recolha:	Janeiro/Fevereiro 2009	
Informação recolhida relativa aos anos de:	2007/2008	
Fontes:	Santa Casa da Misericórdia; Centro Social e Paroquial de Talhas; Centro Social e Paroquial de Morais; Centro Social e Paroquial de Carrapatas; Centro Social e Paroquial de Grijó; Centro Social Nª Sª de Fátima; Lar de Santa Marinha; CDSS de Bragança	

**PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA**

► **Novo Sistema de Pensões e Prestações Familiares na Eventualidade de Deficiência**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Esta medida visa reformular o actual sistema de prestações familiares na área da deficiência com vista à: Adequação das reais necessidades dos destinatários; Aplicação do princípio de diferenciação positiva; Prevenção de situações de pobreza e de exclusão social; Eficácia do sistema. A atribuição da prestação tem por base a condição de recursos e grau de deficiência.	<b>2006/2008</b> Abranger no novo sistema de prestações na eventualidade 140 000 pessoas com deficiência, até 2009.	As prestações familiares de apoio à deficiência, atribuídas no concelho são: - bonificação por deficiência, subsídio mensal vitalício, subsídio por assistência de terceira pessoa; subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial.  No ano de <b>2007</b> , tivemos <b>120 pessoas</b> e em <b>2008</b> <b>118 pessoas</b> com deficiência a usufruir destes apoios.

► **Sistema Descentralizado de Atribuição e Financiamento de Ajudas Técnicas e Tecnologias de Apoio**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
Este modelo pretende ser mais adequado e integrado para responder às reais necessidades das pessoas com deficiências ou incapacidade em matéria de ajudas técnicas e tecnologias de apoio.	<b>2006/2008</b> Conceber um modelo novo até 2007;  Abranger 60 000 pessoas com deficiências ou incapacidade, até 2008.	Em <b>2007</b> , tivemos <b>57 pessoas</b> a beneficiar deste apoios – fraldas, cadeiras de rodas, e colchão anti-escaras – tendo sido o Centro de saúde a entidade prescritora.
Simplificação do processo de prescrição, atribuição e financiamento mediante a existência de uma aplicação informática utilizável nestes três domínios.	<b>2008/2010</b> Criação da aplicação informática no primeiro semestre, de 2008.	Em <b>2008</b> , aumentou para <b>85</b> , o nº de pessoas a beneficiar destes apoios – fraldas, cadeiras de rodas, e colchão anti-escaras – tendo sido o Centro de saúde a entidade prescritora.

Nível de desagregação: Concelho

Ano de recolha: Janeiro/Fevereiro 2009  
 Informação recolhida relativa aos anos de: 2007/2008  
 Fontes: CDSS de Bragança

## EQUIPAMENTOS/RESPOSTAS SOCIAIS PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

METAS DO PNAI  
 2006/2008 – 2008/2010

2008/2010

### REFORÇO DOS EQUIPAMENTOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Criar através do Programa de Equipamentos Sociais (POPH) 1400 vagas, em equipamentos para pessoas com deficiência, até 2010.

Concluir 1390 lugares em equipamentos sociais, até 2009, através do PARES.

#### ► Centro de Actividades Ocupacionais (CAO)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>CAO</b> é uma resposta desenvolvida em equipamento social, <b>destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência.</b></p> <p>Destina-se a pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma actividade produtiva e cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respectiva legislação e careçam de apoios específicos.</p>	<p><b>A Cooperativa de Educação e Reabilitação para Pessoas Inadaptadas (CERCIMAC)</b>, localiza-se na sede do concelho e dispõe da valência de CAO desde 2006, procurando contribuir para a valorização pessoal e integração social dos seus utentes.</p> <p>Em <b>2007</b>, tinha <b>capacidade para 20 pessoas</b>, teve <b>acordo de cooperação para 10 utentes e acolheu 20 pessoas com deficiência</b>, registando uma lista de espera de 10 pessoas.</p> <p>Em <b>2008</b>, tinha <b>capacidade para 20 pessoas</b>, teve <b>acordo de cooperação para 20 utentes e acolheu 16 pessoas com deficiência</b>, registando uma lista de espera de 6 pessoas.</p> <p>A área de abrangência desta resposta social é o concelho.</p>
<p>Nível de desagregação:            Ano de recolha:            Informação recolhida relativa aos anos de:            Fontes:</p>	<p>Concelho            Janeiro/Fevereiro 2009            2007/2008            CDSS de Bragança; CERCIMAC</p>

## PESSOAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

### ► Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica é uma medida que assenta num protocolo entre o Governo Civil e o Centro Distrital de Bragança, a qual visa coordenar as respostas e facilitar o acesso das vítimas de violência doméstica para denúncias ou pedidos de apoio.</p>	<p>O <b>NAVVD de Bragança</b>, atendeu e acompanhou:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em <b>2007</b> - <b>14</b> mulher do concelho;</li> <li>- Em <b>2008</b> - <b>7 novos casos</b>, de mulheres do concelho.</li> </ul> <p><b>Taxa de mulheres consideradas vítimas de violência domestica</b>, do concelho por relação ao Distrito é:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em <b>2007</b> - <b>14%</b>;</li> <li>- Em <b>2008</b> - <b>5,5%</b>.</li> </ul>

### ► Núcleo Mulher e Menor (NMUME)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>NMUME</b> é um projecto da Guarda Nacional Republicana, concebido no âmbito da reorganização dos mecanismos de prevenção e investigação criminal encetada a partir de 2002, tendo como referência as problemáticas sociais e criminais que anteriormente não eram sujeitas a um tratamento específico e diferenciado. É uma valência especialmente dedicada à prevenção, acompanhamento e investigação das situações de violência exercida sobre as mulheres, sobre as crianças e sobre outros grupos específicos de vítimas.</p>	<p>No ano de <b>2007</b>, foram atendidas <b>14 mulheres vítimas de violência doméstica</b>, do concelho.</p> <p>No ano de <b>2008</b>, foram atendidas <b>15 mulheres vítimas de violência doméstica</b>, do concelho.</p>

### ► Casa de Abrigo

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>A <b>Casa de Abrigo</b> é uma valência pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Bragança, a qual acolhe mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, provenientes de qualquer concelho do Distrito, proporcionando-lhes segurança de modo a que não tenham medo de ser abusadas.</p>	<p>Esta valência recebeu durante o ano de <b>2007</b>, <b>9 mulheres</b> vítimas de violência doméstica, <b>não se registando qualquer caso de Macedo de Cavaleiros</b>.</p> <p>Em <b>2008</b> acolheu <b>11 mulheres</b>, das quais <b>1 de Macedo de Cavaleiros</b>.</p>

### ► Centro de Saúde – Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros tem, desde Outubro de 2008, uma <b>equipa multidisciplinar com formação específica para o atendimento das vítimas de violência doméstica</b> e seus familiares, a qual funciona no horário integral do Centro de Saúde.</p>	<p>Esta equipa atendeu, encaminhou e acompanhou, em 2008, <b>19 situações</b>.</p>

Nível de desagregação:

Concelho

Ano de recolha:

Janeiro/Fevereiro 2009

Informação recolhida relativa aos anos de:

2007/2008

Fontes:

CDSS de Bragança; GNR – Grupo Territorial de Bragança e Sta. Casa da Misericórdia de Bragança; Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros

## IMIGRANTES

### ► Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>CLAII</b> é um espaço de informação descentralizado que nasceu de uma parceria com a Autarquia de Macedo de Cavaleiro e por ser o único no Distrito dá apoio à população imigrante ao nível do Distrito.</p> <p>Nível de desagregação: Ano de recolha: Informação recolhida relativa aos anos de: Fontes:</p>	<p><b>2006/2008</b> Abrir 20 novos CLAI, até 2008.</p> <p><b>2008/2010</b> Efectuar 40.000 atendimentos/ano; Promover 150 iniciativas locais para o acolhimento e integração de imigrantes.</p> <p>Concelho Janeiro/Fevereiro 2009 2007/2008 CNAI; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras</p>	<p>O CLAI, em <b>2007</b>, realizou <b>94 atendimentos</b>, dos quais <b>51 imigrantes eram provenientes de vários concelhos do Distrito</b>.</p> <p><b>Em 2008</b>, realizou <b>87 atendimentos</b>, dos quais <b>1 imigrante era proveniente de outro concelho do Distrito</b>.</p> <p>Esta é uma população muito volátil, dependendo a sua fixação no concelho ou no distrito de emprego/legalização, daí que este número não traduza nem a realidade concelhia nem distrital, <b>mas apenas o nº de imigrantes que recorreu ao CLAII</b>, nestes dois anos.</p>

## TRÁFICO DE SERES HUMANOS

### ► Apoio às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p><b>Apoio e acolhimento qualificado à integração social das vítimas de tráfico.</b></p> <p>Existe <b>uma interlocutora no Centro Distrital de Bragança</b>, a qual se articula com o Centro de Apoio e Protecção à Vítima de Tráfico e Seus Filhos Menores (o único especializado do país).</p>	<p><b>2008/2010</b></p> <p>Acolher e acompanhar 18 vítimas no Centro de Apoio e Protecção à Vítima de Tráfico e Seus Filhos Menores;</p> <p>Realizar 15 acções de formação, abrangendo 300 agentes de intervenção na área do tráfico de seres humanos, até 2010.</p>	<p>Não há situações a registar no Distrito.</p>

## MINORIAS ÉTNICAS

### ► Formação para Agentes que Trabalham com Comunidades Ciganas

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>Acções de formação em “interculturalidade e comunidades ciganas”.</p> <p>Nível de desagregação: Ano de recolha: Informação recolhida relativa aos anos de: Fontes:</p>	<p><b>2008/2010</b></p> <p>Criar um módulo de formação em 2009; Realizar 20 acções de formação.</p> <p>Concelho Janeiro/Fevereiro 2009 2007/2008 Centro Distrital de Segurança Social</p>	<p><b>INFORMAÇÃO NÃO RECOLHIDA</b></p>

## 2.4.2 Dados Estatísticos

QUADRO N.º 7 - INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – “AS PESSOAS”					
Fonte: EUROSTAT / INE / Centro Distrital de Segurança Social / Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros					
Indicador	EU25	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros
<b>Coesão Social</b>					
Taxa de Cobertura 0-14 anos 2000(%)		11 <sup>(1)</sup>	9,3	10,2	17,2 <sup>(2)</sup>
Taxa de Cobertura >=65 anos 2000 (%)		10,4 <sup>(1)</sup>	7,8	9,6	<sup>(3)</sup>
Titulares de Rendimento Social de Inserção por 1000 Habitantes, 2003		34,2 <sup>(1)</sup>	42,0	35,0	27,5 <sup>(4)</sup>
Rendimento Disponível Bruto das Famílias per capita, 2003 (milhares de euros)		8,4	7,0		n.d
Remuneração Média Mensal, 2003 (€)		849,56	731,63	636,87	n.d
Disparidade no Ganho Médio Mensal por Sexo, 2003 (%)	15,0	12,9	12,4	9,4	n.d

Notas: n.d. = Dado não disponível

<sup>(1)</sup> = Dado do Continente

<sup>(2)</sup> = Este dado foi calculado tendo por base a população dos 0-14 anos e o nº de crianças que frequentam equipamentos sociais do concelho até aos 5 anos de idades.

<sup>(3)</sup> = Relativamente a estes ponto, sugerimos a consulta do *ESTUDO SOBRE RESPOSTAS/EQUIPAMENTOS SOCIAIS PARA IDOSOS NO CONCELHO*, disponível no site da Autarquia [www.cm-macedodecavaleiros.pt](http://www.cm-macedodecavaleiros.pt)

<sup>(4)</sup> = Este dado foi calculado tendo por base a população em idade activa (15-64 anos) e o nº de beneficiários de RSI em 2007 (299), contudo como a titularidade do RSI só é possível a partir dos 18 anos de idade, poderá existir um desfasamento na taxa apurada.

## 2.4.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas

Ao nível da coesão social o concelho apresenta grupos da população especialmente vulneráveis, sendo designadamente **os idosos e as pessoas com deficiência, as crianças e os agregados familiares com baixos recursos económicos.**

As **pessoas idosas** são especialmente afectadas pelas questões da **pobreza, isolamento social e geográfico e pela falta de apoio institucional.** Como demonstramos no ponto dedicado à demografia, o concelho apresenta um elevado índice de envelhecimento (205,%) e um elevado índice de dependência de idosos (37,2%), problemas sociais que se agravam pelo facto de possuímos um insuficiente número de respostas sociais, especialmente na resposta social **lar de idosos** onde a taxa de cobertura é de 7,5% e, para a qual têm contribuído os lares privados que estão a surgir no concelho, mas que na realidade não

contribuem para responder às necessidades dos idosos que vivem com insuficientes recursos económicos, ficando limitados no seu poder de escolha.

Ao nível do **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)** o concelho **ficará totalmente coberto no início de 2010**, com a entrada em funcionamento do Lar do Lombo, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros. É importante referir que o SAD dá resposta a quase 100% das solicitações, **devido ao esforço das IPSS's**, as quais têm acordos de cooperação para 156 utentes e abrangem 193 utentes, colocando em cheque a sua saúde financeira, **sendo portanto fundamental um alargamento dos acordos de cooperação nesta área**<sup>30</sup>.

Os idosos sofrem ainda com a **precariedade habitacional havendo 23 situações sinalizadas como prioritárias para intervenção**, situação que explicaremos no ponto dedicado à análise da situação habitacional no concelho.

As **pessoas com deficiência** e/ou incapacidade para além de apresentarem os mesmo problemas das pessoas idosas (pobreza, isolamento social e geográfico e falta de apoio institucional), apresentam outros problemas que se prendem com o facto de não serem um grupo homogéneo, sendo inegável que **este é um dos segmentos da população que mais tem sofrido os efeitos da exclusão social a vários níveis: educacional, social, laboral**, sendo estes aspectos impeditivos da sua participação activa na sociedade e comprometem, de forma inaceitável, o exercício de uma cidadania plena.

Agrava esta situação as questões da educação onde os **professores colocados no grupo da educação especial** mais os professores destacados **são insuficientes para responder às necessidades dos alunos**.

Prevê-se que com a aplicação do **Lei 3/2008 de 7 de Janeiro, nomeadamente, ao nível da implementação da Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF)** – a qual irá apenas abranger alunos com deficiências profundas – **haja um decréscimo do número de alunos com NEE a ser apoiados pela Equipa de Educação Especial**. Haverá, portanto, uma nova forma de encarar as necessidades educativas especiais e de gerir os apoios a esses alunos.

---

<sup>30</sup>Refira-se que o CLASMC divulgou recentemente o **Estudo Sobre Respostas/Equipamentos Sociais para Idosos no Concelho**, o qual apresenta dados mais detalhados sobre esta realidade, podendo ser consultado em: [www.cm-macedodecavaleiros.pt](http://www.cm-macedodecavaleiros.pt)

A tabela 10 mostra o apoio institucional às crianças, jovens e pessoas com deficiência, no Distrito de Bragança, especialmente o tipo de resposta social e a sua capacidade total, podendo verificar-se que este apoio é insuficiente, especialmente, no que concerne à resposta social de Lar Residencial.

**TABELA 10 - EQUIPAMENTOS PARA CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA NO DISTRITO**

Fonte: [www.seq-social.pt](http://www.seq-social.pt) / [www.cartasocial.pt](http://www.cartasocial.pt)

Tipo de Resposta Social	Nº de Equipamentos	Concelho/Freguesia	Equipamento /Instituição	Capacidade Total	Total de Utentes
Intervenção Precoce	1	Macedo de Cavaleiros	CERCIMAC	25	25

**EQUIPAMENTOS PARA CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA NO DISTRITO**

Fonte: [www.seq-social.pt](http://www.seq-social.pt) / [www.cartasocial.pt](http://www.cartasocial.pt)

Tipo de Resposta Social	Nº de Equipamentos	Concelho/Freguesia	Equipamento /Instituição		Capacidade Total	Total de Utentes
Centro de Actividades Ocupacionais (CAO)	5	Bragança (Santa Maria)	Centro de Educação Especial de Bragança	Instituto da Segurança Social (ISS)	180	189
		Bragança (Sé)	APADI			
			ASCUDT			
		Macedo de Cavaleiros	CERCIMAC			
Lar Residencial	3	Bragança (Santa Maria)	Centro de Educação Especial de Bragança	Instituto da segurança Social (ISS)	145	135
		Bragança (Sé)	APADI <sup>(1)</sup>			
Residência Autónoma	2	Bragança (Sé)	ASCUDT		9	9
		Mirandela	APPACDM			
Serviço de Apoio Domiciliário (Deficiência)	1	Bragança (Sé)	ASCUDT		3	3

Notas:

(1) A APADI possui dois lares residenciais.

Como já referimos, no ponto destinado à análise demográfica, o Estudo do Projecto Trampolim, relativamente à população inquirida, refere que 25,6% da população são pessoas com deficiência, onde a deficiência visual é o indicador mais representativo (18%), seguindo-se a deficiência auditiva (3,6%) e a deficiência motora, com 2,4%.

<b>TABELA 11 – PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO DEFICIENTE POR CSIF NO CONCELHO</b>				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Deficiência visual	984	18,0	70,3	70,3
Deficiência auditiva	199	3,6	14,2	84,5
Deficiência na fala	4	,1	,3	84,8
Deficiência motora	129	2,4	9,2	94,0
Deficiência mental	21	,4	1,5	95,5
Multideficiência	63	1,2	4,5	100,0
Total	1400	25,6	100,0	
Missing System (Sem deficiência)	4071	74,4		
Total	5471	100,0		

No que respeita à questão da dependência, 22,5% dos inquiridos com deficiência são autónomos, seguindo de 2,1% de indivíduos com dependência moderada e 1% totalmente dependentes. Assim sendo a questão da retaguarda familiar, é um dos factores mais preocupantes, devido ao cenário de envelhecimento que se vive no concelho, havendo o risco de pessoas adultas com deficiência e com baixo grau de autonomia ficarem sem família de retaguarda (pais e/ou família nuclear).

<b>TABELA 11 (cont.) – PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO DEPENDENTE POR CSIF NO CONCELHO</b>				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Autónomo	1230	22,5	87,9	87,9
Moderadamente dependente	117	2,1	8,4	96,2
Totalmente dependente	53	1,0	3,8	100,0
Total	1400	25,6	100,0	
Missing System (Sem deficiência)	4071	74,4		
Total	5471	100,0		

As **crianças**, especialmente, aquelas que são **vítimas de negligência familiar e maus-tratos** estão frequentemente integradas em agregados familiares que têm outras problemáticas associadas, **como a pobreza, o desemprego, baixos níveis de instrução, problemas habitacionais, alcoolismos e violência doméstica, entre outras**. Com uma, duas ou várias destas problemáticas associadas é comum estas crianças / agregados familiares estarem a beneficiar de mais do que um organismo/serviço social ao mesmo tempo, **estando por isso a investir-se no trabalho de parceria como forma de dar a resposta mais adequada e eficaz a estas situações**.

Um dos **problemas/constrangimentos** que identificamos ao nível da intervenção social com estas crianças, é a **não existência de Famílias de Acolhimento para Menores no concelho**, problema já identificado no anterior PDS (2006/2008), o qual apesar dos nossos esforços e diligências não foi possível ultrapassar. Apesar deste constrangimento as parcerias têm tido uma linha de actuação que têm procurado evitar, sempre que possível, a institucionalização destas crianças ou pelo menos tentando-se reduzir esses períodos, resolvendo as situações através do envolvimento da família nuclear e/ou alargada. No entanto, **a não existência de Famílias de Acolhimento para Menores no concelho, é uma situação que entendemos ser necessário corrigir**.

Os **beneficiários do RSI** foram, em 2007, 79 agregados familiares e, em 2008, 90 agregados familiares, números que não ilustram o número de pessoas/famílias pobres que existem no concelho, **são apenas a expressão numérica das famílias que nestes dois anos recorreram a esta medida de política social** e que tiveram uma resposta para os seus problemas através dela. Apesar desta constatação, podemos dizer que **os problemas de pobreza e exclusão social que afectam o concelho não podem ser analisados pela sua expressão numérica, mas sim pelas suas características: é uma pobreza persistente** – que se vem transmitindo de geração em geração - **e cíclica** – uma vez que as pessoas / agregados familiares que recorrem aos apoios e subsídios são ciclicamente os mesmos.

**Entre os beneficiários do RSI encontramos as pessoas da etnia cigana** as quais sofrem com um processo de **dupla exclusão social**, sendo a pobreza e o *estigma* da etnia. No decorrer do acompanhamento realizado, a equipa técnica do RSI tem-se deparado com um **nível de exclusão acentuada**, nomeadamente **social, profissional e habitacional**. O facto de residirem em habitações sem o mínimo de condições de conforto e salubridade conduz a outros problemas como a falta de higiene pessoal que se detecta, frequentemente, nos indivíduos deste grupo. Este factor vai-se reflectir de forma negativa em campos como a saúde, a escola e também na interacção com a população não cigana.

**Também o acesso ao mercado de trabalho se torna difícil, uma vez que a sua formação é baixa ou nula.** Para além destes aspectos, defrontam-se com outros entraves, tais como a atitudes xenófobas. Na sequência, os filhos são igualmente rejeitados na escola pelos colegas (baixo nível de interacção) professores e funcionários. Assim, verifica-se ainda, a inexistência de espaço físico natural, cultural ou outro onde se possam socializar, exceptuando as barracas e as suas comunidades ciganas.

Deste modo e conscientes da situação de marginalização que se detecta na maior parte das famílias de RSI, considera-se que se trata de interromper ciclos de pobreza e exclusão social, actuando sobre as causas destes fenómenos e não sobre as suas consequências. Contudo, para se combater estes fenómenos necessitamos de estar conscientes que eles são estruturais, são uma combinação de vários factores, de circunstâncias, fruto do jogo social (como por exemplo, o modo como funciona a economia, as representações sociais , ...) em que dificilmente conseguimos contrariar ou intervir.

Convém a este propósito relembrar as palavras do Prof. Doutor Fernando Bessa<sup>31</sup> sobre as Redes Sociais que "(...) como qualquer outro programa de combate às exclusões, não são a panaceia para resolver os problemas com que nos confrontamos, uma vez que elas só poderão realizar plenamente os seus objectivos no quadro da construção de novas estruturas económicas e sociais capazes de atacar as causas que as justificam e não de agir só sobre os seus efeitos." Corroborando as suas palavras, consideramos que Rede Social/CLASMC move-se dentro da conjuntura social e económica, não sendo uma realidade à parte, **deparando-se com uma pobreza que tem causas nas pessoas** – fracas competências pessoais e sociais – **mas também no território** - fraco tecido empresarial, falta de oportunidades, entre outras – **e na conjuntura social e económica**, considerando-se que é possível e provável actuar em alguns factores, muito mais do que noutros, **sendo necessário delinear uma intervenção assertiva, bem direccionada, sistemática e prolongada.**

Os **imigrantes** são outro grupo vulnerável, registando-se ao nível do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) de Macedo de Cavaleiros, em 2007, 94 atendimentos e, em 2008, 87 atendimentos e, segundo Anuário Estatístico da Região Norte 2007<sup>32</sup>, 51 estrangeiros solicitaram estatuto legal residente. Apesar do número de atendimentos efectuados pelo CLAI ter diminuído, consideramos que este é um grupo populacional que merece a nossa atenção, tendo-se realizado, em Março de 2009, **duas candidaturas** ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) - uma ao nível do diagnóstico para se conhecer melhor este grupo no concelho e no distrito e as problemáticas associados e

---

<sup>31</sup> Comunicação efectuada por Fernando Bessa Ribeiro – Doutorado em Ciências Sociais pela UTAD -, no âmbito do Seminário *Compromissos*, realizado a 31 de Maio de 2009 e promovido pelo CLASMC.

<sup>32</sup> Dados do Anuário Estatístico da Região Norte 2007

outra candidatura inter-concelhia para promover uma rede de apoio e de integração ao imigrante no concelho e nos concelhos aderentes ao projecto, para além de Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Alfandega da Fé, Bragança e Miranda do Douro – as quais foram aprovadas.

# SAÚDE

## 2.5 Saúde

### 2.5.1 Dados da Intervenção

#### MEDIDAS DE APOIO A GRUPOS VULNERÁVEIS

##### ► Programa Nacional – Promoção da Saúde Oral

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
O acesso às consultas de medicina dentária, por crianças, jovens, grávidas e idosos (com complemento solidário para idosos), faz-se mediante um cheque-dentista personalizado emitido e entregue ao utente pelo Centro de Saúde.	<b>2008/2010</b> Abranger 80000 jovens/ano. Abranger 50000 grávidas/ano. Abranger 10000 idosos/ano.	<b>INFORMAÇÃO NÃO RECOLHIDA</b>

##### ► Rede de Cuidados Continuados Integrados

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL/ RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006-2009	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI ou Rede) foi criada pelo <b>Decreto-Lei n.º 101/2006</b>, de 06 de Junho, no âmbito do Ministério da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social, sendo constituída por um conjunto de respostas com tipologia diferente, ainda que complementar, nomeadamente por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Unidades de Internamento</b> (Unidades de Convalescença, de Média Duração e Reabilitação; de Longa Duração e Manutenção; e de Cuidados Paliativos);</li> <li>- <b>Unidades de Ambulatório</b> (Unidade de Dia e de Promoção da Autonomia);</li> <li>- e <b>Equipas de Cuidados Continuados Integrados</b> (para apoio domiciliário e acções paliativas).</li> </ul> <p>Estas valências visam promover a oferta de serviços de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Internamento de curta duração alternativo ao hospital, racionalizando os recursos hospitalares;</li> <li>- internamento de longa prazo para idosos e pessoas com dependência racionalizando os recursos;</li> <li>- unidades de dia, estimulando a autonomia na comunidade.</li> </ul> <p>Resumindo, podemos dizer que a <b>Rede é constituída por unidades e equipas locais</b> da segurança social, da Rede Solidária e das autarquias locais que prestam cuidados continuados de saúde, e ou apoio social, e de cuidados e acções paliativas.</p> <p>Os <b>Cuidados Continuados Integrados</b> são um conjunto de intervenções sequenciais de saúde e/ou de apoio social, decorrentes de avaliação conjunta, centrados na recuperação global entendida como o processo terapêutico e de apoio social, activo e contínuo de <b>pessoas idosas e/ou dependentes que compreende:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>A reabilitação, a readaptação e a reintegração social;</b></li> <li>- <b>A provisão e manutenção de conforto e qualidade de vida, mesmo e situações irreversíveis.</b></li> </ul>	<p>Criar até 2008:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-997 camas de convalescença em unidades para a prestação de cuidados de saúde de curta duração;</li> <li>-1139 camas com vista à prestação de saúde de média duração e de reabilitação;</li> <li>- 2720 camas em unidades para a prestação de serviços de apoio e internamento de longo prazo;</li> <li>-814 unidades de área de dia / promoção de autonomia;</li> <li>-326 camas para cuidados paliativos.</li> </ul>	<p>Esta é uma Rede de âmbito nacional que se operacionaliza a nível local e regional através de uma implementação faseada de unidades e equipas, <b>estando actualmente em funcionamento no Distrito:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>4 Equipas de Cuidados Continuados Integrados</b>, as quais são apoiadas por equipas concelhias que funcionam nos Centro de Saúde concelhios.</li> <li>- <b>4 Unidade de Cuidados Continuados</b> em Vila Flor, Freixo de Espada-à-Cinta, Mogadouro e Miranda do Douro.</li> </ul> <p>Está ainda previsto para o concelho uma <b>Unidade de Convalescença</b> e uma <b>Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos</b>.</p> <p>Para mais informações consulte em: <a href="http://www.dgs.pt">http://www.dgs.pt</a> <a href="http://www.seg-social.pt/AccãoSocial/RNCCI">http://www.seg-social.pt/AccãoSocial/RNCCI</a></p> <p>Segue-se a Tabela 1 com a informação quantitativa.</p>

AS PESSOAS – SAÚDE

TABELA 12 – REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS E PALIATIVOS NO DISTRITO

ÁREA DE INTERVENÇÃO SOCIAL // SERVIÇO	EQUIPAS/ UNIDADES	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	N.º DE EQUIPAS / POR ÁREA DE INFLUÊNCIA	N.º DE CAMAS DE MÉDIA DURAÇÃO / POR ÁREA DE INFLUÊNCIA		N.º DE CAMAS DE LONGA DURAÇÃO / POR ÁREA DE INFLUÊNCIA		LISTA DE ESPERA		NOTAS/ OBSERVAÇÕES	
								CAMAS DE MÉDIA DURAÇÃO	CAMAS DE LONGA DURAÇÃO		
SAÚDE Rede Nacional de Cuidados Continuados e Integrados*	Equipas de Coordenadoras Locais		4	Bragança, Vinhais						* Esta é uma Rede de âmbito nacional que se operacionaliza a nível local e regional através de uma implementação faseada de unidades e equipas.	
				Alfandega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa							
				Miranda do Douro, Vimioso, Mogadouro e Freixo de Espada-à-Cinta							
				Mirandela, Vila Flor e Carrazeda de Ansiães							
	Equipa de Cuidados Continuados e Integrados – Apoio Domiciliário	Macedo de Cavaleiros	1	Macedo de Cavaleiros							
	Unidade de Cuidados Continuados	Vila Flor			15	Nacional	18	Nacional	3	9	
		Freixo de Espada-à-Cinta			11	Nacional	28	Nacional	**		** A lista de espera é variável, mas as unidades tem estado a dar uma resposta favorável às situações.
Mogadouro						24	Nacional				
Miranda do Douro						21	Nacional				

## INICIATIVAS LOCAIS

### ▶ **Voluntariado**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL/ RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
<p>O <b>Voluntariado</b> de acordo com o art.º 2.º da Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, é o conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.</p>	<p>A <b>Associação de Voluntários do Hospital de Macedo de Cavaleiros</b> apesar de funcionar desde Fevereiro de 2004, só em Maio de 2006 é que ficou formalmente constituída, contando com <b>30 voluntários</b>.</p> <p>Em 2007, a sua actividade abrangeu <b>2076 pessoas/por ano</b>, no serviço de Consultas Externas e Urgências e <b>2124 pessoas/por ano</b> no serviço de Fisioterapia.</p> <p>Em 2008, a sua actividade abrangeu <b>5772 pessoas/por ano</b>, no serviço de Consultas Externas e Urgências e <b>5749 pessoas/por ano</b> no serviço de Fisioterapia.</p> <p>Resta acrescentar que também prestam apoio no serviço de internamento do Hospital, contudo não têm o registo das pessoas abrangidas.</p> <p>O <b>Voluntariado do Centro de Saúde</b>, funciona todos os dias de 2ª a 6ª feira tendo também à sua responsabilidade aos fins-de-semana atendimentos domiciliários.</p>

### ▶ **(IN)DEPENDÊNCIAS**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL/ RESPOSTA SOCIAL
---

O grupo de trabalho (IN)DEPENDÊNCIAS é composto por várias entidades concelhias (Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Centro Distrital de Segurança Social/Equipa Local, Centro de Saúde, GNR e Instituto Piaget), as quais trabalharam para compilar informação sobre a temática das dependências, em especial do alcoolismo, reflectiu, debateu e, especialmente, **alertou para as importância de se ter no concelho uma intervenção sistemática/continuada ao nível da prevenção, do atendimento, do encaminhamento e da intervenção junto de pessoas e famílias com problemas de alcoolismo.**

De acordo com o diagnóstico aprovado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência, elaboramos três candidaturas, as quais deram origem aos **Projectos Programa de Respostas Integradas (PRI) DE MACEDODO DE CAVALEIROS**, os quais estão a actuar ao nível da prevenção – **PROJECTO MAIS** – da redução de riscos e minimização de danos – **PROJECTO (IN)DEPENDÊNCIAS** – e da reinserção – **PROJECTO VIDA**. Os três projectos têm a duração de dois anos e estão a intervir desde 01 de Fevereiro de 2009.

Nível de desagregação:

Ano de recolha:

Informação recolhida relativa aos anos de:

Fontes:

Concelho

Janeiro/Fevereiro 2009

2007/2008

Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros; Associação de Voluntários do Hospital de Macedo de Cavaleiros; Equipas Coordenadoras Locais de Cuidados Continuados; Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

## 2.5.2 Dados Estatísticos

**QUADRO N.º 8 INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO NORTE – “AS PESSOAS”**

Fonte: EUROSTAT / INE					
Indicador	EU25	Portugal	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Macedo de Cavaleiros
<b>Saúde</b>					
Hospitais, 2004		209	63	4	1
Médicos por 1000 Habitantes, 2004		3,3	3,0	2,0	1,5 <sup>(1)</sup>
Camas por 1000 Habitantes, 2004		3,7	3,1	3,4	0,0 <sup>(1)</sup>
Taxa de Mortalidade Infantil, 2003 (%)	4,6	4,1	4,2	6,4	4,8 <sup>(1)</sup>
Esperança de Vida, 2003/04: Total		77,8	78,1	77,8	n.d
Homens	74,9	74,5	74,9	n.d.	n.d
Mulheres	81,3	81,0	81,1	n.d.	n.d

Notas: n.d. = Dado não disponível

<sup>(1)</sup> = Dados do Anuário Estatístico da Região Norte de 2007

### 2.5.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas

De acordo com a recente reestruturação Rede Pública dos Cuidados de Saúde, levada a cabo pelo Poder Central do Estado, o Concelho dispõe de um **Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros (CSMC)**, o qual é a estrutura nuclear do sistema de saúde, tendo como preocupação dar resposta às necessidades da comunidade que serve. Como prestador de **Cuidados de Saúde Preventivos** deve estar em permanente contacto com a comunidade com as necessidades e hábitos de saúde para **pôr em prática sistemas e acções de saúde, prevenção e tratamento da doença e readaptação das capacidades temporárias e definitivas**. Por este motivo, procuramos que o CSMC seja uma estrutura física e humana onde o utente é perspectivado nas suas várias vertentes: biológica, psicológica, socio-económica, cultural; por físico deve-se entender a estrutura física enquanto edifício e por humano deve-se entender uma equipa que aborda o indivíduo/ família/ comunidade na sua globalidade devendo por isso ser multidisciplinar.

O CSMC tem instituído o seguinte **horário de funcionamento**: das **8.00h às 20.00h de segunda-feira a sexta-feira, excepto feriados e terças-feiras, o qual encerra às 18h para os utentes, estando os funcionários todos em reuniões de serviço.**

É, actualmente, uma instituição com **novas instalações, construídas de raiz e em pleno funcionamento desde 12 de Março de 2007**, disponibilizando os seguintes serviços:

- ✚ Semanalmente, todas as quartas e quintas-feiras realizam-se provas de **Espirometria e ECG (electrocardiogramas)** por um técnico de cardiopneumologia;
- ✚ Semanalmente, todas as segundas e quintas-feiras realizam-se **sessões/aulas de preparação para o parto**, efectuadas por uma Enfermeira especialista em saúde materna;

Todas as sextas-feiras têm lugar as consultas do **pé diabético**, onde se pretende a prevenção de complicações e/ ou ensinar o utente e os seus familiares relativamente às melhores estratégias dentro de cada caso, para serem ultrapassadas. Nesta consulta, efectuada pelo Médico/Enfermeiro e **quando necessário a Podologista é avaliado o pé do doente e outros dados antropométricos**.

Uma equipa de Enfermagem, de apoio à comunidade, põe em funcionamento os seguintes serviços: - **Cuidados Domiciliares**; - **Unidade Móvel**; - **Saúde Escolar**; - **Gabinete de Apoio ao CAT** (Centro de Atendimento aos Toxicodependentes), com o horário - 8.30h – 9.30h e 16h – 17.30h, de segunda a sexta-feira; - **Gabinete do utente** (onde desempenha funções a assistente social). Existem ainda **duas Unidades de Cuidados Personalizados**, as quais funcionam num Módulo Polivalente que funcionam com equipas multidisciplinares, onde o utente pode encontrar os seguintes profissionais de saúde: - **Psicóloga**; - **Nutricionista**; - **Estomatologista**; - **Podologista**; - **Terapeuta da Fala**; - **Fisioterapeuta**.

E uma **equipa de cessação tabágica intensiva** (enfermeiro e médico) que funciona todas as segundas-feiras, na parte de manhã.

Refira-se ainda que existe uma **equipa multidisciplinar para a consulta específica de problemas relacionados com o álcool**, podendo depois ser necessário fazer encaminhamento para a especialidade. Esta consulta realiza-se às terças-feiras das 15h às 18h.

Existe também uma **equipa multidisciplinar com formação específica para o atendimento das vítimas de violência doméstica** e seus familiares, a qual funciona no horário integral do Centro de Saúde, **desde Outubro de 2008**.

No CS ainda existe o **Módulo de Delegação de Saúde**, onde desempenham funções:

Delegada de Saúde Pública;

Técnicos de Saúde Ambiental (higiene e segurança).

No concelho existe ainda uma unidade do **Centro Hospitalar do Nordeste**, o qual possui as seguintes especialidades, ao nível da consulta externa: - Psiquiatria, Ortopedia, Otorrino, Medicina, Cirurgia, AVC e Ontologia, ao nível do internamento: - Medicina; - AVC; - Ortopedia; - e Otorrino.

O **Serviço de Urgências Básico (SUB)** que pertence ao ACES de Bragança, a funcionar **24h/24h** com dois médicos de clínica geral e com Triagem de *Manchester* e apoio de Medicina Interna.

Através dos serviços de saúde, da intervenção social das equipas técnicas e das parcerias, percebemos que existem duas problemáticas – **as toxicodependências com destaque para o alcoolismo e violência doméstica** – que só agora começam a ter expressão numérica, ao nível do concelho e do Distrito, com a implementação de novos gabinetes, serviços e projectos<sup>33</sup>. Segundo dados do Programa Vida-Emprego, em 2007, foram acompanhadas 8 pessoas e em 2008 – 5 pessoas. O Núcleo Distrital de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD) revela que a taxa de mulheres vítimas de violência doméstica, no concelho por relação ao Distrito foi, em 2007, 14% e, em 2008, 5,5%.

Estes problemas não passaram a estar debelados com a implementação destes novos instrumentos de intervenção social e os dados apresentados apenas revelam a “ponta do iceberg”, o que podemos afirmar é que a partir de agora estes problemas **passaram a ser alvo de uma maior atenção, a ser mais conhecidos e a ter uma intervenção mais próxima da população.**

Outro problema detectado pelo serviço de saúde é os **idosos que necessitam de cuidados de saúde prolongados ou sistemáticos** e que enchem os serviços de saúde não sendo estes os serviços mais adequados para responder às suas necessidades. Neste sentido, a implementação de uma **Rede Nacional de Cuidados Continuados (RNCC)** ao nível do país, do distrito e do concelho não resolveu completamente o problema mas tem ajudado bastante e, principalmente, **mostra que o caminho deve ser feito por aí, considerando-se que, com os índices de envelhecimento<sup>34</sup> que o Distrito apresenta, deverá ser feito um maior investimento desta REDE na Região de Trás-os-Montes.**

<sup>33</sup> Informação prestada na 1ª parte do documento, onde se revela os dados da intervenção.

<sup>34</sup> De acordo com os dados apresentados pelo Anuário Estatístico da Região Norte de 2007, verificamos que no Distrito todos os Concelhos apresentam elevados índices de envelhecimento, designadamente, Alfandega da Fé 260,8%, Bragança 161,8%, Miranda do Douro 295,4%, Mirandela 176,3%, Mogadouro 274,1%, Vimioso 375,5% e Vinhais 387,5%.

# HABITAÇÃO

## 2.6 Habitação

### 2.6.1 Dados da Intervenção

#### MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A MELHORIA DO ACESSO E DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DAS FAMÍLIAS

##### ► Programa Especial de Realojamento (PER)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL/ RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	INDICADORES RECOLHIDOS
Programa de habitação em arrendamento ou aquisição, destinados a famílias com graves carências habitacionais.	<b>2006/2008</b> Concluir anualmente, até 2008, 3500 fogos, abrangendo 3500 agregados familiares.	O <b>PER</b> decorreu em Macedo de Cavaleiros de 1997 (ano de candidatura) a 2001 (ano de conclusão das obras), dando origem ao Bairro da Alegria, o qual tem <b>32 fogos e realojou 32 agregados familiares</b> .

##### ► Porta 65

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL/ RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	INDICADORES RECOLHIDOS
<p>O <b>Programa Porta 65 – Jovem</b> é um sistema de apoio financeiro ao arrendamento por jovens isolados, constituídos em agregados ou em coabitação, com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos.</p> <p>As candidaturas só podem ser efectuadas através do acesso ao portal da habitação, em <a href="http://www.portadahabitacao.pt">http://www.portadahabitacao.pt</a></p> <p>As pessoas podem obter ajuda para efectuar as candidaturas no IPJ em Bragança e na <b>loja ponto já em Macedo de Cavaleiros</b></p> <p><b>Bolsa de Habitação e Mobilidades</b> – Programa destinado a disponibilizar habitação de propriedade pública e privada para arrendamento directo ou mediado, através de um sistema de bolsa de habitações disponíveis.</p> <p><b>Gestão e Proximidade</b> – Instrumento de apoio à gestão do parque de arrendamento público, através da contratualização com entidades locais, previamente certificadas para a gestão de proximidade do parque habitacional.</p> <p><b>Residência Apoiada (Coabitação)</b> – Instrumento de apoio à promoção, por entidades que prossigam fins de solidariedade social, de soluções de arrendamento em residências colectivas para grupos populacionais com necessidades específicas permanentes ou temporárias.</p>	<p><b>2006/2008</b> Apoiar no acesso à habitação e melhoria das condições de habitação de 1000 famílias/ano.</p> <p><b>2008/2010</b> Apoiar o arrendamento de agregados jovens correspondente a uma percentagem do valor da renda de 10000 agregados/ano. Abranger 500 famílias/ano.</p> <p>Abranger 2500 famílias/ano.</p> <p>Criar 5 redes de habitação colectiva (fase piloto).</p>	<p><b>Em 2007</b>, foram efectuadas <b>4 candidaturas</b>.</p> <p><b>Em 2008</b>, foram efectuadas <b>21 candidaturas</b>.</p> <p>Relativamente ao número de candidaturas aprovadas e apoiadas, não nos foi cedida a informação.</p>

##### ► SOLAR H

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL/ RESPOSTA SOCIAL	INDICADORES RECOLHIDOS
---	------------------------

O **SOLAR H** é um programa de financiamento especial do **Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana** que se destina a financiar sob a forma de empréstimo sem juros, obras de conservação e beneficiação.

Dos atendimentos efectuados pela Autarquia foram encaminhados e aprovados **18** processos de 2000 a 2006.

ANO	N.º DE CANDIDATURAS	N.º DE CANDIDATURAS DEFERIDAS	N.º DE CANDIDATURAS INDEFERIDAS
2007	1	—	1
2008	1*		

\* A aguardar o resultado.

## MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DOS IDOSOS

### ► Programa Conforto Habitacional para Idosos (PCHI)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL/ RESPOSTA SOCIAL	META DO PNAI 2006/2008 – 2008/2010	Nº DE CASOS/JUSTIFICAÇÃO
O <b>PCHI</b> é um programa piloto que abrange os distritos de <b>Bragança, Guarda e Beja</b> e visa melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas utentes de apoio domiciliário, prevenindo a institucionalização e situações de dependência.	<p><b>2006/2008</b> Financiar 570 intervenções em habitações de pessoas idosas com apoio domiciliário em 3 Distritos do interior do país.</p> <p><b>2008/2010</b> Efectuar 2000 intervenções até 2010.</p>	<b>De Abril de 2007 a Junho de 2008</b> foram abrangidas <b>14 habitações, 25 idosos</b> , tendo-se cumprido o objectivo do programa, não se podendo exceder os 3500€ para materiais ou equipamentos, num montante global de 49.000€.

## MEDIDAS E POLÍTICAS SOCIAIS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DE FAMÍLIAS/INDIVÍDUOS CARÊNCIADOS

### ► Rendimento Social de Inserção (RSI)

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL/ RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS /JUSTIFICAÇÃO
O <b>Rendimento Social de Inserção (RSI)</b> , rege-se pela <b>Lei 13/2003, de 21 de Maio</b> e consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade no âmbito do sistema público de Segurança Social, e num Programa de Inserção, de modo a <b>conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.</b>	<p><b>Em 2007</b>, dos 79 agregados familiares que beneficiaram do RSI, <b>15 apresentaram problemas habitacionais</b>, mas apenas a <b>habitação de 1 agregado familiar foi intervencionada.</b></p> <p><b>Em 2008</b>, dos 90 agregados familiares que beneficiaram do RSI, <b>33 apresentaram problemas habitacionais</b>, mas apenas a <b>habitação de 6 agregado familiar foi intervencionada.</b></p>

### ► Apoio a Situações de Emergência Social

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL/ RESPOSTA SOCIAL	Nº DE CASOS /JUSTIFICAÇÃO						
A Autarquia apoia situações de emergência social apoiando também através desta rubrica a recuperação/beneficiação de	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Nº de Situações</th> <th>Tipo de Apoios</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Nº de Situações	Tipo de Apoios			
Ano	Nº de Situações	Tipo de Apoios					

habitações degradadas e/ou sem condições de habitabilidade de agregados carenciados.	<b>Apoiadas</b>	
	2007	5
	2008	8
		5 – telhados
		3 – casas-de-banho
2 - pinturas interiores		
	2 - telhados	
	1 - cozinha	

Nível de desagregação:	Concelho
Ano de recolha:	Janeiro/Fevereiro 2009
Informação recolhida relativa aos anos de:	2007/2008
Fontes:	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros; CDSS de Bragança

## 2.6.2 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas

Do **Estudo** elaborado pelo Projecto TRAMPOLIM/CEPI, podemos concluir que nas freguesias onde foi aplicado o questionário, **existe um número significativo de habitações que apresentam precariedade habitacional** - sendo a CSIF Zona Nascente a que apresenta o maior valor, com 6,5% de habitações em situação precária e 1,4% de habitações em situação de muito precárias e a CSIF AFRECIMAC + 3 a que apresenta o menor valor, com 2,3% de habitações em situação precária e 0,3% de habitações em situação de muito precárias – as quais **deverão ser alvo de uma atenção especial, considerando-se os múltiplos factores que lhes podem estar associados.**

Ao nível das **medidas/instrumentos de política social para apoiar as famílias, em geral são burocráticos e desadequados à realidade concelhia**, procurando a Autarquia através de um trabalho em **Rede** atender as situações de maior precariedade habitacional e ultrapassar alguns constrangimentos legais, nomeadamente através da rubrica de emergência social.

O **Programa Conforto Habitacional para Idosos (PCHI)**, após a introdução de algumas alterações legais foi ajustado à realidade dos idosos do concelho tendo-se conseguido atingir os **objectivos propostos**. O PCHI teve lugar através de um protocolo assinado entre o **Centro Distrital de Bragança e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros**, teve a duração de 18 meses, tendo iniciado em Abril de 2007 e terminado em Outubro de 2008, **abrangendo 14 habitações de idosos**, tendo-se atingido os

objectivos previstos no programa, o qual se encontra actualmente em avaliação pela entidades gestora, aguardando-se indicações sobre o seu prosseguimento, uma vez que existem **23 habitações de idosos sinalizadas como prioritárias para a intervenção.**

**Refira-se ainda que ao nível dos beneficiários de RSI, o ano de 2008 foi o culminar de um diagnóstico concelhio, ficando claro que a inserção (no conceito mais lato) tem que ser iniciada na esfera mais privada das famílias – o seu espaço habitacional/familiar. As parcerias entre o Poder Local (Município e Juntas de Freguesia) tornaram-se mais estreitas, concretizando-se numa articulação mais assertiva entre NLI/gestores de caso/beneficiários, resultando numa identificação, priorização e aumento significativo do número de intervenções nos espaços habitacionais que apresentavam séria precariedade habitacional, passando de 1 habitação intervencionada, em 2007, para 6 habitações intervencionadas, em 2008. Contudo, este número de intervenções poderia ser maior, não fosse o facto de a maior parte das pessoas não possuir a titularidade da habitação, situação que causa constrangimentos ao nível da intervenção.**

# **ACTIVIDADES ECONÓMICAS**

### 3. AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

O relatório do Programa Operacional do Norte 2007-2013, relativamente a esta temática, apresenta o seguinte quadro síntese dos principais elementos de caracterização económica da Região do Norte.

#### QUADRO 9 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DA ECONOMIA DA REGIÃO DO NORTE

1. Trata-se da segunda Região mais importante no que respeita ao PIB nacional (2,8% em 2003; 27,8% em 2004);
2. Apesar disso, não só viu estagnada a evolução do seu PIB per capita em PPC em relação à média da EU, como inclusivamente, este indicador tem regredido em relação à média nacional;
3. **Pelo critério do PIB per capita, o Norte é a Região NUTS II mais pobre do país e EU 15 (sendo a 30ª mais pobre da EU 25 em 2003);**
4. **Esta situação é tanto mais grave quando se sabe que a Região dispõe de um mercado interno significativo, sendo, por isso, a 2ª região mais populosa de entre as 30 mais pobres da EU 25;**
5. Mantém, no entanto, a sua grande tradição em matéria de internacionalização e de participação no comércio mundial e, em particular, a sua vocação exportadora, sendo, de longe, **a Região mais exportadora do País** (44,8% do valor declarado das exportações nacionais em 2005 teve origem no Norte);
6. Exportações estas, sobretudo, de produtos industriais, que correspondem, por sua vez, à sua principal especialização produtiva;
7. **O Norte apresenta um grau de industrialização** (aferido pelo peso relativo do emprego na indústria, excluindo o sector da construção) **que em 2005 lhe conferia o 14º lugar entre as regiões NUTS II mais industrializadas da EU 15 e o 30º da EU 25.** Incluindo o **sector da construção**, o Norte passa a ocupar o 5º lugar no ranking das regiões mais industrializadas da EU 15 (ou o 14º na EU 25);
8. **Esta especialização assenta, muito, em sectores ditos “tradicionalis “ (têxteis, vestuário, calçado, etc.) cuja competitividade tem sido assegurada por factores estáticos, como as baixas remunerações do trabalho, e não por ganhos sustentados de produtividade.”**

#### 3.1 Dados da Intervenção

► **Agricultura Sustentável**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>Entende-se como habitat agrícola semi-natural as áreas onde a actividade tradicional promoveu ao longo do tempo o estabelecimento de relações intra e inter espécies criando situações de equilíbrio no meio biofísico onde se inserem e que permitem desenvolver actividades económicas, sendo hoje a garantia do desenvolvimento e manutenção de vários ecossistemas naturais. Esses habitats encontram-se dentro das explorações agrícolas sendo importante o tipo de exploração praticada pelo impacto que produz na conservação da biodiversidade. Foram identificados os seguintes habitats semi-naturais incluídos no espaço agrícola: Em terra limpa (prados e pastagens permanentes e pousios) e Culturas Permanentes (Amendoal, Souto, Figueiral, Olival).</p> <p><b>A adesão ao Modo de Produção Biológico constitui um indicador de “resposta” às pressões geradas pela agricultura competitiva.</b> Para aderir ao Modo de Produção Biológico o agricultor enquanto operador tem de se sujeitar a um controlo específico (regulamento de aplicação do modo de produção biológico).</p> <p><b>O objectivo é fomentar a agricultura e o desenvolvimento rural sustentável.</b></p>	<p>Manutenção da agricultura que é base de determinados habitats.</p> <p>Existência de área controlada no Modo de Produção Biológico.</p>	<p>- Percentagem de área ocupada em modo de produção biológico: 39%</p> <p>- Nº de Unidades de Agroturismo e Casas de Campo: 11</p>

Nível de desagregação:

Ano de recolha:

Informação recolhida relativa aos anos de:

Fontes:

Concelho

Janeiro/Fevereiro 2009

2007/2008

ECOTECA de Macedo de Cavaleiros; AGRIARBOL

► **Turismo Sustentável**

MEDIDA DE POLÍTICA SOCIAL / PROGRAMA	METAS	UNIDADE DE MEDIDA/JUSTIFICAÇÃO
<p>Incentivo e promoção de medidas que permitem <b>integrar o turismo como uma actividade sustentável em cada região.</b></p> <p><b>O objectivo é:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alteração dos padrões de consumo;</li> <li>- Dinâmica demográfica e sustentabilidade;</li> <li>- Integrar o ambiente e desenvolvimento nas decisões;</li> <li>- Reforço da participação dos agentes económicos com vista ao desenvolvimento sustentável;</li> <li>- Informação para a tomada de decisões.</li> </ul>	<p>Promover o investimento público e privado na preservação e recuperação do património natural e edificado, com vista ao seu aproveitamento do ponto de vista turismo;</p> <p>Incentivar a adopção de boas práticas ambientais por parte do sector empresarial e das entidades públicas;</p> <p>Diversidade da oferta turística e elevação dos níveis de ocupação, como forma de garantir a sustentabilidade do destino no plano económico;</p> <p>Promover a existência de práticas de planeamento da actividade turística ao nível local, assentes numa lógica de sustentabilidade e de monitorização da evolução do destino neste domínio;</p> <p>Promover a divulgação de informação, sensibilização e educação para um desenvolvimento turístico sustentável, utilizando preferencialmente suportes com reduzido impacte ambiental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Nº total de dormidas:</b> 11 136</li> <li>- <b>Taxa de ocupação média por cama:</b> 30%</li> <li>- <b>Iniciativas de apoio ou criação ao desenvolvimento de rotas e percursos turísticos:</b> Colocação de sinalética e elaboração de folhetos promocionais dos percursos pedestres do Azibo. Elaboração de prospectos do roteiro histórico e Arqueológico da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e do Património Religioso.</li> <li>- <b>Eventos de promoção de cultura e tradição:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entrudo Chocalheiro;</li> <li>- Feira de S. Pedro;</li> <li>- Feira da Caça do Turismo e dos Produtos da Terra;</li> <li>- Feira de Antiguidades e Velharias</li> <li>- Festival Internacional de Música Tradicional;</li> <li>- Open Internacional da Asa Delta;</li> <li>- Macedo Mostra (Bial);</li> <li>- Macedo CoMvida;</li> <li>- Raids todo o terreno;</li> <li>- Feira do Folar de Vilarinho de Agrochão;</li> <li>- Feira da Castanha;</li> <li>- Feira das Cebolas em Chacim;</li> <li>- Festa das Segadas em Morais;</li> <li>- Rural Arcas;</li> <li>- Jornadas Culturais de Balsemão;</li> <li>- Jornadas Culturais das Terras Quentes;</li> <li>- Encontro Nacional de BTT;</li> <li>- Encontro das Bandas Filarmónicas;</li> <li>- Encontro Nacional de Grupo Espeleologia e Montanhismo de Aveiro.</li> </ul> </li> <li>- <b>Sites com informação turística em pelo menos duas línguas:</b> <a href="http://www.azibo.org">www.azibo.org</a></li> </ul>

Nível de desagregação:

Ano de recolha:

Informação recolhida relativa aos anos de:

Fontes:

Concelho

Janeiro/Fevereiro 2009

2007/2008

ECOTECA de Macedo de Cavaleiros; AGRIARBOL

### 3.2 Dados Estatísticos

Nesta temática – As Actividades Económicas – apresentamos um quadro que em alguns dos indicadores que consideramos estarem mais adequados à realidade concelhia. Abdicamos da análise comparativa - a nível comunitário, nacional, região norte e Trás-os-Montes, uma vez que os indicadores que iriam predominar incidiriam em áreas de actividade que não são características deste território.

<b>QUADRO N.º 10 – INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DA ACTIVIDADE AGRÍCOLA, TURÍSTICA E FLORESTAL NO CONCELHO – “AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS”</b>				
Fonte: EUROSTAT/INE				
Indicador	UE25	Portugal	Norte	Trás-os-Montes
<b>Economia</b>				
Número médio de blocos por exploração, 1999		5,8	7,4	13,4
Sociedades, 2005		404 224	126 446	4366
Sociedades Industriais, 2005		48 690	23 671	475
PIB per capita, 1995 (milhares euros)	15,5	8,1	6,9	5,2
PIB per capita, 2003 (milhares euros)	21,8	12,5	9,9	7,5
PIB per capita, 2004 (milhares euros)	22,7	13,7	10,7	8,9
PIB/Emprego, 2003 (milhares euros)	50	26	22	18
VAB, 2003 (milhões de euros)	8.919.718	112 521	31 518	1 420
Por sector de actividade económica (%)	Primário	2,1	3,7	2,7
	Secundário	26,2	25,9	35,3
	Terciário	71,7	70,4	62,1
Produtividade, 2004 (milhares euros)		28,0	22,8	19,5
Índice de Localização do Emprego no sector Industrial, 2005		100,0	129,6	n.d.
Índice de Localização do Emprego no Terciário, 2005		100,0	82,5	n.d.
Índice de Localização do Emprego na Agricultura, 2005		100,0	108,6	n.d.
Exportações com origem no território, 2005 (milhares euros)	24.451.292	29.692.247	13.159.308	n.d.
Importações com destino no território, 2005 (milhares euros)	37.574.257	47.677.604	13.344.154	n.d.
Veículos por 100 Habitantes, 2000		586	489	453
<b>Agricultura</b>				
		Unidade de superfície: há		
		<b>Nº de Explorações</b>	<b>Valor</b>	
Fonte: DRAPN/Recenseamento Geral da Agricultura 1999/				
Indicador	Macedo de Cavaleiros			
Explorações (nº e superfície total)	3187	34642		
Superfície Agrícola Utilizada (SAL)	3184	24078		
Superfície agrícola não utilizada	2139	6978		
Outras Superfícies	1563	192		
SAU por exploração		7,56		
Utilização das Terras:				
cereais	1194	2790		

**CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**

leguminosas	233	60
prados temp. e cult. forrageiras	1630	2889
batata	1268	398
culturas industriais	1	...
culturas hortícolas extensivas	14	5
Culturas hortícolas intensivas	7	5
flores e plantas ornamentais	3	1
pousio	1534	2995
horta familiar	2713	373
frutos frescos	1157	455
citrinos	4	0
frutos sub tropicais	-	-
frutos secos	1493	1837
olival	2948	8311
vinha	2045	1071
viveiros	10	12
prados e pastagens permanentes	1761	3580
Percentagem de área ocupada em modo de produção biológico (%)		39

**Turismo**

Fonte: INE/Anuário Estatístico da Região Norte 2007

Estadia média de hóspedes estrangeiros (nº de noites)	1,2
Capacidade de alojamentos por 100º habitantes (nº)	10,2
Hospedes por habitantes (nº)	0,2
Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	16,5
Proporção de dormidas entre julho-setembro (%)	29,7
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes (nº)	31,1
Estada média nos estabelecimentos (nº de noites):	
Hotéis	-
Pensões	1,2
Outros estabelecimentos	2,1
Taxa de ocupação-cama (líquida) (%):	
Hotéis	-
Pensões	4,8
Outros estabelecimentos	18,6
Estabelecimentos (nº):	
Hotéis	0
Pensões	3
Outros	1
Estabelecimentos em espaço rural (nº)	11
Capacidade dos alojamentos (nº):	
Hotéis	0

Pensões	128
Outros	44
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (nº)	5255
Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros (nº)	3243
Turismo Sustentável:	
total de dormidas (nº)	11 136
Taxa de ocupação média por cama (%)	30

### Empresas

Fonte: INE/Anuário Estatístico da Região Norte 2007

Empresas (nº)	1399
Empresas segundo o nº de funcionários (dos 0-9)	1374
(dos 10-49)	25
(dos 50-249)	0
250 ou mais	0

Notas: n.d. = Dado não disponível

... Dado confidencial

- Resultado nulo

o Dado inferior a

Unidade de superfície: ha

## 3.3 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas

### 3.3.1 Sectores de Actividade

A análise da estrutura económica do concelho é fundamental no sentido de percebermos de que forma as actividades económicas influenciam a dinâmica de ordenamento do território.

A tabela 12 mostra a distribuição da população residente civil, a exercer uma profissão, por sectores de actividade económica, estando excluído deste número a população militar e inactivos (desempregados, pensionistas e estudantes).

**TABELA 13 -  
POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA**

Fonte: INE/Censos 2001

SECTORES DE ACTIVIDADE

## CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

TOTAL	SECTOR PRIMÁRIO		SECTOR SECUNDÁRIO		SECTOR TERCIÁRIO	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
5764	1182	<b>20,51</b>	1251	<b>21,70</b>	3331	<b>57,79</b>

O sector terciário destaca-se com 57,8% da população, contrastando com os sectores secundário e primário que juntos não atingem os 50%.

### 3.3.1.1 Agricultura

Dado o cenário de envelhecimento populacional e desertificação territorial traçado, percebe-se que um concelho predominantemente rural, apresenta um sector agrícola e agro-industrial débil.

As potencialidades do território ao nível da agricultura, da floresta, do turismo e dos produtos agro-rurais, contrastam com o défice de capital social e humano de que dispõe o território, considerando-se fundamental **conscienciar e alertar a população, especialmente as camadas mais jovens para as potencialidades do território**, as quais deverão ser desenvolvidas no respeito integral pelo habitat agrícola semi-natural, designadamente:

- ✚ A modernização da agricultura através da introdução de novas técnicas e de tecnologias na produção, valorização, transformação e comercialização de produtos agro-rurais de excelente qualidade;
- ✚ O desenvolvimento do trabalho na área da certificação e das marcas para a promoção de produtos tradicionais e do próprio território;
- ✚ A importância da construção de redes de distribuição e de aproximação dos produtos agro-rurais ao consumidor;
- ✚ A oportunidade de desenvolver projectos na área da investigação, evidenciando os efeitos terapêuticos dos produtos agrícolas;
- ✚ O desenvolvimento de actividades económicas que respeitem o meio ambiente e preservem a biodiversidade;

- ✚ E a intensificação do Modo de Produção Biológico (MPB), como forma de responder às pressões da agricultura competitiva e de fomentar o desenvolvimento rural sustentável.

Acresce referir que o concelho têm duas Cooperativas Agrícolas, uma das quais dedica-se à produção de azeite e vinho e a outra à comercialização da castanha.

### 3.3.1.2 Turismo

O concelho apresenta inúmeras potencialidades turísticas:

- ✚ Os produtos agrícolas, dos quais se pode destacar a azeitona, o azeite, o vinho de mesa, a castanha e o fumeiro;
- ✚ A paisagem, a fauna, a flora, aos rios e à albufeira do Azibo, as montanhas e vales, as rochas e minerais, as águas minero-medicinais, aos parques e reservas naturais, entre estes a floresta<sup>35</sup> que é um importante recurso a nível nacional;
- ✚ A caça e todos os seus recursos cinegéticos, a pesca e aos desportos ao ar livre como por exemplo o parapente, entre outros;
- ✚ Ao património arqueológico e histórico, a arquitectura popular, aos solares e casas rurais, aos miradouros;
- ✚ A gastronomia, as feiras, as festas e romarias, aos teatros, a musica, a poesia, as tradições e ao artesanato.

Sendo o **turismo apontado como uma das actividades que em conjunto com a agricultura, a floresta e os produtos agro-rurais**, desde que abordadas numa perspectiva integrada e de sustentabilidade<sup>36</sup>, podem constituir-se como **actividades económicas emergentes**, *renascidas* do tradicional quando introduzidos o conhecimento e a inovação.

---

<sup>35</sup> Um estudo realizado por F. Wolfgang Macedo, em 1994, faz o ponto da situação relativamente aos recursos florestais do território nacional, onde refere um conjunto de dados que lhe permite afirmar que Portugal é um país com vocação florestal, sendo de destacar: - A superfície de Portugal continental mede 8,9 milhões de ha e a floresta ocupa cerca de 3,2 milhões de ha, área que corresponde a cerca de 44% da superfície agrícola e cerca de 33% do território do continente; - A taxa de florestação dos distritos de Portugal continental, varia entre os 15% e os 50%; - Por fim, Portugal é o país com maior taxa de florestação entre os doze países da comunidade Europeia.

<sup>36</sup>De acordo com a Agenda 21 Local, o desenvolvimento de actividades turísticas devem ser acompanhadas de **medidas que permitem integrar o turismo como uma actividade sustentável em cada região**, tendo como objectivo a alteração dos padrões de consumo; as dinâmica demográfica e de sustentabilidade; a Integração do ambiente e do desenvolvimento nas decisões e o reforço da participação dos agentes económicos com vista ao desenvolvimento sustentável; a informação para a tomada de decisões; promover o investimento público e privado na preservação e recuperação do património natural e edificado, com vista ao seu aproveitamento do ponto de vista turismo; incentivar a adopção de boas práticas ambientais por parte do sector empresarial e das entidades públicas; diversidade da oferta turística e elevação dos níveis de ocupação, como forma de garantir a sustentabilidade do destino no plano económico; promover a existência de práticas de planeamento da actividade turística ao nível local, assentes numa lógica de sustentabilidade e de monitorização da evolução do destino neste domínio.

A questão fundamental passa pela valorização dos recursos que se detêm e por possuir informação/conhecimento e formação/competências adequadas para desenhar projectos inovadores, de qualidade, tendo por base uma perspectiva integrada e sistémica, combinando os recursos agrícolas, com os florestais, os turísticos e os produtos tradicionais.

A Autarquia tem tido a preocupação de promover a divulgação de informação, sensibilização e educação para um desenvolvimento turístico sustentável, utilizando preferencialmente suportes com reduzido impacte ambiental, recorrendo ao site: [www.azibo.org](http://www.azibo.org). com informação turística em pelo menos duas línguas. Tem também promovido iniciativas de apoio ou criação ao desenvolvimento de rotas e percursos turísticos, como por exemplo a **colocação de sinalética e elaboração de folhetos promocionais dos percursos pedestres do Azibo, a elaboração de prospectos do roteiro histórico e Arqueológico da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e do Património Religioso.**

### 3.3.1.3 Empresas

Segundo o Anuário Estatístico de 2007 o concelho tem 1399 empresas, das quais 376 são associadas da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros (**ACIMC**). Estas distribuem-se por **83 actividades**, das quais se destacam: - **a construção civil; - a manutenção e reparação de veículos automóveis; - o comércio; - restauração, cafés e hotelaria, actividades jurídicas e salões de cabeleireiro.** Com menos expressão, mas **ainda com algum peso na economia local**, temos as **carpintarias, electricistas e os alojamentos em turismo rural.** É de referir que **33** associados têm as suas empresas sedeadas fora do concelho.

# AS INSTITUIÇÕES

#### 4. AS INSTITUIÇÕES

O relatório do Programa Operacional do Norte 2007-2013, relativamente a esta temática, apresenta o seguinte quadro síntese dos principais elementos de caracterização da rede institucional da Região do Norte.

##### QUADRO 11 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DA REDE INSTITUCIONAL DA REGIÃO DO NORTE

- “ 1. O Norte, a região nacional com mais habitantes, constitui a 28ª NUTS II com maior dimensão populacional da UE25, registando mesmo uma população superior a 7 Países dessa UE25;
2. O Norte continua a apresentar, de longe, os piores índices regionais no que respeita ao contributo relativo do sector das administrações públicas para o respectivo VAB;
3. A estagnação do processo de desconcentração e descentralização regional, a proliferação de modelos territoriais e a manutenção de graus marginais de articulação intersectorial a nível regional, com implicações muito negativas sobre a eficácia e eficiência das políticas públicas;
4. O municípios da Região Norte apresentam uma superfície e uma dimensão populacional muito superior, em termos médios, às dos seus congéneres europeus e registam um volume de receitas mínimo de 5 milhões de euros, constituindo, assim, organizações com uma dimensão, uma diversidade e uma complexidade de solicitações, cuja gestão requer, cada vez mais, elevados níveis de exigência;
5. A Economia regional com maior peso nas exportações portuguesas e com a fronteira luso-espanhola mais densamente povoada, onde os desafios da cooperação territorial e da promoção externa não podem deixar de constituir elementos chave para a competitividade desta Região. “

## 4.1 Dados da Intervenção

### ► Associativismo

#### CARACTERIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO NO CONCELHO

Durante o ano de **2005/2006** o Projecto Trampolim levou a cabo uma pesquisa no sentido de conhecer mais a pormenor quer o número de organizações existentes, quer as dinâmicas produzidas, necessidades e potencialidades, mediante a aplicação de um questionário enviado a 130 associações registadas em Macedo de Cavaleiros, e ao qual responderam 118 associações. O Projecto Trampolim tem vindo a prestar apoio técnico às ONG's existentes nas mais diversas solicitações ou de acordo com as dinâmicas produzidas no contexto comunitário. Neste sentido, **foram implementados diversos Pólos Locais do Espaço Iniciativa – EI** (assinalados com \*) que visam o desenvolvimento de dinâmicas territoriais, podendo a sua abrangência ser de âmbito local ou intra-concelhio.

No ano de **2008/2009** registam-se no Concelho de Macedo de Cavaleiros **70 associações**, nas mais diversificadas áreas, designadamente: **animação, desporto, desenvolvimento local e social, património arqueológico e religioso, ambiental.**

Destacam-se as seguintes associações:

- Associação Banda 25 de Março;
- Associação Filarmónica, Recreativa e Cultural do Brinco;
- Associação Grupo de Caretos de Podence \*;
- Grupo Cultural e Recreativo da Casa do Povo de Macedo de Cavaleiros – Rancho Folclórico; Associação Recreativa e Cultural da Freguesia de Salselas – Pauliteiros de Salselas \*;
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Ala – Bombos de Ala \*;
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Vale da Porca – Fanfarras de Vale da Porca \*;
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Bagueixe – Latos de Bagueixe \*;
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva das Arcas – Toca a Bombar;
- Potrica;
- AJAM – Associação Juvenil dos Artistas Macedenses \*;
- Grupo Coral da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;
- Associação de Artesão do Concelho de Macedo de Cavaleiros \*;
- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Bela Vista \*;
- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 602 \*;
- Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros – Associação Terras Quentes \*;
- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Corujas \*;
- Associação Recreativa e Cultural do Lombo \*;
- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Mogrão \*;
- Associação Cultural e Recreativa de Nogueirinha \*;
- Associação Centro Cívico Anjo da Guarda \*.

- Associação de Desportos de Combate.

Estas ONG's realizam, ao longo do ano espectáculos e actuações nas localidades do Concelho, calendarizadas na Agenda Cultural do Município.

No Concelho, existem **2 associações juvenis**: a AJAM (Associação Juvenil dos Artistas Macedenses) ligada à representação/dramatização, e a VIMONT (Associação Juvenil de Melhoramentos de Vilar do Monte) ligada às actividades desportivas e desenvolvimento local.

Muitas das associações promovem intercâmbios entre si, organizando actividades que conduzem à satisfação das necessidades expressas pelos associados no plano anual das actividades, divulgando, animando e dinamizando quer as associações, quer a população.

Para a promoção cultural do Concelho e dinamização das Associações a Câmara Municipal tem apoiado este movimento associativo sobretudo através de subsídio e da cedência de transportes e instalações.

Nível de desagregação:	Concelho
Ano de recolha:	Janeiro/Fevereiro 2009
Informação recolhida relativa aos anos de:	2007/2008
Fontes:	Projecto TRAMPOLIM

## 4.2 Análise da Informação Recolhida e Descrição dos Principais Problemas

### 4.2.1 Cooperação Territorial

Confirmando o referido no quadro 11, a Região de Trás-os-Montes teria muito a ganhar se desenvolvesse a **Cooperação Territorial** a vários níveis: económico, social, cultural, ambiental, não sendo esta uma prática muito enraizada, podendo-se até dizer que há uma certa **resistência à sua concretização**. Exemplo disso mesmo, são as recentes candidaturas que efectuamos ao Alto Comissariado Para a Imigração, no âmbito do diagnóstico, apoio e acolhimento de imigrantes, para as quais convidamos todos os concelhos do Distrito para serem parceiros, tendo-se obtido dos 12 concelhos do Distrito apenas 5 concelho (incluindo Macedo de Cavaleiros), não sendo este, o único exemplo da falta de cooperação territorial. **Assim, podemos afirmar que existe um fraco aproveitamento de recursos locais e das boas práticas validadas entre os vários concelhos do Distrito.**

O único exemplo de cooperação territorial é a Plataforma Supra-Concelhia da Rede Social.

### 4.2.2 Parcerias Territoriais

O concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta um dinamismo a nível social que se traduz nas parcerias e projectos existentes no concelho, sendo designadamente:

## CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

- ✚ A REDE SOCIAL/CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL (CLASMC);
- ✚ O CONCELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
- ✚ A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ);
- ✚ O NÚCLEO LOCAL DE INSERÇÃO (NLI);
- ✚ PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)
- ✚ INTERVENÇÃO PERCOCE
- ✚ CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO DE SAÚDE
- ✚ COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

E os projectos:

- ✚ O **Projecto TRAMPOLIM**, medida 1 do Programa para a Inclusão e para o Desenvolvimento – PROGRIDE;
- ✚ Os Projectos de Respostas Integradas (PRI), sendo o **Projecto MAIS**, o **Projecto VIDA** e o **Projecto (IN)DEPENDÊNCIAS**, respectivamente de prevenção, de reinserção e de redução de riscos e minimização de danos às toxicodependências;
- ✚ Os Projectos: - **ESTUDOS DE DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE E IDENTIFICAÇÃO DOS SEUS PROBLEMAS E DOS SEUS CONTRIBUTOS PARA AS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO** e **DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS MUNICIPAIS PARA A PROMOÇÃO DA INTERCULTURALIDADE** – e o projecto [IN.TE.GRAR@AGORA.MAC](mailto:IN.TE.GRAR@AGORA.MAC), efectuados ao Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Ao nível do CLASMC registamos durante 2007 3 pedidos de emissão de pareceres para a construção de Lares de Idosos e em 2008 registamos 5 pedidos de emissão de parecer, nomeadamente para um Lar Residencial, uma Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos e três Lares de idosos.

Apesar de a nota predominante das candidaturas continuarem a incidir na resposta social Lar de Idosos (até porque é uma grave lacuna do nosso concelho), registamos com agrado que em 2008, tenham aparecido candidaturas a outras respostas sociais, acreditando-se que a **diversificação das mesmas só poderá contribuir para o aumento da qualidade de cada uma delas.**

#### 4.2.2.1 Associativismo

**As Organizações Não Governamentais (ONG), ou melhor dizendo a “acção colectiva dos homens”, são um factor determinante para o Desenvolvimento Local<sup>37</sup> de um território, sendo que é necessário que as pessoas detenham um determinado nível de “desenvolvimento endógeno”<sup>38</sup>.**

Uma **Organização** pode assumir formas muito diversas – associações, misericórdias, mutualidades, cooperativas, entre outras – **tendo em comum a missão de procurar satisfazer necessidades individuais e/ou colectivas, sendo a lucratividade substituída por outras variáveis importantes, como por exemplo, o aumento da qualidade de vida das pessoas que utilizam os seus serviços e da sociedade em geral.**

Nesta perspectiva as ONG's podem actuar aos mais variados níveis (económica, social, cultural, ambiental, educação para a auto-estima, para a cidadania activa, para a valorização da cultura local, entre outras), sendo **importante a existência de Organizações** com elevado nível de qualidade, de eficácia e eficiência, para que cumpram a sua missão, ou seja, **para que provoquem uma mudança efectiva na vida das pessoas e na sociedade.**

---

<sup>37</sup> O conceito de Desenvolvimento Local, surgiu nos anos 80, estando-lhe subjacente o paradigma territorialista - regiões se desenvolvem a partir do local, do território, do indivíduo, de *baixo* para *cima*, contrapondo a ideia de crescimento centrado, ou seja, que as regiões se desenvolvem mediante acções de difusão a partir dos principais centros e eixos do crescimento económico - **entendendo-se este como um processo de mudança centrado numa comunidade de pequena dimensão (rural ou urbana) que procura satisfazer as necessidades ainda não satisfeitas, a partir de uma forte dinâmica, capaz de fomentar uma atitude colectiva e individual de empreendimento e, ao mesmo tempo, de provocar, gerar e disseminar a inovação nas atitudes, nas organizações e nas tecnologias, mobilizando para isso as capacidades locais.**

<sup>38</sup> É o desenvolvimento de um processo educativo que permita aos indivíduos adquirirem e desenvolverem a sua a sua capacidade de reflexão. Condição fundamental para existir como cidadão, para pensar, reflectir, meditar e fazer as sua próprias escolhas.

**Ao contrário das políticas públicas inflexíveis, as *Organizações* são flexíveis podendo ser uma alternativa à ineficácia da aplicação rígida de respostas *standard* demasiado gerais a situações e momentos específicos e particulares da vida das pessoas.**

Como se pode constar o grande número de Associações que temos no concelho, consideramos importante a formação de líderes locais/associativos que entendam a importância e as potencialidades de uma *Organização para* promover o Desenvolvimento Local e resolver certos problemas de uma comunidade.

A esse propósito é importante referir o exemplo da recente Associação AAMMOR (Associação de Amigos e Melhoramentos de Morais), a qual tem contribuído para combater a solidão/inactividade dos idosos, para promover o convívio internacional e para estimular estilos de vida saudáveis.

Assim em jeito de conclusão podemos dizer que temos um Associativismo local com:

- ✚ Carências ao nível dos recursos humanos qualificados para as funções associativas;
- ✚ Baixos níveis de informação e participação nos processos de desenvolvimento local;
- ✚ Fraca mobilização por parte dos cidadãos para a actividade associativa;
- ✚ Fraca participação comunitária / cívica por parte dos cidadãos.

As IPSS's do concelho têm vindo a desempenhar um papel muito importante na implementação de respostas sociais no concelho, pelos serviços que prestam ao nível da satisfação das necessidades sociais e humanas e, pelo conhecimento e proximidade que têm da população e dos seus problemas, sendo esta uma das suas **potencialidades**.

Mas têm também **fragilidades** que diminuem a sua eficácia, como por exemplo:

- ✚ A insuficiência de recursos (financeiros e humanos);
- ✚ A existência de carências ao nível de competências técnicas;
- ✚ A subutilização ou desconhecimento de instrumentos de suporte à gestão;
- ✚ A resistência à abertura de canais que fomentem efectivamente a participação dos utilizadores;
- ✚ A ausência de uma cultura de trabalho em rede;

## CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

- ✚ A dependência face ao financiamento de entidades reguladoras e de tendências políticas e estratégias nacionais de intervenção social;
- ✚ A dificuldade em aceder a fontes alternativas de financiamento e a tendência para uma focalização na resolução de problemas de curto prazo em detrimento de um planeamento estratégico.

Neste sentido, consideramos importante apoiar:

- ✚ **A promoção de uma visão estratégica por parte das organizações**, de forma a aumentar a sua capacidade de planeamento a médio e curto prazo (que antecipa desafios, define objectivos, metas, identifica estratégias, actividades e recursos para os alcançar), de inovação e de resolução dos problemas sociais. Consideramos que mais importante do que ter um documento escrito – um Plano Estratégico – é ter os órgãos sociais dotados de um **pensamento estratégico**, ou seja, de uma forma de pensar que incorpora a Missão da organização, que se encontra adequada ao contexto da intervenção e que vislumbra um rumo para a organização para os próximos anos, traçando objectivos e caminhos em forte consonância com a Missão, devendo por isso apostar-se na formação de técnicos e dirigentes.
- ✚ E a **integração em REDES** e a **intensificação do trabalho em REDE** entre as IPSS's.

# 3ª PARTE

# **PROBLEMAS SOCIAIS**

/

# **PRIORIDADES**

## ÁREA / PROBLEMAS QUE NÃO VAMOS PRIORIZAR! E PORQUÊ?

As Redes Sociais estão sujeitas a limitações e a constrangimentos de carácter estrutural e sistémico. Isto é, há problemas que, por mais graves que sejam, as Redes Sociais não possuem recursos/instrumentos para os poder resolver. A não ser que os procuremos resolver no terreno da política e, neste momento, a Plataforma Supra-Concelhia é o sítio ideal para o fazer. Se não, vejamos o exemplo do Programa-Piloto Conforto Habitacional para Idosos que decorreu em Macedo de Cavaleiros e que, apesar dos excelentes resultados apresentados, não teve continuidade. A Rede Social de Macedo de Cavaleiros sozinha nada pode fazer face a esta decisão, mas a Plataforma Supra-Concelhia, com um diagnóstico e um PDS Supra-Concelhio, com certeza teria outra força.

O trabalho da Plataforma Supra-Concelhia, onde estão representados os Autarcas, os mais altos Representantes do Estado no local e elementos da sociedade civil, é **essencial**. Esta tem a possibilidade de procurar as pequenas margens de manobra deixadas pelas políticas públicas e pelo poder central do Estado para mobilizarem o saber técnico, certamente também político, para lutar pela mudança social e política, alterando a “paisagem” da região.

**Se não podemos resolver os problemas identificados como mais graves, então porquê trabalhar em REDE? Fazer Diagnósticos e definir Planos de Intervenção se não podemos priorizar os problemas mais graves?**

**Porque acreditamos que a mudança social de um concelho ou de uma região se faz através das grandes políticas públicas (onde podemos sempre procurar superar parte das fraquezas dos seus programas quando implementados de forma autónoma) e, fundamentalmente, da articulação de vontades e recursos, implementando pequenas iniciativas de desenvolvimento local que envolvam autarcas, dirigentes e técnicos que no terreno têm especiais responsabilidades na operacionalização de programas de luta contra a pobreza, contra as exclusões sociais e a favor do Desenvolvimento Local.** Esta acção deve ser esclarecida e crítica. Só desta forma é possível agir controlando a acção assistencialista, detectando as causas dos problemas, agindo sobre elas e não sobre os efeitos dos problemas sociais.

Se não, corremos o risco de estarmos a desperdiçar recursos e não mudar efectivamente a vida das pessoas, das instituições/organizações, das comunidades.

**Mais uma das razões pela qual vale a pena trabalhar em REDE é a possibilidade que as Redes Sociais têm de envolver as pessoas na resolução dos seus problemas, promovendo a inclusão de grupos desfavorecidos/excluídos, como tem acontecido em Macedo de Cavaleiros (com as amas, os agricultores, os alunos do 3º ciclo e secundário, a comunidade de Morais e os feirantes), onde o ambiente político-institucional e as dinâmicas sociais locais são favoráveis a processos de democracia participativa, na qual os cidadãos, nomeadamente através das suas associações e outros colectivos, participam na tomada de decisões sobre assuntos e problemas que lhes dizem directamente respeito, em estreita articulação com o poder político local e os representantes dos organismos do Estado.**

**Não nos cansamos de afirmar que os resultados na área social são muito lentos. É muito mais fácil construir grandes infra-estruturas do que resolver problemas sociais aparentemente simples. Ou encontrar soluções para implementar pequenas iniciativas de desenvolvimento local. Por isso é necessário dar tempo e continuidade à intervenção social.**

Apresentamos de seguida a **análise SWOT** (Forças-Fraquezas-Oportunidades-Ameaças), a qual ajuda a **identificar e organizar os factores que condicionam o planeamento / intervenção, procurando estabelecer relações entre os vários quadrantes. Essa interacção entre as diversas componentes (Forças-Fraquezas-Oportunidades-Ameaças) permite conferir maior coerência e substância aos resultados atingidos, ao nível do diagnóstico de uma determinada realidade, num determinado contexto e tempo, favorecendo o planeamento da intervenção social para os próximos três anos.**

**QUADRO N.º 12 – ANÁLISE SWOT**

PONTOS FORTES OU FORÇAS		PONTOS FRACOS OU FRAQUEZAS	
<b>INTERNO</b>	<p>O CLASMC/Rede Social tem sido implementado e consolidado num ambiente político-institucional de total abertura e de livre participação, favorecendo uma forte dinâmica social, o trabalho em equipa e o diálogo, manifestando uma viva preocupação com o diagnóstico das questões sociais, o planeamento das acções e a sua avaliação, de forma a criar compromissos para o bem comum da comunidade. O caminho tem sido a aprendizagem democrática e o envolvimento de Autarcas, Representantes do Estado, Técnicos, Membros da sociedade civil e pessoas em nome individual na identificação, discussão e procura de soluções para os problemas da pobreza e das exclusões sociais e para a promoção do desenvolvimento local.</p>	<p>Falta de recursos para a operacionalização das políticas públicas Falta de articulação/desajustamento das políticas públicas</p>	<b>ACTUAL</b>
	<p>O concelho possui um património natural, paisagista e ecológico de relevo (1/5 do concelho incluído na Rede Natura 2000) e foi premiado pela terceira vez consecutiva com o Galardão Eco-XXI, sendo: Elevados índices de qualidade de vida e de bem-estar 100% das infra-estruturas básicas asseguradas Elevadas taxas no que concerne à drenagem e tratamento de águas residuais Potencialidades ao nível do turismo natureza, científico e de lazer Genuinidade do território e das gentes como eixo fundamental para o desenvolvimento do território O concelho é rico do ponto de vista cultural, com o seu Centro Cultural e a sua Biblioteca Municipal onde se realizam exposições, cursos e ateliers, encontros com escritores, conferências, seminários e workshop's, peças de teatro e recitais de poesia, espectáculos de dança e de canto, entre outros Possui ainda 3 museus, o Núcleo Central da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, património religioso, pelourinhos, arquitectura civil e património arqueológico e 17 grupos culturais que promovem teatro, dança, música e desenvolvem actividades etnográficas</p>	<p>Fraco aproveitamento de recursos e boas práticas validadas entre os vários concelhos do Distrito</p>	
	<p>Forte dinâmica na realização de acções de educação e sensibilização ambiental Aumento da taxa de Resíduos Sólidos Urbanos para uma taxa superior à nacional A floresta é uma das grandes riquezas do concelho e apresenta nestes dois últimos anos a menor área ardida do Distrito, em proporção à área florestal</p>	<p>Desadequada/Inadequada rede de transportes públicos face às necessidades da população Insuficiente rede viária de ligação com os grandes centros urbanos Uma oferta deficiente de serviços Baixa densidade populacional Despovoamento/desertificação Elevado índice de dependência Sazonalidade da população residente Taxa de crescimento natural negativa Perda de capital humano e degradação do capital social</p>	
	<p>Construção do Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros, o qual deverá começar a funcionar entre 2009/2010, e reúne todas as condições para uma boa aprendizagem, ensino, segurança e desenvolvimento das crianças a vários níveis</p>	<p>Fraca valorização das questões ambientais/ecológicas Problemas ao nível da gestão do território, nomeadamente no que concerne à REN e à RAN, porque não têm uma avaliação real no terreno, impedindo o desenvolvimento de projectos de desenvolvimento local</p>	
	<p>Contratação de uma técnica da área social para trabalhar na escola a tempo inteiro</p>	<p>Dispersão dos alunos do pré-escolar e do 1º CEB por vários estabelecimentos, os quais nem sempre reúnem as melhores condições para a aprendizagem/ensino</p>	
	<p>Desadequação do sistema educativo para lidar com alunos com problemas comportamentais/emocionais</p>		

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

<p>Aumento da oferta educativa ao nível dos cursos de educação e formação no 3º ciclo e Secundário Bons resultados dos alunos nos vários ciclos de ensino conseguidos a nível nacional As actividades de enriquecimento curricular ao nível do 1ºCEB respondem a 100% das solicitações Ao nível do 1º e 2º CEB o nível de sucesso é de 95% Inexistência de abandono escolar ao nível do ensino obrigatório</p> <p>Projecto TRAMPOLIM – Espaço Iniciativa – PROJECTO ESCOLA INICIATIVA</p>	<p>Inexistência de recursos humanos para funcionamento adequado do estabelecimento de ensino (psicólogo, assistente social...) Inexistência de orientação vocacional Existência de uma pequena taxa de insucesso ao nível do 3º CEB (22%), nos anos lectivos de 2005/06 e 2006/07 Desvalorização da escola por parte da família Saídas antecipadas ou precoces registam-se ao nível do ensino secundário (não obrigatório) Baixos níveis de cultura empreendedora ao nível da escola (alunos, professores e outros profissionais)</p>
<p>Existência de 9 Entidades no concelho que promovem cursos de qualificação e profissionalização e 2 Centro Novas Oportunidades Estudo do Projecto TRAMPOLIM, o qual ajuda a caracterizar e a conhecer melhor a dimensão do problema de falta de qualificações da população adulta do concelho Projecto TRAMPOLIM – Espaço Iniciativa – PROJECTO EMPREENDEDORISMO LOCAL</p>	<p>População adulta com baixas qualificações, ou seja, um índice relativamente baixo - sem habilitações ou com o 1º CEB, sendo que 53% da população inquirida tem o 1º CEB e a taxa de analfabetismo é de 19,1%<sup>39</sup> - e com baixas competências profissionais Fracas valorização por parte da população adulta na sua qualificação/formação Baixos níveis de empreendedorismo Oferta de emprego pouco qualificado Desadequação entre a oferta e a procura de emprego Dificuldade de acesso/integração na vida activa Emprego/ desemprego/sazonalidade</p>
<p>A taxa de cobertura do pré-escolar é de 100% existindo paralelamente um serviço de Amas da Segurança Social, assegurando o apoio às famílias nesta área Serviço/prestações de Acção Social Núcleo Local de Inserção Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Projecto TRAMPOLIM</p> <p>Projecto “Caminhar Caminhando”</p> <p>Projecto Diagnóstico sobre a população imigrante e Projecto <a href="mailto:IN.TE.GRAR@AGORA.MAC">IN.TE.GRAR@AGORA.MAC</a></p>	<p>Pobreza intergeracional/persistente Dependência de subsídios ou prestações sociais Dificuldade da família em garantir as suas funções básicas (sobrevivência, protecção, afecto, confiança, segurança) Dificuldades na gestão da vida doméstica e familiar Fracas competências pessoais, sociais e parentais Maus-tratos familiares Negligência familiar Minorias Étnicas</p> <p>Os imigrantes são um grupo vulnerável, registando-se, em 2007, 94 atendimentos e em 2008, 87 atendimentos</p>

<sup>39</sup> O Estudo Sócio-Demográfico e Habitacional do Concelho de Macedo de Cavaleiros, realizado pelo projecto TRAMPOLIM/CEPI efectuou a recolha no período de 2006/2007. Neste momento encontram-se tratados e publicados os dados relativos às 37 freguesias rurais do Concelho. No que diz respeito, aos dados sócio-demográficos e habitacionais da freguesia de Macedo e suas anexas (Travanca e Nogueirinha), estes encontram-se em fase de inserção e análise estatística.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

<p>Projecto de Respostas Integradas (PRI) – MAIS (prevenção), (IN)DEPENDENCIAS (minimização e redução de danos) e VIDA (reinserção na vida activa) Centro de Saúde – Gabinete de Apoio ao CRI e Equipa multidisciplinar para a consulta específica em alcoolismo Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros – Atendimento à vítima de violência doméstica, com uma equipa multidisciplinar com formação para apoio às vítimas de violência doméstica Governo Civil de Bragança e Centro Distrital de Segurança Social – Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica Guarda Nacional Republicana de Bragança – Núcleo Mulher Menor Santa Casa da Misericórdia de Bragança – Casa de Abrigo</p>	<p>Consumo de drogas ou outras substâncias psico-activas, com relevo para o consumo de álcool e falta de retaguarda/apoio familiar  Violência Doméstica</p>
<p>Lar de Infância e Juventude do Centro N.º S.ª de Fátima</p>	<p>Excessiva institucionalização de crianças e jovens Inexistência de famílias de acolhimento familiar para crianças e jovens</p>
<p>SOLAR H Programa Piloto Conforto Habitacional para Idosos (PCHI) implementado com sucesso Rendimento Social de Inserção em parceria com as Autarquias Locais Autarquia - Apoio a Situações de Emergência Social</p>	<p>Más condições de habitabilidade e parque habitacional degradado, no que concerne aos idosos e às famílias com baixos rendimentos familiares Não continuidade do PCHI.</p>
<p>Grupo de Teatro de Morais</p>	<p>Idosos com insuficiente retaguarda familiar Isolamento familiar e social Isolamento geográfico da população idosa</p>
<p>Construção do Lar do Lombo Estudo sobre as Respostas/Equipamentos Sociais para Idosos no Concelho, o qual visa fundamentar os pareceres emitidos pelo CLASMC</p>	<p>População Idosa em situação de dependência e sem apoio Insuficientes lares de idosos Não viabilidade/sustentabilidade de equipamentos/serviços/respostas sociais (por falta de acordos de cooperação, nomeadamente ao nível do apoio domiciliário Sobrelotação dos equipamentos / respostas sociais para idosos</p>
<p>Unidade de Convalescença do Hospital Candidatura do Instituto Piaget a uma Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos</p>	<p>Insuficientes respostas da rede nacional de cuidados continuados integrados Forte incidência de situações de dependência</p>
<p>Construção do Lar Residencial da CERCIMAC</p>	<p>Elevado número de pessoas com deficiência e Baixos níveis de retaguarda familiar Inexistência de serviço de apoio domiciliário para pessoas com deficiência Poucas instituições de apoio a pessoas com deficiência ao nível do Distrito, relativamente ao número de pessoas com deficiência</p>
<p>CERCIMAC com as valências de CAO, Intervenção Precoce  Centro de Reabilitação Profissional do Centro N.º S.ª de Fátima</p>	<p>Insuficientes recursos para acompanhar os alunos com necessidades especiais (insuficiente número de professores colocados no grupo da educação especial) Dificuldades de integração na vida activa</p>
<p>Cooperativa Soutos Os Cavaleiros, a qual já possui marca registada, tem registado um aumento do número de sócios e um aumento da produção</p>	<p>Fraco aproveitamento das potencialidades económicas / produtos locais Fraca dinâmica/pouca diversidade do tecido produtivo/empresarial</p>

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

		Apoios inadequados à agricultura Declínio da agricultura	
	Projecto TRAMPOLIM – Espaço Iniciativa: - PROJECTO EMPREENDEDORISMO ASSOCIATIVO - PROJECTO PRESIDÊNCIA EMPREENDEDORA - PROJECTO EMPREENDEDORISMO TURISTICO	Associativismo local com carência ao nível dos recursos humanos qualificados para as funções associativas Baixos níveis de empreendedorismo ao nível dos líderes locais Baixos níveis de empreendedorismo ao nível do tecido empresarial Baixos níveis de informação nos processos de desenvolvimento local Frac mobilização por parte dos cidadãos para a actividade associativa Frac participação comunitária/cívica por parte dos cidadãos	
	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>	
<b>EXTERNO</b>	Existência e funcionamento da Plataforma Supra-Concelhia	A Plataforma Supra-Concelhia não elaborar o diagnóstico e o PDS supra-concelhios Não continuidade do Programa Conforto Habitacional para Idosos Pouca relevância dos instrumentos de planeamento (Diagnósticos e PDS) a nível da definição de políticas públicas a nível nacional	<b>FUTURO</b>
	Bom relacionamento com as instituições públicas Distritais, entre elas o Centro Distrital de Segurança Social de Bragança	Um grande afastamento dos centros de decisão ao nível da definição das políticas públicas	
	Maturidade do CLASMC/REDE SOCIAL e reconhecimento da consolidação do trabalho em parceria a nível distrital e nacional	Não se conseguir realizar projectos supra-concelhios	
	Câmara Municipal / CLAI - Candidatura ao Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural – <a href="mailto:IN.TE.GRAR@AGORA.MAC">IN.TE.GRAR@AGORA.MAC</a>	Frac aproveitamento de recursos e das boas práticas validadas entre os vários concelhos do Distrito	
	Projecto TRAMPOLIM Programa de Respostas Integradas de Macedo de Cavaleiros (PRI) Projecto <a href="mailto:IN.TE.GRAR@AGORA.MAC">IN.TE.GRAR@AGORA.MAC</a>	Os projectos poderem terminar e não ser assegurada uma forma de dar continuidade ao trabalho desenvolvido	
	Agrupamento de Escolas - Candidatura ao Programa Escolhas de 4ª Geração	Não vir aprovada a candidatura	
A parceria do <b>Projecto TRAMPOLIM</b> com a empresa <b>endu – Energias Educativas</b> , a qual possibilitará desenvolver vários projectos, de educação para o empreendedorismo, dirigidos a diferentes públicos ( escola, líderes associativos, líderes locais, empresários a operar em áreas ligadas a actividades turísticas e população com baixas qualificações/competências)	Não dar continuidade à intervenção social desenvolvida		

**O QUADRO N.º 13 APRESENTA  
OS PROBLEMAS SOCIAIS DO CONCELHO,  
SENDO NECESSÁRIO IDENTIFICAR  
AS PRIORIDADES DE INTERVENÇÃO,  
PARA OS PRÓXIMOS TRÊS ANOS.**

**QUADRO N.º 13 – PRINCIPAIS PROBLEMAS E PRIORIDADES**

ÁREAS		PRINCIPAIS PROBLEMAS	PRIORIDADES PARA A INTERVENÇÃO
<b>1. TERRITÓRIO/ AMBIENTE</b>	<b>Dinâmicas Territoriais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de recursos para a operacionalização das políticas públicas;</li> <li>- Falta de articulação / desajustamentos das políticas públicas (Desajustamento das políticas sociais à realidade local)</li> </ul>	
	<b>Mobilidade, Acessibilidades e Transportes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deficiente/Inadequada rede de transportes públicos / colectivos face às necessidades da população;</li> <li>- Insuficiente rede viária de ligação com os grandes centros urbanos;</li> </ul>	
	<b>Sistemas Ambientais e Sustentabilidade do Território</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fraca valorização das questões ambientais/ecológicas;</li> </ul>	
<b>2. AS PESSOAS</b>	<b>Demografia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa densidade populacional;</li> <li>- Despovoamento/desertificação;</li> <li>- Elevada percentagem de população portadora de deficiência;</li> <li>- Elevado índice de dependência;</li> <li>- Sazonalidade da população residente;</li> <li>- Taxa de crescimento natural negativa.</li> </ul>	

**QUADRO N.º 13 – PRINCIPAIS PROBLEMAS E PRIORIDADES (Continuação)**

ÁREAS		PRINCIPAIS PROBLEMAS	PRIORIDADES PARA A INTERVENÇÃO
2. AS PESSOAS	Educação e Formação Profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desadequação do sistema educativo para lidar com alunos com problemas comportamentais / disciplinares / emocionais;</li> <li>- Desvalorização da escola por parte da família;</li> <li>- Inexistência de orientação vocacional;</li> <li>- Insuficientes recursos para acompanhar os alunos com necessidades especiais;</li> <li>- Inexistentes recursos humanos para funcionamento adequado do estabelecimento de ensino (psicólogo, assistente social...);</li> <li>- Baixas qualificações / competências profissionais.</li> </ul>	
	Emprego / Desemprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desadequação entre a oferta e procura de emprego;</li> <li>- Dificuldade de acesso / integração na vida activa;</li> <li>- Emprego/Desemprego sazonal;</li> <li>- Oferta de emprego pouco qualificado.</li> </ul>	
	Ação Social	<p style="text-align: center;"><b>BENEFICIÁRIOS DO RSI / CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pobreza intergeracional / persistente;</li> <li>- Dependência de subsídios ou prestações sociais;</li> <li>- Dificuldade da família em garantir as suas funções básicas (sobrevivência, protecção, afecto, confiança, segurança);</li> <li>- Dificuldades na gestão da vida doméstica e familiar;</li> <li>- Fracas competências pessoais, sociais e parentais;</li> <li>- Maus tratos familiares;</li> <li>- Negligência familiar;</li> <li>- Excessiva institucionalização de crianças e jovens;</li> <li>- Pessoas vítimas de violência doméstica;</li> <li>- Minorias étnicas.</li> </ul>	

**QUADRO N.º 13 – PRINCIPAIS PROBLEMAS E PRIORIDADES (Continuação)**

ÁREAS		PRINCIPAIS PROBLEMAS	PRIORIDADES PARA A INTERVENÇÃO
<b>2. AS PESSOAS</b>	Acção Social	<p><b>ENVELHECIMENTO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficiente retaguarda familiar;</li> <li>- Isolamento familiar e social;</li> <li>- Isolamento geográfico da população idosa;</li> <li>- População idosa em situação de dependência e sem apoio;</li> </ul> <p><b>EQUIPAMENTOS / SERVIÇOS / RESPOSTAS SOCIAIS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Insuficientes lares de idosos;</li> <li>- Insuficientes respostas da rede nacional de cuidados continuados integrados;</li> <li>- Inexistência de famílias de acolhimento familiar para crianças e jovens;</li> <li>- Inexistência de serviço de apoio domiciliário para pessoas com deficiência;</li> <li>- Não viabilidade / sustentabilidade de equipamentos / serviços / respostas sociais (por falta de acordos de cooperação, nomeadamente ao nível do apoio domiciliário);</li> <li>- Sobrelotação dos equipamentos / respostas sociais para idosos;</li> </ul> <p><b>PESSOAS COM DEFICIÊNCIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elevado número de pessoas com deficiência;</li> <li>- Dificuldades de integração na vida activa;</li> <li>- Baixos níveis de retaguarda familiar.</li> </ul>	
	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Consumo de drogas ou outras substâncias psico-activas, com relevo para o consumo de álcool e Falta de retaguarda/apoio familiar;</li> <li>- Forte incidência de situações de dependência de pessoas idosas.</li> </ul>	

**QUADRO N.º 13 – PRINCIPAIS PROBLEMAS E PRIORIDADES (Continuação)**

ÁREAS		PRINCIPAIS PROBLEMAS	PRIORIDADES PARA A INTERVENÇÃO
<b>2. AS PESSOAS</b>	Habitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Más condições de habitabilidade e parque habitacional degradado, no que concerne aos idosos e às famílias com baixos rendimentos familiares;</li> <li>- Não continuidade do PCHI.</li> </ul>	
	Sectores de Actividades Agricultura Turismo Empresas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fraca dinâmica / pouca diversidade nas actividades desenvolvidas pelo tecido produtivo / empresarial;</li> <li>- Fracos níveis de empreendedorismo;</li> <li>- Fraco aproveitamento das potencialidades económicas / produtos locais.</li> </ul>	
<b>4. AS INSTITUIÇÕES</b>	Cooperação Territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fraco aproveitamento de recursos e boas práticas validadas entre os vários concelhos do Distrito.</li> </ul>	
	Parcerias Territoriais	<p style="text-align: center;">ASSOCIATIVISMO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Associativismo local com carências ao nível dos recursos humanos qualificados para as funções associativas;</li> <li>- Baixos níveis de informação e participação nos processos de desenvolvimento local;</li> <li>- Fraca mobilização por parte dos cidadãos para a actividade associativa;</li> <li>- Fraca participação comunitária / cívica por parte dos cidadãos.</li> </ul>	

O 3º Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do Concelho vai ter iniciativas do 2º PDS, às quais vamos dar continuidade e vai ter novas iniciativas, esperando-se que quer umas quer outras abram novos caminhos. No quadro n.º 14 podemos ver as iniciativas/acções que vão continuar e as que não vão.

<b>QUADRO N.º 14 INICIATIVAS DO 2º PDS CONTINUIDADE OU NÃO</b>	
<b>INICIATIVAS A MANTER</b>	<b>INICIATIVAS A NÃO MANTER</b>
<b>AnimaREDE</b> <b>Mudar As Práticas</b> <b>Comprometa-se! Por Macedo</b>	<b>(IN)DEPENDÊNCIAS</b> <b>Creches Familiares</b>
<b>Ficar, Empreender e Construir</b>	

É necessário explicar que as iniciativas/acções que não vão fazer parte do 3º PDS não terminaram. Muito pelo contrário, devido aos seus resultados positivos, umas vão continuar sob a forma de novos projectos e outras autonomizaram-se e caminham por si. Mais propriamente a iniciativa/acção:

- Ficar, Empreender e Construir** vai dar lugar a um conjunto de projectos, promovidos pelo Projecto TRAMPOLIM em parceria com a ENDU – Energias Educativas, dirigidos a diferentes pessoas/comunidades (escola, dirigentes associativos/líderes locais, empresários e pessoas desfavorecidas), onde a aprendizagem sobre o que é ser empreendedor vai ser a palavra de ordem;
- (IN)DEPENDÊNCIAS** foi alvo de três candidaturas, em finais de 2008, ao Instituto da Droga e da Toxicodependência, dando origem, em 2009, ao Programa de Respostas Integradas de Macedo de Cavaleiros, o qual resultou em três Projectos: o MAIS (prevenção), o (IN)DEPENDÊNCIAS (minimização e redução de riscos) e o VIDA (reinserção na vida activa) que actuam em diferentes áreas, atacando o problemas das toxicodependências. Esta acção resultou ainda na criação do Grupo de Teatro de Morais, que já reactivou a sua associação local AAMMOR e que irá fazer parte do 3º PDS;

- ✚ **Creches Familiares**, que resultou na implementação e operacionalização do Programa de **Amas da Segurança Social**, o qual com o desenrolar da acção se consolidou, estando a percorrer o curso normal, com a selecção gradual de Amas e com a integração gradual de crianças.

O Sistema de Informação 2007/2008 fica assim concluído, restando acrescentar que alguns dos quadros desta terceira parte irão ser integrados no 3º PDS do CLASMC, nomeadamente o quadro *N.º 12 – Análise SWOT* e o quadro *N.º 13 - Principais Problemas E Prioridades* que ficará concluído após a realização de um Workshop, que se irá realizar a 17 de Novembro de 2009, para seleccionar as prioridades de intervenção e elaborar o 3º PDS 2009-2011 e os respectivos Planos de Acção 2009 e 2010. Estes quadros serão fundamentais para a elaboração do Diagnóstico Social do Concelho, o qual será parte integrante do 3º PDS do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

# 4ª PARTE

## MEDIDAS DE POLITICA SOCIAL E RESPOSTAS SOCIAIS NÃO IMPLEMENTADAS NO CONCELHO

### ▶ HABITAÇÃO

**PROHABITA** – É um programa/modalidades de habitação destinados a famílias com graves carências habitacionais:

- 1) Promoção da habitação a custos controlados e no âmbito da Promoção Cooperativa;
- 2) Reforço da reabilitação;
- 3) Construção ou adaptação de edifícios para equipamentos sociais em bairros sociais;
- 4) Apoio financeiro directo a agregados familiares para assegurar realojamentos em situações de catástrofe ou desastres naturais e de emergência.

### ▶ MENORES E JOVENS EM RISCO

**Rede de Apartamentos de Autonomização** – É uma rede nacional de apartamentos de autonomização para jovens em situação de acolhimento e com necessidades de autonomização.

**Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças** – É um plano que visa a qualificação da Rede de Lares da Infância e Juventude.

**PROGRAMA ESCOLHAS** – É um programa para crianças e jovens provenientes de contextos sócio-económicos vulneráveis, particularmente os descendentes de imigrantes e minorias étnicas.

### ▶ IDOSOS

**PROGRAMA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS (POPH)** – É um programa que visa o alargamento, desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental com criação de novos lugares em respostas sociais.

**PARES** – É um programa que visa o alargamento, desenvolvimento e consolidação da rede de equipamentos sociais em Portugal Continental com criação de novos lugares em respostas sociais para idosos.

**PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO E DE SEGURANÇA DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS** – É um programa de requalificação de equipamentos antigos (mais de 500 equipamentos), cujas condições físicas estão deterioradas ou ultrapassadas face às novas regras de construção e segurança.

## ▶ DEFICIÊNCIA

**UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS DE SAÚDE MENTAL** – É uma unidade que permite, de acordo com as patologias e o estado de dependência dos doentes, reintegrá-los e reabilitá-los clínica e socialmente.

**CENTRO NOVAS OPORTUNIDADES INCLUSIVO** – Abranger pessoas com deficiência e incapacidades no âmbito do processo de RVCC.

**FORMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – ACÇÕES EM COOPERAÇÃO** - Este programa visa proporcionar às pessoas com as competências necessárias à obtenção de uma qualificação profissional que lhes permite obter e sustentar um emprego, bem como progredir no mercado normal de trabalho.

**PROGRAMA DE APOIO À COLOCAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PÓS-COLOCAÇÃO EM MERCADO DE TRABALHO** – É um programa que visa apoiar a integração profissional na procura de emprego e a manutenção e progressão profissional.

**APOIO À COLOCAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PÓS-COLOCAÇÃO** – É um processo de mediação, o qual visa através da contratualização com centro de recursos, fixar metas anuais e atribuir um valor do IAS por candidato, estabelecendo um limite de tempo por cada processo.

## RESPOSTAS SOCIAIS

### FAMÍLIA E COMUNIDADE

- Centro de alojamento temporário
- Centro de apoio à vida
- Centro de férias e de lazer
- Comunidade de inserção
- Grupo de inserção
- Grupo de auto-ajuda
- Refeitório / Cantina Social

### PESSOAS COM VIH / SIDA E SUAS FAMÍLIAS

- Centro de atendimento / acompanhamento psicossocial – DAAP
- Residência para pessoas infectadas pelo VIH / SIDA
- Serviço de apoio domiciliário / para pessoas infectadas pelo VIH / SIDA

### PESSOAS TOXICODEPENDENTES

- Apartamento de reinserção social
- Equipa de inserção directa



**CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**



CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA

- Lar de Apoio

#### CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO

- Acolhimento familiar para crianças e jovens
- Centro de apoio familiar e aconselhamento parental
- Equipa de rua de apoio a crianças e jovens

#### PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

- Centro de atendimento / acompanhamento e animação para pessoas com deficiência
- Lar residencial
- Serviço de apoio domiciliário
- Transporte para pessoas com deficiência
- Unidade de Cuidados Continuados de Saúde Mental


#### PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA

- Apoio domiciliário integrado
- Unidade de apoio integrado

#### PESSOAS IDOSAS

- Centro de noite
- Residência

# REDE SOCIAL



## MEDIDAS NÃO INCLUÍDAS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

### ► ACÇÃO SOCIAL/PROTECÇÃO SOCIAL

<b>MINISTÉRIO DA TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL</b>
RETRIBUIÇÃO MENSAL MÍNIMA GARANTIDA – ATINGIR OS 500,00€, ATÉ 2011
REFORÇO DA PROTECÇÃO PARENTALIDADE
CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CLDS
REVISÃO DO REGIME DE PROTECÇÃO NA DEFICIÊNCIA
PLANOS INDIVIDUAIS DE REINserÇÃO (PESSOAS SEM ABRIGO)
SISTEMA DE INFORMAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO FENÓMENO SEM-ABRIGO
PLANOS INDIVIDUAIS DE REINserÇÃO (Pessoas sem abrigo)
SISTEMA DE INFORMAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DO FENÓMENO SEM-ABRIGO
<b>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>
REDUÇÃO DA TAXA MÁXIMA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – CIMI (ART.º 112)
ALARGAMENTO DO PERÍODO DE ISENÇÃO A CONCEDER RELATIVAMENTE A PREDIOS URBANOS PARA HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE (Alteração do Art.º 46 do Estatuto dos Benefícios Fiscais EBF)
MAJORAÇÃO DAS DESPESAS COM HABITAÇÃO EM FUNÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL (Alteração Art.º 85 do CIRS)
BENEFÍCIO FISCAL À CRIAÇÃO DE EMPREGO PARA JOVENS E DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO
DEDUÇÃO À COLETA NAS FAMÍLIAS COM FILHOS MENORES DE 3 ANOS.
AUMENTO DO NÍVEL DE DEDUÇÃO À COLECTA DO CIRS (DEFICIÊNCIA)
<b>MINISTÉRIO DA ECONOMIA E INOVAÇÃO</b>
APOIO E ACONSELHAMENTO AO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS: - GABINETE DE APOIO AO SOBREENDIVIDAMENTO - GABINETE DE ORIENTAÇÃO AO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES
<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>
ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADES
REVISÃO DA LEI DO ACESSO AO DIREITO E APOIO JUDICIÁRIO
CALL CENTER (IMIGRANTES)
BALCÕES DE NACIONALIDADE EM CONSERVATÓRIAS DO REGISTO CIVIL (IMIGRANTES)
<b>PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS</b>
LINHA SOS IMIGRANTES
BOLSA DE FORMADORES
DEPARTAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO E DIÁLOGO INTERCULTURAL

UNIDADE DE APOIO À VITIMA IMIGRANTE E DE DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA
APOIO AO EMPREENDEDORISMO, ASSOCIATIVO E CRIAÇÃO DE REDES EMPRESARIAIS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS GERIDAS POR MULHERES
OBSERVATÓRIO DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS
GRUPO CONSULTIVO PARA A INSERÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS
FORMAÇÃO DE AGENTES QUE TRABALHAM COM AS COMUNIDADES CIGANAS
SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA
<b>MINISTÉRIO DO AMBIENTE DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL / AUTARQUIAS</b>
INICIATIVA BAIROS CRÍTICOS
DIAGNÓSTICOS DAS EXPERIÊNCIAS LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DA HABITAÇÃO SOCIAL
<b>MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA / AUTARQUIAS</b>
CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

► **SAÚDE**

<b>MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>
LINHA SAÚDE 24
NASCER CIDADÃO – 2ª FASE (MTSS/MS/MJ)
<b>PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS</b>
APOIO DE EMERGÊNCIA - Imigrantes

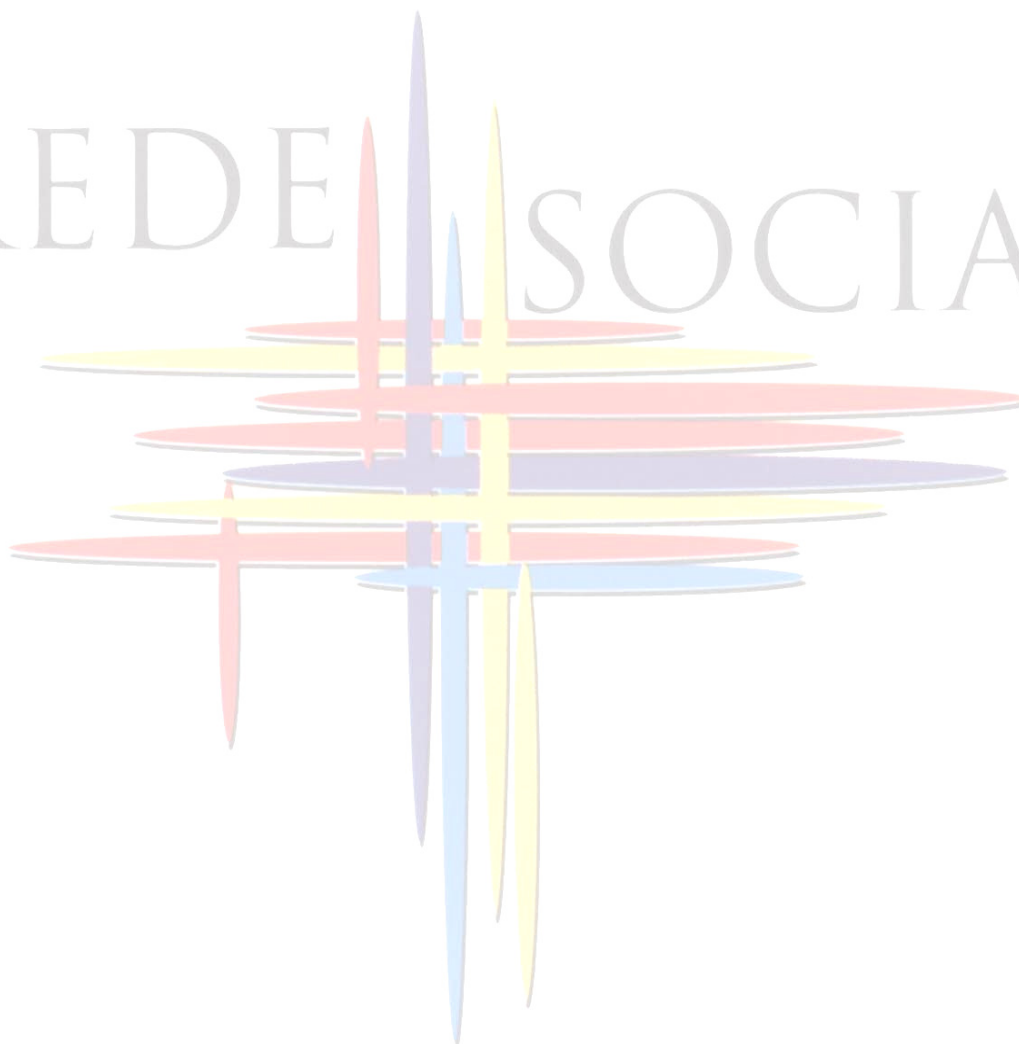
► **EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO**

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>
CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL - ESCOLHAS
REDES COMUNITÁRIAS DE BANDA LARGA

▶ **EMPREGO**

<b>MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL</b>
INCENTIVOS À CONTRATAÇÃO DE JOVENS E DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO
INCENTIVOS À CONTRATAÇÃO DE PÚBLICOS DESFAVORECIDOS
COMBATE À PERCARIEDADE LABORAL
INCENTIVOS AO EMPREGO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

# REDE SOCIAL



## LIVROS

- BARBIER, Jean-Marie (1996) *“Elaboração de Projectos de Acção e Planificação”*, Porto, Porto Editora.
- CARVALHO, João M. S. (2005) *“Organizações Não Lucrativas – Aprendizagem Organizacional, Orientação de Mercado, Planeamento Estratégico”*, Lisboa, Edições Sílabo.
- ESTEVES, António Joaquim (1987), *“A investigação-acção”*, In *Metodologia em Ciências Sociais*, de Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (org.), Porto, Afrontamento.
- GODET, Michel (1993) *“Manual de Prospectiva Estratégica – Da antecipação à acção”*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- FERREIRA, J.M. Carvalho; Neves, João; Caetano, António (2001) *“Manual de Psicossociologia das Organizações”* - McGRAW -Hill.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2000) *“Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais”*, Cascais, 1ª Edição, Príncipia.
- SCHIEFER, Ulrich; Teixeira, Paulo J.; Monteiro, Susana (2006) *“Manual de Facilitação para a Gestão de Eventos e Processos Participativos”*, Estoril, 1ª Edição, Príncipia

## ARTIGOS

- COSTA, António Firmino da (1987) *“A Pesquisa de Terreno em Sociologia”*, In Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (Orgs.), *Metodologias das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento, 2ª Edição, Cap. V, pp. 129-148.
- FRIEDBERG, Erhard (1995) *“Organização”*, em Raymond Boudon (org.), *Tratado de Sociologia*, Lisboa, Cap. 9, pp. 343-378.
- MAYOR, Federico (2001), *“Desenvolvimento Endógeno e Governação Democrática”*, em António Barreto; António Nogueira Leite; David Dollar; e outros, *Globalização, Desenvolvimento e Equidade* Lisboa, Dom Quixote, pp. 89-97.
- MELO, Alberto; Soares, Priscila (1995) *“Ruralidade e Desenvolvimento”*, Formação para o Desenvolvimento Local em Meio Rural, Messejana, Cap. II, pp. 20-25
- REBELO, Sérgio (2001), *“Educação, Capital Humano e Desenvolvimento Económico”*, em António Barreto; António Nogueira Leite; David Dollar; e outros, *Globalização, Desenvolvimento e Equidade* Lisboa, Dom Quixote, pp. 77-87.

## REVISTAS

COUVANEIRA, Maria da Conceição Henriques Serrenho – **As Práticas Cooperativas – Mudanças Pessoais e Sociais – Personalização/Interestruturação/Socialização.** Revista Pensamento COOPERATIVO. Lisboa. ISBN 972 – 9424 – 35 – 7. n.º 2 (2001). P. 33-43

## RELATÓRIOS

Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008

Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2008-2010

Programa Operacional do Norte 2007-2013

## DOCUMENTOS DIGITAIS

“Desenvolvimento Local: uma oportunidade de Futuro!” Tese da MANIFESTA, Novembro de 1998  
<http://www.animar.dl>; consultado em 14-07-2005

## SITES CONSULTADOS

[www.ine.pt/Censos2001/AnuárioEstatístico2007](http://www.ine.pt/Censos2001/AnuárioEstatístico2007) : consultado em 21-02-2009